



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL  
CAMPUS PORTO ALEGRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**NAYARA PANSERA BALBINOT**

**A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL A PARTIR DAS VOZES DOS ESTUDANTES**

Porto Alegre

2025

**NAYARA PANSERA BALBINOT**

**A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL A PARTIR DAS VOZES DOS ESTUDANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora Dra. Ana Sara Castaman  
Coorientadora: Dra. Clarice Monteiro Escott

Porto Alegre

2025

B172g Balbinot, Nayara Pansera  
A gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul a partir das vozes dos estudantes / Nayara Pansera Balbinot – Porto Alegre, 2025.  
137 f.: il.

Orientadora Dra. Ana Sara Castaman  
Coorientadora: Dra. Clarice Monteiro Escott

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Porto Alegre, 2025.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Assistência estudantil. 3. Permanência e êxito. 4. PNAES. I. Castaman, Ana Sara. II. Escott, Clarice Monteiro II. Título.

CDU: 37.004

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB-10/1497



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



---

**NAYARA PANSERA BALBINOT**

**A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL A PARTIR DAS VOZES DOS ESTUDANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 30 de setembro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clarice Monteiro Escott

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Coorientadora

---

Prof. Dr. Fábio Marçal

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Rodrigues

Universidade Federal do Pampa

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Pollyana dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



---

**NAYARA PANSERA BALBINOT**

**ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL: DIALOGANDO COM  
ESTUDANTES INGRESSANTES**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de setembro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clarice Monteiro Escott

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Coorientadora

---

Prof. Dr. Fábio Marçal

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Rodrigues

Universidade Federal do Pampa

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Pollyana dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

## RESUMO

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), por meio da Instituição Associada, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Porto Alegre, Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos da EPT. O estudo trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) que é desenvolvido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, desde sua aprovação em 2010. O referido Programa possui uma multiplicidade de gestão, ao passo que, no contexto do IFRS, regulamenta-se por meio da Política de Assistência Estudantil. A problemática de pesquisa envolve quais são as implicações e contribuições da configuração da gestão do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes que recebem auxílio? É nesse cenário que este estudo tem por objetivo geral analisar as implicações e contribuições do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes que recebem auxílio estudantil e sua relação com a configuração da gestão do Programa. Portanto, metodologicamente, a pesquisa aplicada caracteriza-se pela abordagem qualitativa e ancora-se nas técnicas da pesquisa bibliográfica, análise documental e de campo. O *lócus* de pesquisa é o IFRS, especificamente, os *Campi* Alvorada, Caxias do Sul e Sertão. Aplicou-se entrevistas semiestruturadas a 11 estudantes que recebem auxílio estudantil proveniente do Pnaes, as quais foram gravadas e transcritas. Por meio da análise de conteúdo e das categorias elencadas, este estudo demonstrou às implicações do Pnaes na vida dos estudantes, a partir do uso do recurso do auxílio estudantil para o pagamento de passagens de ônibus, como também para a compra de lanches, no cumprimento do objetivo da permanência. Também percebeu-se que agregado ao auxílio, o recebimento de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, são fundamentais na permanência material destes estudantes. Ainda, outras demandas foram evidenciadas, as quais permitem vislumbrar a vida estudantil e, conseqüentemente, compreender aspectos que envolvem a gestão da assistência estudantil no IFRS, e também a instituição como um todo. Em decorrência, como produto educacional elaborou-se um Evento de Acolhimento e Ambientação destinado ao público ingressante, com a finalidade de divulgar às políticas

institucionais e familiarizar a escola. Esta ação visa criar condições para a permanência estudantil.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Assistência Estudantil. Permanência e êxito. Pnaes.

## ABSTRACT

The research is linked to the *Stricto Sensu* Postgraduate Program - Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT), through the Associated Institution, Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS) - Porto Alegre Campus, Research Line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT), Macroproject 6 - Organization of EPT pedagogical spaces. The study deals with the National Student Assistance Program (Pnaes) that has been developed in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, since its approval in 2010. This Program has a multiplicity of management, whereas, in the context of the IFRS, it is regulated through the Student Assistance Policy. The research question involves what are the implications and contributions of the PNAES management structure for the retention and success of students receiving aid? In this context, this study aims to analyze the implications and contributions of the PNAES for the retention and success of students receiving aid and its relationship with the Program's management structure. Therefore, methodologically, the applied research is characterized by a qualitative approach and is anchored in bibliographic research, document analysis, and fieldwork techniques. The research locus is the IFRS, specifically the Alvorada, Caxias do Sul, and Sertão campuses. Semi-structured interviews were conducted with 11 students receiving student aid from the PNAES (National School of Economics and Social Development), which were recorded and transcribed. Through content analysis and the categories identified, this study demonstrated the implications of the PNAES on the students' lives, based on the use of student aid resources to pay for bus fares and buy snacks, in order to achieve the goal of retention. It was also noted that, in addition to the aid, receiving scholarships for teaching, research, and extension are essential for these students' financial retention. Furthermore, other demands were highlighted, which provide insight into student life and, consequently, understanding aspects involving the management of student aid at IFRS, as well as the institution as a whole. Consequently, a Welcome and Onboarding Event was designed as an educational product for incoming students, aiming to disseminate institutional policies and familiarize them with the school. This initiative aims to create conditions for student retention.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Student Assistance. Permanence and success. Pnaes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização dos campi do IFRS .....	45
Figura 2: Inscrições para o auxílio permanência e moradia .....	55
Figura 3: Definição dos valores dos auxílios permanência e moradia.....	56
Figura 4: Pagamento do auxílio permanência e moradia .....	56
Figura 5: Nuvem de palavras (categorias) .....	63
Figura 6: Capa do Produto Educacional.....	83
Figura 7: Programação.....	84
Figura 8: Parte do projeto.....	86

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fatores de abandono ou fracasso escolar .....	37
Quadro 2: Disposição dos estudantes.....	46
Quadro 3: Interlocutores, Campus, Curso e Período de Ingresso no IFRS.....	61
Quadro 4: Análise da coleta de dados .....	63
Quadro 5: Transporte .....	64
Quadro 6: Bolsa ensino, pesquisa e extensão/estágio.....	66
Quadro 7: Demandas estudantis previstas no Pnaes: Alimentação.....	68
Quadro 8: Autonomia .....	69
Quadro 9: Complementação da renda familiar.....	71
Quadro 10: Cultura, Esporte, Material Escolar, Inclusão Digital.....	73
Quadro 11: Demandas previstas no Pnaes: Saúde .....	74
Quadro 12: Divulgação do Edital: inscrição.....	75
Quadro 13: Infraestrutura, aperfeiçoamento físico, organizacional e de pessoal .....	76
Quadro 14: Vocacional.....	78
Quadro 15: Concepção .....	79
Quadro 16: Avaliação do Produto Educacional.....	87

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Evasão IFRS.....	52
Gráfico 2: Recebimento de auxílio permanência e moradia .....	62
Gráfico 3: Estudo e trabalho.....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE - Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CD - Colégio de Dirigentes

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CMGOAE - Comissão Mista de Gestão Orçamentária de Assistência Estudantil

Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Consup - Conselho Superior

PDF - *Portable Document Format*

EMI - Ensino Médio Integrado

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários

GTPAE - Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil

IF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFFar - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFSul - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

ISBN - *International Standard Book Number*

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

Prodi - Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PNAE - Política Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RNP - Rede Brasileira para Educação e Pesquisa

SEE - MG - Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SUS - Sistema Único de Saúde

UNE - União Nacional dos Estudantes

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>22</b>
2.1 RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: BASE PARA AS REFLEXÕES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	23
2.2 EDUCAÇÃO E DIREITOS .....	27
2.3 O VIÉS MERITOCRÁTICO DA EDUCAÇÃO EM CENA .....	29
2.4 OS INSTITUTOS FEDERAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	31
2.5 PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	35
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>43</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	43
3.2 CAMPO, UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	44
3.3 INSTRUMENTOS E ANÁLISE DE DADOS.....	46
<b>3.3.1 Comitê de Ética em Pesquisa</b> .....	<b>49</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)</b> .....	<b>51</b>
4.1 A GESTÃO DO PNAES NO IFRS .....	51
4.2 DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE O AUXÍLIO ESTUDANTIL ...	60
<b>4.2.1 Transporte</b> .....	<b>64</b>
<b>4.2.2 Bolsas ensino, pesquisa e extensão e estágios</b> .....	<b>66</b>
<b>4.2.3 Alimentação</b> .....	<b>68</b>
<b>4.2.4 Autonomia</b> .....	<b>69</b>
<b>4.2.5 Complementação da renda familiar</b> .....	<b>71</b>
<b>4.2.6 Cultura, esporte, material escolar, inclusão digital</b> .....	<b>73</b>
<b>4.2.7 Saúde</b> .....	<b>74</b>
<b>4.2.8 Divulgação do Edital: inscrição</b> .....	<b>75</b>
<b>4.2.9 Infraestrutura, aperfeiçoamento físico, organizacional e de pessoal</b> .....	<b>76</b>
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>81</b>
5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	82
5.2 AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	86
5.3 REGISTRO E REPOSITÓRIO EDUCACIONAL .....	88
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>89</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PÚBLICO ESTUDANTIL</b> .....	<b>105</b>
<b>APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>107</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>129</b>
<b>ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b> .....	<b>133</b>
<b>ANEXO C - DECLARAÇÃO REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL DO PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>137</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como ponto de partida a experiência da pesquisadora com a temática de assistência estudantil ao longo de 10 anos de trabalho somando universidade e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) como assistente social, o que agrega para a análise crítica da realidade. Este estudo é, para além da resposta ao seu objeto, uma maneira de materializar os meandros deste trabalho que possui circunda problemáticas, mas que é acima de tudo, apaixonadamente e motivador por proporcionar o caráter equitativo posto em vantagem aos estudantes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Aponta-se aqui, proeminentemente, a opção em conceituar a equidade que dialoga organicamente com a justiça social e, portanto, com a importância societária da educação e da educação profissional e tecnológica (EPT), em especial.

**É um princípio da justiça social que supõe o respeito às diferenças como condição** para se atingir a igualdade. Esse princípio permite demonstrar que igualdade não significa homogeneidade, isto é, o não reconhecimento de diferenças entre as pessoas (Sposati, 2010, [s.p], grifos da autora).

A equidade seguida da justiça social são os primeiros valores elencados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS 2024-2028 (IFRS, 2023a). E compõe o quinto princípio do Código de Ética do Assistente Social, Resolução CFESS nº 273 (CFESS, 1993), na íntegra: “V Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. Aproveita-se para mencionar os principais orientadores de práticas educacionais equitativas do IFRS, as quais convergem com este estudo, a saber: Política de Assistência Estudantil (Resolução IFRS 086/2013), Política de Ações Afirmativas (Resolução IFRS 022/2014), Política de Ingresso Discente (Resolução IFRS 042/2022), Política de Ingresso Indígena (Resolução 023/2019), Política de Prevenção e Combate ao Assédio (Resolução 042/2020), (IFRS, 2013, 2014, 2019, 2020a, 2022). Desta forma, se assegura introdutoriamente a convicção da EPT universalizante, gratuita, integradora dos sujeitos que vivem do trabalho e politicamente emancipatória.

A partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010) que busca a democratização da educação por meio da redução

de taxas de evasão<sup>1</sup> e do ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na Linha de Pesquisa 2 - 'Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT, Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos da EPT, pretende-se estudar a temática, bem como a qualificação da gestão do programa, com vistas à permanência e o êxito dos estudantes.

O programa em questão já aniversaria 14 anos de execução sem o devido estudo sobre a influência nos sujeitos usuários no IFRS. No decorrer deste período houve tentativas de dimensionar o sucesso na formação escolar (se este estudante segue comparecendo às aulas e está se formando) com os dados de frequência mensal localizados nos sistemas acadêmicos dos *campi* e devidamente informados pelos docentes das unidades curriculares a cada Instituição de Ensino. Porém, considerando que o mesmo critério de frequência é cancelador do recebimento de auxílio, conforme a In Proen 14 (IFRS, 2023a) referente às diretrizes de apoio ao estudante, In Proen 10 (IFRS, 2018b) sobre normatização e divisão equitativa dos recursos da assistência estudantil, a exclusão do sujeito impossibilita mensurar a própria eficácia do auxílio.

Para isso, o percurso que o trabalho segue caminho no sentido de colocar a discussão da Permanência e Êxito como eixo central, já que a mesma é anunciada nos dispositivos legais - Pnaes (Brasil, 2010), Política de Assistência Estudantil do IFRS (IFRS, 2013), Projeto Político Pedagógico Institucional do IFRS (IFRS, 2019) - e compõe requisito obrigatório juntamente com o ingresso quando se trata sobre a democratização da educação, no caso específico, na modalidade da EPT. Portanto, a problemática central se explicita em: quais são as implicações e contribuições da configuração da gestão do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes que recebem auxílio?

É nesse cenário que este estudo tem por objetivo geral analisar as implicações e contribuições do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes que recebem auxílio estudantil e sua relação com a configuração da gestão do Programa. Os objetivos específicos compreendem: a) resgatar o histórico e a configuração, bem como o papel do Pnaes no IFRS a partir da vivência na gestão institucional do

---

<sup>1</sup> “[...] no sentido mais simplista do termo, compreende-se o ato de evadir-se, fugir, abandonar, sair, desistir, não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade” (Riffel; Malacarne, 2010, p. 1).

Programa; b) avaliar a contribuição do Pnaes para a permanência e êxito escolar/acadêmico a partir das vozes dos estudantes que recebe auxílio estudantil; c) identificar a configuração da gestão do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes que recebem auxílios; d) desenvolver um produto educacional que contribua institucionalmente para a gestão do Pnaes.

Para tanto, no processo de investigação busca-se as vozes do público que usufrui deste programa. Nesse sentido,

[...] se não formos capazes de reparar neles, de ouvi-los, de admirá-los, de surpreendermos com essas mulheres e homens, é possível que, mais uma vez, eles entrem e saiam de nossas escolas, como já fizeram outras vezes, sem 'concluir' aprendizados e níveis de ensino (Moll, 2010, p. 136).

Os caminhos metodológicos percorridos foram inicialmente bibliográficos, com o levantamento das produções que pudessem se aproximar da especificidade do objeto ora estudado. Considera-se também uma pesquisa documental por contextualizar a historicidade normativa de uma política pública ampla, de abrangência nacional, cujo detalhamento institucional é proveniente de uma construção histórica. E, principalmente, caracteriza-se como qualitativa, por buscar por meio do campo e da realidade das pessoas, os dados para a realização da análise. Os estudantes referidos no todo dessa pesquisa são os sujeitos usuários dos auxílios estudantis, os quais se submeteram a editais lançados anualmente nos *campi* do IFRS. As diretrizes unificadas, bem como de etapas sincronizadas garantem isonomia no atendimento estudantil a partir da configuração multicampi, dado que possibilitou a escolha de três *campus*, dentre os 17, e uma amostra total de 11 estudantes que recebem auxílio estudantil.

O material decorrente das entrevistas semiestruturadas foram transcritos, às principais palavras foram registradas à parte tornando-se códigos. Por fim, o agrupamento de códigos resultou em categorias elaboradas pela pesquisadora e que produziram uma análise. Este percurso foi embasado com rigor metodológico de Bardin (2011) e da teoria da análise de conteúdo. Os principais resultados produzidos conversam diretamente com os eixos do Pnaes, uma vez que o roteiro de entrevista semiestruturada permitiu produzir informações sobre o recebimento do auxílio estudantil, assim como às condições de permanência deste estudante.

Por fim, e, em decorrência, ao compreender a importância do diálogo, da congruência e integração das políticas educacionais com o foco no estudante e, em

especial, com a devida atenção ao ingressante, propõe-se um Evento de Acolhimento e Ambientação, essencialmente humanizado, seguido de um modelo de Evento dentro dos padrões de Projeto de Ensino, contribuindo para a organização de um espaço pedagógico em EPT.

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos iniciando com a introdução, seguida do referencial teórico. Este apresenta a relação trabalho e Educação, a educação e os direitos, o viés meritocrático da educação em cena, os IFs enquanto acesso à educação pública culminando com o debate sobre Permanência e Êxito na EPT. O terceiro capítulo versa sobre a metodologia, a classificação, o campo, o universo e a amostra, bem como os instrumentos. O quarto capítulo aborda a gestão do Pnaes no IFRS, a análise da produção de dados e, propriamente, o momento das vozes dos estudantes. Na sequência, a apresentação do produto educacional juntamente com a avaliação. O capítulo seis fica por conta das considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentalmente o referencial teórico versa sobre EPT, como direito e política social inserida na realidade brasileira, considerando a mesma num processo contraditório de luta de classes. Essencialmente vinculado ao materialismo dialético, conceituando com exatidão os conceitos de “trabalho” e “Educação” a pesquisa contou com as reflexões de autores como Gramsci (2001, 2004, 2010), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Ramos (2005), Saviani (2007, 2015), Frigotto (2010a, 2010b), entre outros que se ocupam com o estudo em cena, devidamente explorados no campo da EPT. Também houve consulta a artigos, dissertações e teses que elencam a discussão do Pnaes, desenvolvidos na academia brasileira, obedecendo rigor teórico.

### 2.1 RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: BASE PARA AS REFLEXÕES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Localiza-se como principal produção de EPT no Brasil hoje, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a qual conta, atualmente, com 686 unidades espalhadas pelo Brasil. Por meio da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008) e de forma capilarizada pelo país, seus cursos atendem aos arranjos produtivos locais aproximando a educação do mundo do trabalho. Logo, desde 2008 vem agregando educação de qualidade às demandas técnica e tecnológica, ou seja, “[...] educar para o mundo do trabalho, dentro da visão de formação omnilateral é difundir a convicção de que todos precisam ter suas dimensões atendidas” (Castaman; Rodrigues, 2020, p. 309). Segundo Pacheco (2015),

A Rede Federal, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho (Pacheco, 2015, p. 12).

Importante frisar o fato histórico que, enquanto direito social, a EPT sempre se apresentou como pauta reivindicatória brasileira. Desde o início do período industrial, avançou e retroagiu, a forma como a estrutura do Estado respondeu às reivindicações societárias, ao mesmo tempo em que atendeu a burguesia, apresentada como o outro lado da correlação de forças. A partir da incidência dos movimentos sociais, nas décadas de 1970 e 1980 culminando no processo de redemocratização do país é que a sociedade obteve amparo, na Constituição Cidadã (Brasil, 1988), marco regulatório para todos os direitos sociais, considerando a educação como um deles (Artigos 205

e 206), garantindo o “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ressalta-se também, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996), proveniente de uma redação participativa, que delineou os artigos da Constituição Federal (Brasil, 1988).

De acordo com Frigotto (2010b), a criação dos IFs, durante o processo de democratização da educação no Brasil, foi uma estratégia para se opor às ideias neoliberais, que viam a educação profissional de maneira preconceituosa e com interesses específicos. Além disso, buscou-se fundamentar a proposta na abordagem politécnica como método, aproximando-se da concepção de escola unitária idealizada por Gramsci (2001).

A estrutura política elencada anteriormente vem a intensificar a educação como direito de todos e dever do estado. Então, amplia-se o número de vagas públicas, assim como de instituições para receber um contingente de brasileiros com defasagem escolar. Nesse aspecto, frisa-se como principais marcos para a EPT a Lei supracitada de implantação dos IFs, motivador de um grande movimento de ascensão formando trabalhadores e filhos de trabalhadores por todo o território nacional.

Os IFs buscam integrar ferramentas de trabalho e Educação, e possuem um modelo pautado na politecnicidade, o qual é “[...] a mais sólida conjugação do ensino com o trabalho produtivo, a educação da atitude comunista ante o trabalho, os estudos dos princípios básicos de sua organização científica” (Machado, 2020, p. 312). Desta forma, considera-se o trabalho como princípio educativo e convém compreender o trabalho como natureza do ser humano, definida pela ontologia do ser social como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1983, p. 149).

O conhecimento da natureza e a intervenção realizada na mesma, desencadeou na consciência humana, além da própria confecção dos meios de trabalho (cada vez mais complexificados, elaborados), também novas necessidades e novos trabalhos (teleologia). Saviani (2007) sintetiza que o trabalho e a Educação constituem-se em fundamentos históricos, produzidos ao longo do tempo e

fundamentos ontológicos, em que o ser humano que produz se constrói e se modifica, sendo o próprio resultado do seu processo. Em outro artigo, complementa a importância do trabalho e do sentido teleológico:

O trabalho é necessariamente o princípio educativo, pois o homem historicamente tem produzido a sua existência através do mesmo, sendo esta, então, a principal atividade humana. Porém, não se trata de qualquer trabalho, mas o mesmo entendido como meio pelo qual o homem transforma a natureza e a si mesmo diferenciando-se assim, dos outros animais. Neste processo, o homem se humaniza por meio do trabalho, agindo sobre a realidade objetiva, humanizando o mundo: Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional (Saviani, 2015, p. 11).

De acordo com Ramos (2005), é necessário compreender que homens e mulheres são seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto para satisfazer suas necessidades subjetivas e sociais e, nessa ação, produzem conhecimentos, por isso, o trabalho é a mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento. Puramente educativo, o trabalho é o grande modificador do ser humano, na forma como se sociabiliza e como evolui.

Frigotto (2010a) indica que o trabalho atende mais do que satisfazer às necessidades biológicas, mas que as necessidades históricas que “[...] assumem especificidades no tempo e no espaço” (Frigotto, 2010a, p. 59), bem como “[...] responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva” (Frigotto, 2010a, p. 58).

Considera-se como conceitos básicos o entendimento de trabalho e Educação, primordialmente e, em literalidade, imbricados na própria ideia da natureza humana, das sociabilidades e do desenvolvimento. Opera-se o trabalho como princípio educativo e a Educação integrada ao trabalho, composição natural ao ser humano que, desde o início do seu desenvolvimento, constitui meios de sobrevivência. Assim,

[...] a ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 85).

Saviani (2007) explica de forma dialético-crítica os contextos nos quais fizeram a Educação separar-se do trabalho, bem como os caminhos para reuni-los, a partir do movimento da escola, citando o exemplo da escola unitária de Gramsci e descrevendo toda a capacidade humana omnilateral. Aponta também a compreensão de trabalho juntamente com a Educação numa relação dialética entre teoria e prática a fim de superar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Saviani (2007, p. 157) salienta que “[...] a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação”. E afirma que,

[...] após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual (Saviani, 2007, p. 157).

Segundo Silva (2020, p. 2), “[...] integrar o trabalho e a educação vai ao encontro da perspectiva da escola unitária de Gramsci, que busca romper com a dicotomia entre a educação básica e a técnica, resgatando o princípio da formação humana<sup>2</sup> em sua totalidade”. Buscando a construção de uma “escola desinteressada”, Gramsci (2001) propõe a Escola Unitária, que possui base humanista, tendo o trabalho como seu fundamento. Ao invés de atender aos interesses do capital, realiza o processo de apropriação da educação proporcionando inclusão das classes subalternas. A partir da crítica à escola capitalista, surge um novo modelo em que a relação pedagógica é vista principalmente como uma relação política. Essa abordagem fortalece a autonomia do indivíduo, incentivando, capacitando e organizando as pessoas para que possam participar ativamente da construção e transformação da história da sociedade (Gramsci, 2004). Nesse sentido, faz-se necessário uma escola que compreenda a integralidade da existência do ser humano, formando-o em diversas dimensões. Ainda, almeja-se a articulação do saber intelectual com o saber prático ofertando-os a todos os integrantes da sociedade.

Nas palavras de Gramsci (2010, p. 66), trata-se de “[...] uma escola de liberdade e de livre iniciativa [...]”, a qual possui “[...] diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo

---

<sup>2</sup> Trata-se de “[...] uma cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (Gramsci, 1988, p. 118).

possível, e por isso do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade”. Às perspectivas de educação aqui expostas, elucidam também o horizonte de uma nova sociedade. A leitura da realidade brasileira, bem como a categoria de desigualdade social dialoga com a necessidade educacional imposta para a transformação da sociedade, baseadas na formação humana integral. Desta forma, a próxima seção abordará a realização da escola para todos os integrantes da sociedade e seus vieses a partir do contexto brasileiro.

## 2.2 EDUCAÇÃO E DIREITOS

Segundo a Constituição Federal, artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A Educação é considerada um direito da pessoa humana, em consonância ao Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Segundo a ONU (1948), “[...] toda a pessoa tem direito à educação. A Educação deve ser gratuita”. Conforme assinala Kowalski (2012), a Educação se trata de “[...] um dos pilares fundamentais dos Direitos Humanos, afirmados como universais, indivisíveis, interdependentes entre si e destinados a garantir a dignidade humana” tendo “[...] sua concretização assegurada como dever do Estado, por meio da formulação de políticas públicas” (Kowalski, 2012, p. 23).

Frاندолозо (2023) ao tratar da Educação elucidada que “[...] contribui decisivamente para a melhoria de vida de cada cidadão por meio do desenvolvimento pessoal e social” (Frاندолозо, 2023, p. 40). Assumindo a Educação como caráter de bem-público, a autora explicita a importância da legislação brasileira na função do pleno direito da cidadania, uma vez que é “[...] um instrumento de formação do exercício da cidadania e da emancipação social, tendo o comprometimento primordial à formação integral do ser humano” (Frاندолозо, 2023, p. 40). Segundo Gomes, Araújo e Moraes (2017, p. 179), a Educação realiza uma conexão entre o indivíduo e seu gênero “[...] oferecendo ao primeiro condições de apropriação do conjunto de bens historicamente produzidos pelo segundo, numa espiral inesgotável”.

Nesse sentido, Manacorda (2007) retoma os marcos históricos da educação profissional para manifestar o descaso com a formação integral do ser humano. Para o autor, a educação profissional, por muito tempo, formou a classe trabalhadora

somente para atender uma demanda instrumental, em que “[...] a educação humanista era reservada aos filhos da classe dominante, restavam para o proletariado as escolas profissionais” (Oliveira; Maia Filho; Jimenez, 2015, p. 98). Gramsci (2004) já denunciava essa conduta social no contexto italiano, uma vez que as escolas só poderiam ser frequentadas “[...] pelos jovens filhos da burguesia, que desfrutam da independência econômica necessária para a tranquilidade nos estudos” (Gramsci, 2004, p. 74). Assinala ainda a estrutura estatal a qual era oferecida, quando descreve serem “[...] pagas com o recurso do tesouro nacional, e, portanto, também com os impostos pagos diretos pelo proletariado” (Gramsci, 2004, p. 74), o qual diretamente impõe que a classe trabalhadora obtenha o que dela é de direito.

Ferraro (2008, p. 275) destaca que escolarização compreende acesso e “[...] continuidade bem-sucedida na escola”. Manzani (2008) esclarece que ‘acesso’ deve ser entendido de forma ampla, abrangendo não apenas a entrada na universidade (por meio de um processo seletivo justo e que considere as necessidades dos estudantes com deficiência), mas também a permanência desse aluno na instituição (com subsídios que assegurem condições adequadas para que ele conclua o curso com sucesso). Dessa forma, o acesso envolve um processo de transformação e está ligado à criação de condições legais e de direitos iguais para todos.

Ferraro (2008) expõe que a não universalização da Educação, cujo serviço público insere o cidadão na condição de credor desse serviço e, conseqüentemente, do Estado como devedor. O que se percebe, é que, em uma concepção de escola como mercadoria

[...] prevalece a concepção da educação-mercadoria que torna-se acessível ‘aos clientes’ através do mecanismo de compra, contrapondo-se à educação como bem público, dever de Estado e direito do cidadão, visando o alcance de uma sociedade mais justa e democrática. Somente a partir da concepção de educação como bem público, é ‘que faz sentido falar em democratização do acesso e garantia de permanência dos estudantes em cursos superiores com qualidade científica e social’ (Dias Sobrinho, 2010, p. 1.225).

Haddad (2003, p. 124) afirma que “[...] o discurso hegemônico é o de reduzir a educação como função para o desenvolvimento econômico, para o mercado de trabalho, para formar mão-de-obra”, o que torna “absolutamente insuficiente para explicar todas as dimensões do que é a Educação como Direito Humano”. Ainda, expõe que os valores de mercado “[...] muito pouco se veiculou sobre a educação como um direito para a formação para a cidadania, como formação geral do indivíduo [...]” (Haddad, 2003, p. 5).

Nessa perspectiva, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em seu documento “Subsídios para trabalho dos assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2013) historiciza esta política demonstrando-a relevância no “[...] enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social” (CFESS, 2013, p. 19). Continua, afirmando que a política de educação se constitui em:

[...] uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais (CFESS, 2013, p. 19).

Analisa-se a Educação a partir do processo de redemocratização brasileira, enquanto política pública amparada pela Constituição Federal (Brasil, 1988) da qual surgiram os demais marcos regulatórios subjacentes. Portanto, ao tratar de Educação também se faz necessário olhar para a formação social brasileira, os avanços do capitalismo, as disputas políticas, os demais direitos conquistados, a estrutura político-governamental, tomando como ponto de partida a consciência de classe e as pautas dos movimentos sociais.

O projeto democrático-igualitário (não plenamente conquistado) da escola segue disputado na cotidianidade das instituições. Assim sendo, desde as diretrizes nacionais que envolvem as políticas educacionais até o trabalho diário desenvolvido em cada instituição, é necessária uma gestão de educação que compreenda as realidades sociais e os meandros da vida da classe trabalhadora e, portanto, o que é um direito humano porque é social e como se forma em política pública. Dito isto, em subtítulo especial haverá a abordagem mais direta à questão meritocrática, presente nos ideários.

### 2.3 O VIÉS MERITOCRÁTICO DA EDUCAÇÃO EM CENA

Frisa-se que o acesso da população à Educação na perspectiva de direito não é resultante de processos individuais de empenho em conquistar algo que se parece inatingível para muitos, gerando uma ideia de mérito. Segundo Barbosa (2010, p. 22), mérito se refere a um “[...] conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um, ou seja, o reconhecimento público da qualidade das realizações individuais”. Compreendendo

como importante apontar os perigos que incorrem nesse tipo de discurso como a responsabilização do sujeito, a ideia de conseguir a partir de um esforço individual, ainda cerca o ideário da população apesar de se tratar de um direito fundamental humano e posteriormente social.

As raízes da meritocracia possuem um apelo moral fundado “[...] no mérito de cada um em potencializar suas capacidades supostamente naturais” (Behring, [s.d], p. 6). A ideia do mérito é dual, já que estabelece o merecedor do não-merecedor, o fracasso do não-fracasso, ignorando a história de cada pessoa. Segundo Frandolozo (2023, p. 36), “[...] é natural atribuir ao mérito individual o sucesso das pessoas que tiveram melhores oportunidades, ficando imperceptível a relação intrínseca do desempenho com as condições de vida”. A autora ainda afirma que “[...] a crença na meritocracia dá condições para reprodução das desigualdades, pois despreza as diferenças sociais e econômicas e pensa os sujeitos isolados, em um mundo paralelo, distante das questões sociais que os cercam” (Frandolozo, 2023, p. 37). Behring ([s.d], p. 6) também indica a natureza teórica desse tipo de pensamento atrelado ao liberalismo, afirmando que “[...] combina-se a um forte darwinismo social, em que a inserção social dos indivíduos se define por mecanismos de seleção natural”.

Como afirma Miranda (2017, p. 74-75) a “[...] recorrência à defesa do mérito na sociedade de classes aponta para o exercício da dominação que tende a camuflar os mecanismos que produzem as desigualdades da sociedade capitalista”. O autor prossegue afirmando que o mérito segue “[...] negando o processo histórico da vida e das relações sociais que se materializam nessas circunstâncias” (Miranda, 2017, p. 74-75). Outrossim, o mérito também exerce uma ideia de dominação. A ilusão de que não há obstáculos para quem realmente quer, faz parte do discurso meritocrático.

A reflexão em torno do mérito expõe a concepção de ideia de Educação na arena de talentos e virtudes possibilitando acesso para alguns e negando para outros os quais nem chegam a entrar numa instituição de ensino. Há um acúmulo de décadas de pessoas que não chegaram a posições educacionais, demonstrando um país marcado por uma forte desigualdade educacional. A partir de então, localiza-se, na seção a seguir, a estrutura da política de EPT como uma alternativa para a democratização da Educação.

## 2.4 OS INSTITUTOS FEDERAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA

A EPT constitui-se como uma política pública com financiamento próprio e institucionalizada nos IFs a partir de 2008, por meio da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008). Para isto, consideram-se itens essenciais para caracterização de uma política pública que busca impactar a sociedade de forma a gerar igualdade social em articulação às demais políticas públicas. Um dos destaques de maior caracterização da EPT enquanto política pública é a triangulação entre Educação, território e desenvolvimento. Ou seja, a sua leitura e a intervenção da EPT na localidade socioeconômica. Como indica Daros (2019, p. 103), construindo “[...] soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”

Os IFs são instituições públicas de ensino a partir de um projeto político-educacional com vistas a uma formação integradora do ensino técnico, o qual se coloca como demanda de um país, e do ensino propedêutico, cuja base curricular era a predominante nos cursos de ensino médio oferecidos. A regulamentação dos IFs, define que, 50% das vagas em cada unidade devem ser de cursos do ensino técnico integrado ao médio (Brasil, 2008). Além disso, os IFs também ofertam cursos concomitantes e subsequentes ao ensino médio, bem como graduações nas formas de licenciaturas, superiores de tecnologia e bacharelados (Brasil, 2008). Adiciona-se a oferta de cursos de pós-graduação, inaugurando uma instituição que se propõe a verticalização<sup>3</sup>. Os IFs tornam-se uma instituição única com ensino, pesquisa e extensão, que integra ciência, tecnologia e cultura de forma indissociável em conjunto com a investigação científica, “[...] essencial à construção da autonomia intelectual” dos estudantes (Pacheco, 2015, p. 15).

Os IFs são gerenciados pela esfera pública do executivo federal, em específico do Ministério da Educação (MEC) de onde provém as atuais diretrizes e principais regulamentações. Segundo documento do MEC (Brasil, 2014b), todos os espaços públicos de educação devem ser entendidos como “[...] a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças” (Brasil, 2014b, p. 19). Completa caracterizando-a como “[...] bem público, destinada a todos indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais

---

<sup>3</sup> Considera-se verticalização a oferta de vários níveis de educação da básica, para a técnica, para a tecnológica, para superior e pós-graduação onde o estudante possa realizar todo o seu ciclo formativo na mesma instituição (Curi; Gomes; Borges; 2023).

básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira” (Brasil, 2014b, p. 19). Segundo Pacheco (2015),

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível (Pacheco, 2015, p. 24).

A institucionalidade dos IFs está vinculada às lutas da classe trabalhadora como estratégia democrática e popular, considerando, portanto, um avanço diante dos moldes da educação burguesa. O contexto de sua criação revela uma preocupação na formação humana e cidadã em direção a inclusão social de setores populares e a busca de um país soberano. Como refere Pacheco (2008), a criação dos IFs é proveniente de um projeto progressista, em que se buscou “[...] incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública” (Pacheco, 2008, p. 7).

A oferta de educação profissional pública nesse contexto, promove democratização da mesma, revertida das elites para a classe trabalhadora, consiste no que há de mais caro na Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), de forma que, como afirma Pacheco (2015),

[...] se constituam um marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento (Pacheco, 2015, p. 26).

Neste contexto de democratização do acesso à EPT, considerando-a como um instrumento de transformação social por meio de ações políticas, é também necessário refletir que os preceitos liberais-burgueses estão em disputa em torno da Educação e da educação pública, em especial, por reconhecerem-na como “[...] um espaço de potencial formador e transformador e, portanto, se bem apropriada pelos trabalhadores, uma ameaça à sua manutenção no poder” (Haddad, 2003, p. 124). O autor segue afirmando que o objetivo da elite é

[...] oferecer uma escolarização de má qualidade, além de promover o fracasso escolar em massa, é não permitir que a classe trabalhadora tenha acesso aos conhecimentos e aos saberes que poderiam formar uma massa de trabalhadores críticos e potenciais revolucionários (Haddad, 2003, p. 124).

Todavia, como forma de permitir o acesso aos conhecimentos e saberes, bem como a democratização do ensino, considera-se a Lei de Cotas, Lei nº 15.142 (Brasil, 2025b) - que na forma de acesso, destina em percentual de vagas nas categorias pretos e pardos, renda inferior, indígenas e pessoas com deficiência - e o Pnaes, na ideia de democratização a partir da permanência. A Lei de Cotas ou Lei de Reserva de Vagas, Lei nº 15.142 (Brasil, 2025b), também denominado Programa de Inclusão Social e Étnico – Racial, compreende uma ação afirmativa, um projeto democrático e equitativo, propondo reservar um percentual das vagas destinadas a públicos com baixa renda e para pretos, pardos e indígenas. Segundo Moraes (2018, p. 6),

[...] foi com o advento da Lei nº 12.711/12 (Lei de Cotas), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, que se garantiu o acesso das populações desprivilegiadas a essas instituições. Tal dispositivo assinala em direção à diminuição dos abismos sociais reinantes no país, acenando como uma ação afirmativa mitigadora da elitização dos institutos federais, dando àqueles que sempre estudaram em escola pública o direito de acesso ao ensino médio tecnológico gratuito (Moraes, 2018, p. 6).

A lei prevê obrigatoriedade na destinação de “[...] no mínimo 50% das vagas por curso e turno para estudantes que cursaram em sua totalidade o ensino fundamental” (Brasil, 2012). Pondera-se que, ofertar o ingresso democrático, equivale ao mesmo que oportunizar permanência, considerando a desigualdade social demonstrada em demandas materiais de transporte, moradia e alimentação.

O Decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil prevê, via renda inferior, o acesso à moradia, à alimentação, ao transporte e à inclusão digital. Conforme indica Moraes (2018),

[...] o direito à educação não se finda no acesso, oferecer condições fomentem a permanência é fundamental para se chegar ao final do percurso e se obter êxito, permeando esses dois últimos a qualidade do ensino, para que então a educação desempenhe seu papel emancipador e de transformação social (Moraes, 2018, p. 6).

Ramos (2016, p. 6) ao retratar as desigualdades sociais no âmbito escolar afirma que “[...] ignorar suas determinações estruturais” com o objetivo de não reproduzi-las pode acabar naturalizando-as. Portanto, destaca-se, todavia, que a questão da permanência é central quando se trata de democratização e, subsequentemente, o Programa de Assistência Estudantil, principal instrumento. Destarte, a inclusão dessa população, que há anos teve seus direitos negados, só será possível por meio da oferta de materialidade nas áreas de moradia, alimentação,

transporte e bens culturais. O contrário desta concepção arrisca uma inclusão excludente<sup>4</sup>.

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, precisa-se, antes, de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (Marx; Engels, 2009, p. 32-33).

A Educação é democratizada a partir da luta da classe trabalhadora e da consequente estruturação estatal-regulatória em torno de uma política, que seguindo seu propósito, assim como em outras áreas é determinante para a igualdade social.

Aponta-se que a disputa da Educação para a elite, ou para a classe trabalhadora não é apenas conceitual, e sim, adentra o interior da instituição. Se faz a partir da instrumentalização da história, da perspectiva emancipatória e dos conceitos de democratização e igualdade, que aprofundam os cotidianos na viabilização literal do direito à Educação. Isso ocorre por meio das gestões das diversas políticas, das ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão, e dos currículos.

Para refletir sobre democratização da Educação, para além da oferta de vagas e ingresso é necessário dar centralidade ao debate da integralização da formação do sujeito que é incluído na instituição. De acordo com o que se menciona neste capítulo é necessária uma atenção sistemática sobre às condições de permanência para a conclusão do curso, compreendendo e permitindo resolutividade aos dificultadores. Desta forma, na próxima seção debate-se sobre a Permanência e o Êxito no contexto da EPT.

---

<sup>4</sup> Segundo Kuenzer (2016, p. 3), "A esta lógica, que estamos chamando de exclusão includente, corresponde outra lógica, em direção contrária, do ponto de vista da educação, a ela dialeticamente relacionada: a inclusão excludente, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente".

## 2.5 PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O entendimento escolhido para o conceito Permanência e Êxito é a relação uníssona ao direito à Educação, cuja viabilização inicial se realiza na abertura de vagas por meio de instituições públicas. Esse direito, conforme já referenciado na seção 2.2, está estruturado em dispositivos legais desde o Art. 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988), a LDBEN (Brasil, 1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014-2024) e o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que dispõe:

Art. 7º: O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. [...]

Art. 9º: O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente. [...]

Art. 13º: As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes (Brasil, 2013).

Não involuntariamente as instituições de EPT e os trabalhos acadêmicos têm dado ênfase à questão da permanência: mostram-na como o lado oposto ao fenômeno do abandono escolar<sup>5</sup> e o afastamento do direito à Educação. Às pesquisas sobre o abandono e fracasso escolar, vêm nos últimos anos direcionando o foco também para a modalidade da EPT. O fracasso escolar desenvolvido por Patto (2022) versa sobre às concepções de fracasso escolar a partir da experiência na educação básica com professores, estudantes e pais. A autora é enfática ao afirmar que o não sucesso escolar ocorre por fatores sociopolíticos e pedagógicos. A partir da realidade escolar pesquisada, apresenta o ponto de vista dos pais, os quais responsabilizam seus filhos, e, às escolas, por sua vez, responsabilizam os estudantes julgando-os por questões de saúde e de renda da família, quando estes não atendem o rendimento esperado. Patto (2022) afirma que os professores, eventualmente, não valorizam às habilidades e intelectualidades dos estudantes.

---

<sup>5</sup> Abandono da escola “[...] é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais, entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola” (Batista; Souza; Oliveira, 2011, p. 4).

A estigmatização de alunos na produção do conhecimento gera culpabilização nos mesmos, uma vez que são rotulados como bons ou ruins, pobres ou não, gerando exclusão e seletividade” (Patto, 2022). Assim,

Enquanto houver uma única pessoa excluída dos processos formativos, que tenha abandonado ou sido abandonada no seu direito à educação, haverá uma contribuição legitimamente original a ser dada por quem pesquisa (Souza, Artuso, 2022, p.147).

Por ora, situa-se este conceito para mais tarde resgatar também a permanência escolar, pois ambos se movimentam dialeticamente.

[...] o termo abandono escolar compreende a relação estabelecida entre os diversos fatores que envolvem o estudante e a escola, decorrentes de processos sociais, econômicos e culturais, visto que o estudante pode abandonar ou ser abandonado. Salienta-se, portanto, que no texto poderão ser encontradas outras denominações quando emitidas pelos autores tomados como referência (Zanin, 2019, p. 18).

Lüscher e Dore (2011) caracterizam o fenômeno do abandono escolar como “[...] um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola (Newmann; Wehlage; Lamborn, 1992; Finn, 1989 *apud* Lüscher e Dore, 2011). A culminância desse processo é a saída do estudante da escola” (Lüscher; Dore, 2011, p. 152). Desta forma, compreende-se aqui o abandono como um fenômeno que não pode ser naturalizado, como próprio de cursos específicos ou de condições de vida inerentes aos sujeitos-estudantes. Mas deve sim, ser desmistificado e combatido por meio de diagnóstico e ação institucional.

Destaca-se a importância em romper com a ideia conservadora de haver “os mais capazes” e os “menos capazes” que meritocraticamente segregam, responsabilizando os próprios estudantes pela qualidade da Educação. Todavia, tratando-se de abandono escolar há de tomar o cuidado para não atribuir a responsabilidade ao próprio sujeito em face de não adentrar nas mudanças institucionais necessárias.

Às principais referências compreendidas acerca de abandono escolar na EPT enquanto fenômeno complexo e multifatorial, indicam as categorizações de fatores individuais, externos e internos da escola, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Fatores de abandono ou fracasso escolar

<b>FATORES DE ABANDONO OU FRACASSO ESCOLAR</b>	
Individuais	Habilidade de estudo; personalidade; formação escolar anterior; escolha precoce da profissão, dificuldades de adaptação; incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; desmotivação; dificuldades na relação ensino à busca por novos cursos.
Externos	Problemas com currículos; questões didático-pedagógicas como critérios impróprios de avaliações; questões docentes como falta de formação e desinteresse; cultura institucional de desvalorização docente; falta de programas institucionais para os estudantes; e problemas na estrutura física da instituição.
Internos às instituições	Relativos ao mercado de trabalho; desvalorização da profissão; qualidade da educação anterior; conjuntura econômica; dificuldade financeira; e ausência de políticas públicas voltadas à educação.

Fonte: Adaptado de Zanin (2019, p. 102).

A partir de então, evidencia-se como principais motivos: os vínculos de trabalho que conciliam horários com a escola, a estudantes-trabalhadores, que se mostram, na verdade, primeiramente como trabalhadores, sendo estudantes em segundo plano, dada a necessidade de subsistência sua e/ou de sua família (Zanin, 2019). Lüscher e Dore (2011) apresentam o monitoramento realizado pela Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) em que foram identificadas 12 causas para o abandono estudantil e “[...] entre elas, destaca-se o abandono do curso por motivo de emprego/trabalho representando 36,56%” e incompatibilidade de horários (entre o curso e o trabalho) um percentual de 9,15%” (Lüscher; Dore, 2011, p. 169). Zanin (2019) coloca que uma das formas de lidar com esta realidade é a redução da carga horária semanal do curso, com alguma noite livre ou espaços vagos nelas para se dedicarem a outras atividades.

Como terceiro motivo aponta-se questões de ensino e de aprendizagem, na qual o professor não adapta a metodologia em conformidade com o conhecimento que o estudante trás e sua forma de aprender. Zanin (2019) sinaliza a necessidade de “[...] reflexão sobre o papel dos trabalhadores da educação nesse fenômeno” (Zanin, 2019, p. 229), uma vez que não são culpados, mas integram a totalidade dos elementos que podem ser motivos do fracasso.

Entre as produções acadêmicas também discorre-se acerca do motivo simbólico na dualidade abandono escolar/permanência escolar que se refere às identidades, à inserção, ao reconhecimento e pertencimento a grupos. As condições simbólicas também envolvem o aprendizado e a compreensão dos sinais e regras da cultura da instituição. Por exemplo, estudantes que trabalham podem ter dificuldades

para entender esses códigos, pois talvez não tenham tido a chance de vivenciar todas as oportunidades que a instituição oferece (Santos, 2009).

Também menciona-se como motivo a responsabilidade sobre o cuidado de algum ente familiar, aqui marca-se a ação de maternar (ou também paternar), apesar dos dados incidirem maior abandono ao público feminino. As questões de responsabilidades familiares e cuidado no cotidiano da vida geram uma “demanda invisível”, nas palavras de Moraes (2021, p. 239). A mesma autora complementa que a permanência estudantil deve ser:

[...] tratada em uma perspectiva ampliada e articulada com a totalidade da vida social, o que requer não secundarizar a dimensão da reprodução social dos estudantes, visto que, assim como a produção, é fundamental na composição das condições de vida (Moraes, 2021, p. 239).

Por fim, deixa-se à vista o conceito de permanência estudantil como:

Conjunto de discursos, ações ou movimentos empreendidos por estudantes ou pelas instituições universitárias, com o intuito de favorecer a sobrevivência e a manutenção com qualidade dos estudantes em seus cursos até a conclusão. Estas estratégias podem ser consideradas no âmbito informal, seja individual ou coletivamente, ou formal instituídas como política institucional (Mendes, 2020, p. 402-403).

Como motivo de permanência escolar, Moraes (2021) indica o acolhimento como ação de sucesso desenvolvida em parceria pelas coordenações de curso e as equipes de trabalho de assistência estudantil. O atendimento personalizado oferece um tom de atenção e afeto que propiciam a sensação de acolhimento. Portanto, a entrevista com os ingressantes visa “[...] acolher, conhecer a trajetória do estudante e estabelecer uma relação de trabalho singularizada não apenas com um professor específico, mas com o curso, pensando em diferentes acordos para diferentes estudantes” (Moraes, 2021, p. 255).

Este estudo concebe válida as ideias anteriormente descritas como motivos do abandono e da permanência. E, ainda enfatiza o *locus* sobre às condições socioeconômicas (aqui também chamada de condição objetiva de permanência, ou permanência material) como fator substancial do vínculo com a escola e que, tem revelado através dos programas de assistência estudantil uma forma de responder a esta demanda. Segundo Lüscher e Dore (2011), a condição socioeconômica do estudante é considerada como principal responsável pela evasão e/ou outras modalidades de fracasso escolar, em todos os níveis de ensino. Nesse sentido,

[...] os indicadores educacionais revelam as profundas desigualdades sociais que estruturam historicamente a sociedade brasileira, evidenciadas nas oportunidades de acesso ao ensino e em decorrência, as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes (França; Escott; Machado, 2022, p. 8).

Opta-se nesta pesquisa por marcar a história da Assistência Estudantil a partir do financiamento de Assistência Estudantil (AE) para os IFs que coincide com a publicação, em julho de 2010, do decreto nº 7234 (Brasil, 2010), do Pnaes. O referido decreto se preserva válido, mesmo considerando a recente aprovação da Lei da Política Nacional de Assistência Estudantil, Lei nº 14.914 (Brasil, 2024).

A Política Nacional de Assistência Estudantil, Lei n. 14.914 (Brasil, 2024) sempre foi pauta de estudantes e gestores, em movimentos e reuniões, uma vez que até então era um decreto, com fragilidade institucional. A nova lei possui em seus objetivos enfrentar às desigualdades educacionais, e “a redução das taxas de retenção e de evasão” (Brasil, 2024).

Abrange um total de 11 programas destinados a estudantes, iniciando com o PAE que, em seus Artigos 5º e 6º, versam sobre o recebimento de “benefício direto ao estudante assistido” com às ações equiparadas aos eixos de atendimento do Pnaes, seguido das condições de ser egresso de escola pública, ou proveniente de escola privada com bolsa. Importa citar o critério de renda bruta familiar mensal como sendo um salário mínimo per capita, diferentemente do Decreto, o qual previa atendimento ampliado para famílias com renda bruta mensal de até 1,5 salários mínimos.

Os demais programas preveem moradia, acessibilidade, transporte, permanência parental e atenção à saúde mental. Ainda, prevê a ampla divulgação da legislação e dos editais, como a implementação, execução e avaliação das ações no Sistema Nacional de Informações e de Controle.

Outrossim, como afirma Cavalheiro,

O marco temporal e regulatório da Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia data de 19 de julho de 2010, quando os IFs foram incluídos no Programa Nacional de Assistência Estudantil, através do Decreto nº 7.234 [...] (Cavalheiro, 2020, p. 40).

Evidenciando áreas a serem atendidas e o público, focalizado aos estudantes de baixa renda, o Pnaes demonstra em seus objetivos um compromisso com a permanência e o êxito estudantil avançando também sobre a necessidade de “[...] minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais” (Brasil, 2010, Art 2º).

Percebe-se, portanto, tratar-se de um programa equitativo, sem qualquer dúvida. E a partir daí a extrema relevância de debatê-lo social e academicamente.

Segundo Taufick (2013, p. 70), “[...] o tema da equidade ganhou força a partir da crescente desigualdade social presente na sociedade, que coloca em dúvida a pertinência da oferta educativa em condições de igualdade para todos”. Ou seja, no caso brasileiro a igualdade reforça as diferenças sociais. A autora continua afirmando que:

Somente há uma igualdade de fato quando se consideram as desigualdades existentes e se assumem estratégias para superá-las, possibilitando, assim, que todos tenham realmente as mesmas condições de acesso ao direito (Taufick, 2013, p. 71).

Nestes 14 anos, o Decreto (Brasil, 2010) provou ter implementado um importante Programa na garantia da educação como direito, desenvolvendo no interior dos IFs ações nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, cultura, esporte e apoio pedagógico. O referido decreto (Brasil, 2010) ainda prevê às áreas de atenção à saúde, inclusão digital, creche e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Souza (2011) argumenta sobre a assistência estudantil:

A Assistência Estudantil [...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Souza, 2011, p. 3).

Saccaro, França e Jacinto (2016) discutem a importância dos auxílios estudantis a partir de estudos de autores como Murdock (1989) e Nora (1990). Os autores afirmam que o desempenho dos alunos que receberam a maior quantidade de recursos foi melhor do que daqueles que receberam pouco ou nenhum apoio financeiro.

Certamente, o Programa não possui somente mérito da segunda gestão de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>6</sup> que o decretou. Naquele período estava latente os movimentos estudantis, como da União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários (FONAPRACE), os quais

---

<sup>6</sup> Período que compreende 2007-2010.

reivindicavam pela normatização da assistência estudantil. Sobre o mesmo contexto originário também houve inúmeros avanços para a educação como, por exemplo, a ampliação no número de vagas em universidades federais.

Entre as formas de gestão do Programa, cada IF atua sobre sua maneira a partir de equipes multiprofissionais e de normatizações internas. Essas equipes dão conta de editais e de seus critérios, bem como sobre a divisão e execução do recurso atrelado ao Pnaes chamado Ação Orçamentária MEC 2994 - Assistência ao Estudante.

Mesmo o PNAES sendo um programa de âmbito nacional, cada IFES tem autonomia para utilizar seus recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais. O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do aluno, preferencialmente de baixa renda, para evitar e/ou diminuir consideravelmente os índices de repetência e evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição como um todo (Kowalski, 2012, p. 97).

Para finalizar, o capítulo apresenta-se como um item a darem maior abrangência sobre a temática “Pnaes” o fato deste programa apresentar contradições, uma vez que limita seu atendimento, muitos outros estudantes também com baixa renda mas por pouco fora do critério de 1,5 não são atendidos, o que torna o programa com uma característica focalista. Esta focalização se agrava ao decorrer dos anos através do congelamento do orçamento, que permanece o mesmo desde 2016, seguindo a lógica do cobertor curto. Hipoteticamente ao avaliar o Pnaes traz-se à tona a real eficácia do repasse de recurso frente ao empobrecimento generalizado da população nos últimos anos. Portanto, coaduna-se com Leite:

Em síntese, priorizar o acesso e a permanência, no bojo de uma Política de Assistência Estudantil, significa entender, antes de mais nada, que ambos são parte de um processo contínuo e, portanto, só serão efetivados mediante políticas estruturais auferidas e usufruídas por todo e qualquer discente e financiadas, total e exclusivamente, com verba do Estado. Assim procedendo, a universidade garantirá a efetivação da assistência ao estudante como um direito, buscando realizá-la em sua plenitude, transformando-a definitivamente em uma política pública (Leite, 2012, p. 471).



### 3 METODOLOGIA

Esta seção descreve os caminhos escolhidos para a metodologia da pesquisa. Assim, apresenta a classificação da pesquisa, o campo, o universo, a amostra da pesquisa, os instrumentos para produção e análise dos dados e os aspectos voltados para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa aplicada se caracteriza como qualitativa. Franco, Carmo e Medeiro (2013, p. 101) enfatizam que as pesquisas qualitativas possuem “[...] todas as credenciais necessárias para se empreender uma crítica aos fenômenos educacionais” e complementam que “[...] as conexões entre as particularidades da escola e a sociedade podem ser feitas de maneira objetiva pelo pesquisador a partir do levantamento e análise dos dados empíricos”. Para os autores, o pesquisador deve, também, “[...] analisar o processo histórico do fenômeno no que diz respeito à sua dinâmica”. Tais dados, devem ser tratados de maneira qualitativa, de forma a estabelecer a articulação da subjetividade e particularidade do momento histórico e do contexto próprios da pesquisa e seus participantes. À vista disso, anuncia-se a importância da leitura do real, das sucessivas aproximações e da teoria-prática necessárias para a transformação social. Para Gasparin e Barros (2009), a compreensão da realidade inicia-se a partir do empírico enquanto apresentação do fenômeno, na sequência, efetua-se sua análise (busca da essência) até chegar ao concreto no pensamento (união do empírico e do concreto) (Gasparin; Barros, 2009).

Todavia, esta pesquisa pauta-se em objetivos exploratórios, descritivos e explicativos. Exploratório, já que permite familiaridade com a problemática, com o intuito de tornar mais explícito ou construir hipóteses (Gerhardt; Silveira, 2009). Descritivo, porque implica investigar informações sobre o que se almeja pesquisar, descrevendo fatos e fenômenos de determinada realidade (Triviños, 1982). Explicativa, uma vez que se preocupa em evidenciar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (Gil, 2007).

Assim, teve como principal fonte de produção dados a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica, conforme Lima e Mioto (2007), firma-se como um importante procedimento metodológico na produção de dados científicos capaz de contribuir, especialmente, com temas pouco explorados.

Já a análise documental, segundo Gonçalves (2007), recorre a “[...] materiais

que ainda não receberam tratamento”. Ainda, Lüdke e André (1986, p. 38), inferem que a análise documental é uma “[...] técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Por fim, a pesquisa de campo caracteriza-se pela produção de dados junto a pessoas, com diferentes tipos de recursos de pesquisa (Fonseca, 2002).

### 3.2 CAMPO, UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Especificamente, no Rio Grande do Sul, conta-se com três IFs, a saber: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

O IFRS foi criado a partir da data da Lei de Criação dos Institutos Federais (Brasil, 2008). Ele surgiu de escolas que já ofereciam cursos técnicos, agrotécnicos e de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), localizadas tanto no interior quanto na região metropolitana. A partir de então, essas instituições se unificaram, formando o grande IFRS. Segundo dados do PDI (IFRS, 2024a), consiste em uma instituição comprometida com a sua realidade e com a democratização dos conhecimentos adotando um modelo de educação progressista, composto em seus primeiros valores: a equidade e a justiça social.

Para tanto, conta com uma estrutura de 17 *campi* (Figura 1) espalhados em diversas regiões do estado, com um total de 23.855 estudantes<sup>7</sup> ofertando educação tecnológica inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades.

---

<sup>7</sup> De acordo com a aferição de Julho de 2025 do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Figura 1: Mapa de localização dos campi do IFRS



Fonte: Núcleo de Memória do IFRS (2023).

Tendo em vista a inviabilidade de entrevistar todos os estudantes que recebem auxílio estudantil encaminhou para a escolha de alguns *campi* e nesses o recorte de dois estudantes por nível de ensino. Na preferência dos *campi* foram consideradas as três fases de implantação dos *campi* do IFRS. Também se buscou contemplar o máximo possível as distintas regiões em que a instituição se alastra (região norte do estado, região da serra, região metropolitana, região sul do estado). Para tanto, a pesquisa foi realizada no âmbito do IFRS, nos *campi* Alvorada, Caxias do Sul e Sertão.

O *campus* Alvorada é da região metropolitana, tem uma maior diversidade étnico-racial que se localiza dentro da periferia, cujo modo de ingresso do Ensino Médio Integrado é sorteio. Sertão possui um *campus* proveniente de escola agrotécnica, caracterizando a primeira fase de implementação, ou seja, um dos mais antigos do IFRS, que recebe estudantes de toda a região do planalto médio e possui popularidade dos cursos agrícolas. Caxias do Sul representa a serra gaúcha e a segunda fase de implementação. Uma região que se caracteriza pelo berçário industrial oferecendo cursos nas áreas que atendem essas demandas.

A pesquisa de campo envolveu uma amostra de dois estudantes por nível ou

modalidade de cada *campus*, sendo estes oriundos de diversos cursos<sup>8</sup> que o *campus* oferta, totalizando 22 estudantes. Deste total, realizou-se entrevista com 11 estudantes<sup>9</sup>. Contudo, buscou-se atentar para a representação de estudantes pretos e pardos, cis de sexo feminino e masculino e trans, todos eles indicados pela equipe de Assistência Estudantil do *campus*, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Disposição dos estudantes

<b>Campus</b>	<b>Amostra</b>
Alvorada	4
Caxias do Sul	4
Sertão	3
<b>Total</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

### 3.3 INSTRUMENTOS E ANÁLISE DE DADOS

A produção de dados foi realizada por meio de documentos e de entrevistas, além da pesquisa bibliográfica com base em autores como: Marx (1983), Gramsci (2001, 2004, 2010), Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), Ramos (2005), Saviani (2007, 2015), Frigotto (2010a, 2010b), Pacheco (2015), Machado (2020), Silva (2020) para descrever sobre a relação trabalho e Educação enquanto base para as reflexões no contexto da EPT. Para abordar sobre Educação e direitos, pautou-se em Haddad (2003), Gramsci (2004), Manacorda (2007), Ferraro (2008), Dias Sobrinho (2010), Kowalski (2012), Oliveira, Maia Filho e Jimenez (2015), Gomes, Araújo e Moraes (2017) e Frandolozo (2023). Sobre o viés meritocrático da Educação, situou-se em Behring ([s.d]), Barbosa (2010), Miranda (2017), Frandolozo (2023). Para discutir sobre os IFs e a democratização da educação, embasou-se em: Haddad (2003), Pacheco (2008, 2015), Marx e Engels (2009), Souza (2011), Taufick (2013), Ramos (2016), Moraes (2018), Daros (2019). Por fim, sobre permanência e êxito na EPT, ancorou-se em: Santos (2009), Lüscher e Dore (2011), Kowalski (2012), Saccaro, França e Jacinto (2016), Zanin (2019), Cavalheiro (2020), Mendes (2020), Moraes (2021), França, Escott e Machado (2022) e Souza e Artuso (2022).

A pesquisa bibliográfica foi articulada com documentos, tais como: ONU (1948), Brasil (1988, 1996, 2008, 2010, 2012, 2014-2024, 2013, 2014a, 2014b, 2024)

<sup>8</sup> Explicitados na seção 4.2.

<sup>9</sup> Ressalta-se as dificuldades impostas a pesquisa, como a frequência de estudantes que recebem auxílio, o que além de atrasar a pesquisa, encadeou na decisão em reduzir a amostra da pesquisa para o sucesso na conclusão.

e CFESS (1993, 2013). Outrossim, em relação aos documentos, foram analisados aqueles com dados relevantes para o estudo, a saber: Resolução nº 086 (IFRS, 2013), Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS (IFRS, 2018a), Instrução Normativa Proen nº 10 (IFRS, 2018b), Instrução Normativa Proen nº 01 (IFRS, 2020), Instrução Normativa Proen nº 04 (IFRS, 2023b), Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (IFRS, 2024a), Resolução nº 071 IFRS (IFRS, 2024c). O que se pretendeu nesta pesquisa, é estabelecer a relação parte-todo, em busca da percepção de estudantes e da equipe atuante no programa, seu olhar singular para o universal, ou seja, para a Política de Assistência Estudantil do IFRS. Considera-se que, tanto a Política quanto os participantes, estão inseridos em um contexto capitalista de produção de desigualdades sociais. Nesse sentido, o método também pode colaborar para ressaltar as potencialidades dos sujeitos, ou seja, às possibilidades de enfrentamento que residem na leitura que cada um faz sobre sua situação, uma vez que, sendo dialética e a partir da Política de Assistência Estudantil, “[...] estabelecerá uma crítica que, inevitavelmente, apresentará pontos promotores e propagadores de uma necessária transformação no cenário social” (Franco; Carmo; Medeiros, 2013, p. 96).

A escolha por entrevista semiestruturada (Apêndice A) permitiu liberdade ao respondente por meio de uma fala aberta que, devidamente, responderam uma base de questionamentos planejados e também extrapolaram com informações adicionais importantíssimas para a análise do entrevistador. De acordo com Trivínos (1982, p. 146), a entrevista semiestruturada, “[...] parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses de interesse da pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. O autor defende a metodologia dando importância ao entrevistado e garantindo a interação entre o pesquisador e o pesquisado.

As entrevistas com os estudantes ocorreram com data e hora marcadas, no período de 10 de maio a 15 de julho de 2025, com mediação da equipe de assistência estudantil para seleção e contato prévio com os estudantes, no interior do próprio *campus*. Em caso da impossibilidade de realizar a pesquisa presencialmente, a mesma foi realizada remotamente pela Plataforma Rede Brasileira para Educação e Pesquisa (RNP)<sup>10</sup>, sendo, igualmente, gravada. Ressalta-se que antes de cada

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://conferenciaweb.rnp.br/>

entrevista, os interlocutores assinaram o aceite do disposto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A).

Posteriormente houve análise dos dados e transcrição, sendo o resultado final desta o início do produto educacional para estudantes e gestores. Sobre a análise de dados, pautou na análise de conteúdo de Bardin (2011). De acordo com a autora (2011), deve-se realizar um processo de categorização, o qual é fundamental na análise e organiza os elementos estudados. Isso acontece ao dividir os discursos analisados em diferentes rubricas ou categorias. Essas categorias, que possuem um título geral, agrupam um conjunto de elementos que se diferenciam entre si. Por meio de analogias, esses elementos podem ser classificados com base em critérios semânticos, sintáticos, lexicais ou expressivos. Nestes termos, o processo estruturalista deve acontecer em dois momentos: “[...] o inventário: isolar os elementos; a classificação: repartir elementos e, 54 portanto, procurar ou impor certa organização às mensagens” (Bardin, 2011, p. 148).

Considerando que a pesquisa buscará analisar os processos necessários para o monitoramento e avaliação da real contribuição do Pnaes para a Permanência e Êxito dos estudantes que recebem auxílio, envolvendo, assim, políticas de assistência estudantil em âmbito nacional e institucional, a análise dos dados será realizada a partir do Ciclo de Políticas de Stephen Ball. A abordagem do Ciclo de Políticas, considera a política como um processo dialético entre o macro e o micro contexto. Para Mainardes (2006), o Ciclo de Políticas de Ball, considera três contextos inter-relacionados, embora não estejam organizados sequencial ou linearmente, quais sejam: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática. Desta forma, estima-se que essa abordagem é coerente com o paradigma adotado para orientar a realização da pesquisa e poderá contribuir com a organização e análise dos dados coletados.

Por fim, reforça-se que o fato de utilizarmos o verbo “olhar” no título da pesquisa se referindo a um público, qual é o destinatário de uma ação, já estabelece a necessidade qualitativa, enriquecedora das análises através de cada detalhe composto nos discursos desses sujeitos.

Os dados coletados são dotados de descrições de pessoas, situações e acontecimentos que aparecem na forma de extratos da vida social riquíssimos em símbolos. O interesse do pesquisador está sobretudo nos procedimentos e não apenas no produto e o tempo é outro fator indeterminado uma vez que não se há um tempo estabelecido, pré-

determinado para a realização da pesquisa e nem interessa os fatos estáticos vivenciados pelos sujeitos da pesquisa. Os pontos de vista dos participantes devem ser considerados pelo pesquisador, pois esses orientam as perspectivas da pesquisa. Cabendo ao pesquisador, por meio do método indutivo, transformar estas informações particulares em informações universais (Franco; Carmo; Medeiro, 2013, p. 93).

### **3.3.1 Comitê de Ética em Pesquisa**

A pesquisa foi avaliada pelo CEP e autorizada pelo parecer nº 83542724.5.0000.8024 (Anexo B).



## 4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Esta seção apresenta os dados produzidos na pesquisa, a partir da análise de conteúdo, observando a seguinte ordem: documentos institucionais e entrevistas aplicadas em estudantes que recebem auxílio estudantil. Os resultados são demonstrados a partir de gráficos, quadros e excertos. Ressalta-se que frases, expressões, palavras ou excertos significativos serão grifados para evidenciar os achados. utilizou-se foram utilizados códigos correspondentes à classificação dos *campi* (letra) e interlocutores (letra) e à ordem de resposta (número), ou seja, a letra (C), de *campus* e a letra (E), de “estudante”, acompanhada de um número de 1 a 11, indicado a ordem de resposta.

Para tanto, no primeiro momento discute-se sobre a gestão no Pnaes no IFRS, a partir da análise documento e, no segundo momento, analisa-se os dados produzidos via entrevistas dos estudantes, os quais foram categorizados e apresentados na seção 4.2.

### 4.1 A GESTÃO DO PNAES NO IFRS

O próprio Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (2024a) aponta a importância da assistência estudantil para a permanência avistando que,

A Assistência Estudantil possui um amplo escopo de atenção, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos(as) estudantes e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, incluindo desde Ações de Caráter Universal<sup>12</sup> até Programas de Benefícios<sup>13</sup>, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Além disso, com base nas necessidades apontadas pelos Diagnósticos Discentes e pelos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito, propõe a implantação de ações que contemplem o acompanhamento acadêmico, compreendendo ações de caráter psicológico, pedagógico e social, numa perspectiva interdisciplinar; e ações de cultura, lazer, esporte, apoio à participação em eventos relacionados à formação de estudantes, que se enquadram na condição de usuários da Assistência Estudantil, materiais para inclusão digital, entre outras. (IFRS, 2024a, p. 40).

Os auxílios estudantis constituem-se como uma das formas de oferta de condições de permanência, juntamente com as demais políticas, programas e ações institucionais que vão desde o processo de ensino e de aprendizagem na sala de aula, como também das condições de infraestrutura. Cavalheiro (2020) realiza um estudo sobre a permanência e o êxito identificando o tema e analisando as respostas institucionais para o fenômeno da evasão. Diante disso, ela afirma que:

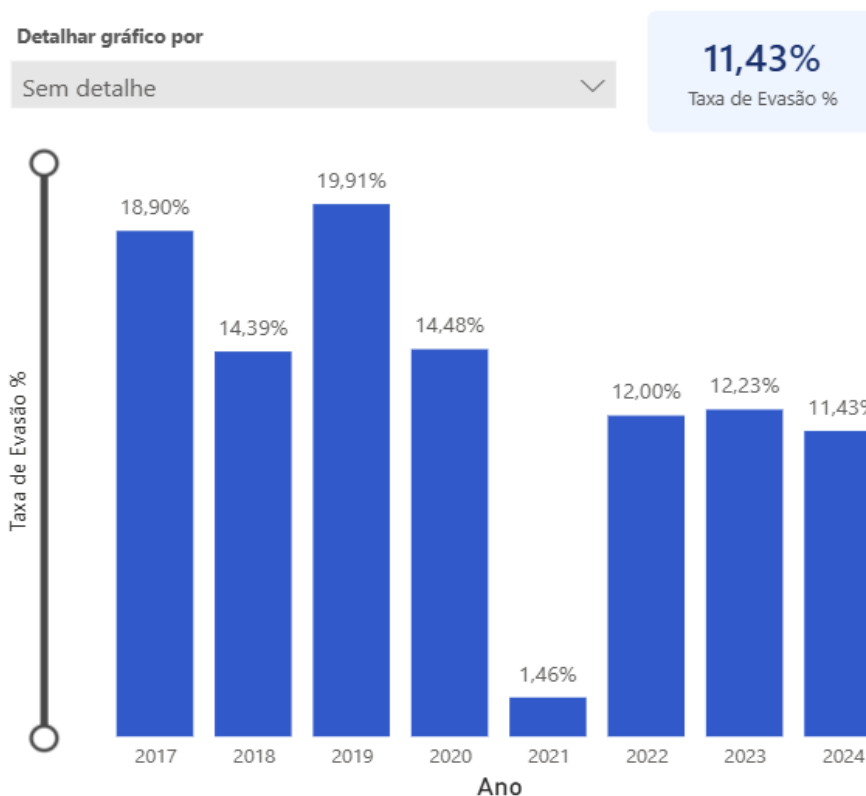
[...] a igualdade de condições para o acesso e permanência é um princípio constitucional na garantia do direito à Educação pública, e está diretamente

ligada às condições objetivas para que o estudante possa ter uma trajetória acadêmica que lhe permita a conclusão do curso, no tempo planejado. Muitas vezes, o estudante encontra obstáculos na sua trajetória e desempenho acadêmico durante o curso, devido à ausência da garantia estatal dos direitos sociais e da implementação de políticas públicas e sociais, da oferta de equipamentos públicos ou da precarização dos serviços ofertados, e, conseqüentemente, devido às condições socioeconômicas em que esse estudante vive (Cavalheiro, 2020, p. 17).

No Brasil, o programa de assistência estudantil que atendeu a esta demanda nos últimos 14 anos foi o Pnaes, hoje a Lei da Política de Assistência Estudantil, Lei nº 14.914 (Brasil, 2024), o qual será analisado a seguir vem adicionar formas de pensar a Assistência Estudantil. Destaca-se, que além do programa de assistência estudantil, às IFs dispõem de outros mecanismos de prevenção e combate ao abandono escolar. É o caso do IFRS que em 2016 aprova o Plano Estratégico de Permanência e Êxito, Resolução nº 064 (IFRS, 2018a).

Com base na Plataforma Nilo Peçanha (agosto/2025) mostra-se os dados de Evasão dos últimos sete anos no IFRS. É possível perceber que 2024 representou uma queda nas taxas de evasão de 0,8% em relação ao último ano, 2023 (MEC, 2025).

Gráfico 1: Taxa de Evasão IFRS



Fonte: MEC, 2025.

Percebe-se também uma diferença de 4% de evasão a cada ano, iniciando pela interpretação da primeira barra de 2017, até 2020. A partir de 2021 evidencia-se uma anormalidade na taxa de evasão, a qual se acredita ser influência das atividades não-presenciais. A manutenção das taxas aparece a partir dos três últimos anos em que se manteve uma média de evasão, sendo este último ano a indicação mais baixa (PNP, 2025).

Analisando o histórico de construção do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS (IFRS, 2018a), França, Escott e Schoer (2021) afirmam que é por meio do processo educacional que a política de permanência e êxito pode compreender e superar às causas da evasão das camadas populares, agindo também como crítica e transposição da naturalização das desigualdades sociais, possibilitando a carreira escolar a todas às pessoas.

Logo, a gestão do Pnaes no IFRS se sucede a partir de marcos regulatórios próprios, ponderados também em outros IFs, em virtude do decreto nacional (Pnaes) oferecer em sua redação diretrizes gerais e deixar em aberto especificações para que a autonomia de cada instituição seja desmembrada *a posteriori*. Desta forma, apresenta-se aqui a Política de Assistência Estudantil aprovada em 03 de dezembro de 2013, pelo Conselho Superior (Consup) do IFRS, Resolução nº 086 (IFRS, 2013).

Reconhecida como pioneira no Brasil, a política de assistência estudantil avança em seus princípios<sup>11</sup>, sinalizando o combate às desigualdades, ou seja, com plena localização da realidade social e da função dos IFs, como destacado no Art. 2º:

- I. enfrentamento às desigualdades sociais para ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino público federal;
- II. busca pela equidade de condições de acesso, permanência e diplomação qualificada dos discentes com vistas à inclusão, preservando o respeito à diversidade; [...] (IFRS, 2013).

Mediante diretrizes impostas por Instruções Normativas, cada unidade do IFRS oferta a publicação anual de editais de auxílios estudantis (centralidade do Pnaes) que se configuram em duas modalidades: Auxílio Permanência e Auxílio Moradia. Os editais contam com diversas etapas de inscrição ao longo do ano, possibilitando dar prioridade ao estudante ingressante, que já tem sua vaga reservada a partir do mesmo

---

<sup>11</sup> Avança também ao propor diagnóstico sociodemográfico, avaliação de impacto, e equipe multiprofissional.

critério de renda, definido pela Lei de Cotas, Lei nº 15.142 (Brasil, 2025b) e Resolução nº 042 IFRS (IFRS, 2022) que dispõe sobre o ingresso discente.

Às inscrições para concorrer aos auxílios são amplamente divulgadas, sucedidas por análise socioeconômica de assistente social seguida de resultado, com possibilidade de complementação documental, se necessário. A sequência de execução do programa se dá por meio do encaminhamento da planilha de pagamentos ao setor responsável (diretorias de administração de cada *campus*), atribuição que acontece mensalmente garantindo o pagamento antecipado aos estudantes. Considera-se um importante processo de gestão as aferições mensais de frequência, cuja presencialidade de 75% são pré-requisito para o pagamento de auxílio estudantil. O IFRS paga 12 parcelas para o Auxílio Moradia, e 10 parcelas para o Auxílio Permanência iniciando em janeiro e março, respectivamente.

Em janeiro é realizado o pagamento da primeira parcela das 12 previstas ao Auxílio Moradia e, a partir de março, é paga a primeira parcela das 10 previstas do Auxílio Permanência. Segue definição dos dois tipos de auxílios, conforme Instrução Normativa Proen nº 04 (IFRS, 2023b):

Art. 6º. O Auxílio Permanência consiste no repasse de recurso financeiro em até dez parcelas, considerando os meses de março a dezembro, para as/os estudantes frequentes com avaliação socioeconômica deferida.

Art. 9º. Trata-se do repasse de recurso financeiro direto à/ao estudante de forma contínua, em até 12 (doze) parcelas, a contar da data da matrícula e/ou do período de inscrições (IFRS, 2023b).

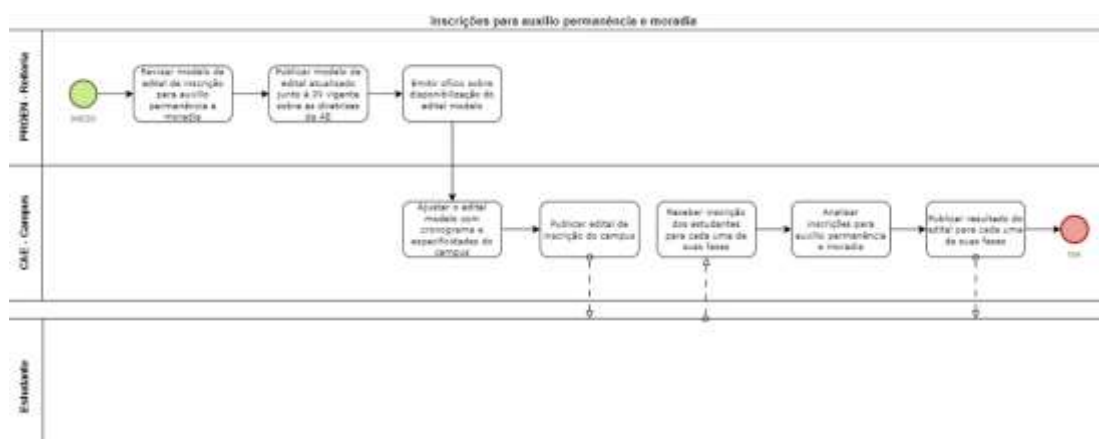
A gestão que acontece na assistência estudantil da reitoria do IFRS se difere dos *campi*, mas ambas estão juntamente imbricadas. A partir do quantitativo de estudantes informado mensalmente pelos *campi*, posterior a aferição da frequência, a reitoria (Pró-reitoria de Administração) por intermédio da Diretoria de Assuntos Estudantis, realiza o repasse mês a mês do orçamento suficiente para os pagamentos mensais. A previsão de execução mensal dos recursos é realizada às vésperas do início do ano de exercício, com a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e terá como base de cálculo os percentuais para cada auxílio durante o ano, dividido pelo número de mensais parcelas (12 parcelas ao Auxílio Moradia, e 10 parcelas ao Auxílio Permanência), conforme Art. 4º da Instrução Normativa Proen nº 10 (IFRS, 2018b):

Art. 4º Do orçamento anual total destinado à Assistência Estudantil do IFRS, serão reservados 85% (oitenta e cinco por cento) ao Auxílio Permanência, sendo 39% para o primeiro semestre e 46% para o segundo semestre, 10% ao Auxílio Moradia, sendo 5,4% no primeiro semestre e 4,6% no segundo semestre e 5% (cinco por cento) às Ações Universais (IFRS, 2018b).

Já os valores unitários dos auxílios são calculados pela média de pagamento de auxílio no ano anterior menos a consideração de 20% que representam os ingressantes que receberão auxílio, resultando na projeção de valores de auxílios para o ano que se iniciará. Posteriormente ao ingresso há a atualização dos valores, a partir dos quantitativos estudantis reais e definitivos.

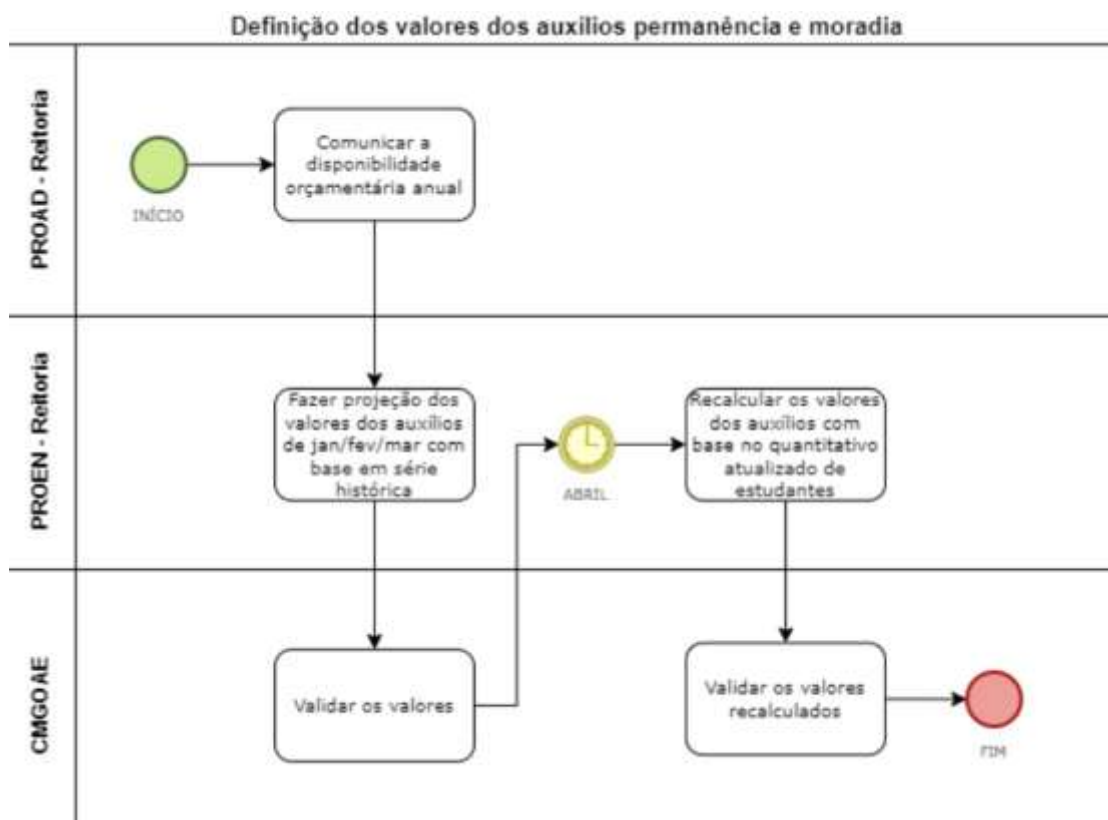
As figuras 2, 3 e 4 apresentam quadros demonstrativos com os fluxogramas 1) das inscrições; 2) da definição dos valores; 3) do pagamento; elaborados pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) em 2023, que auxiliam na ilustração do relato dos tempos e processos da gestão desenvolvidos.

Figura 2: Inscrições para o auxílio permanência e moradia



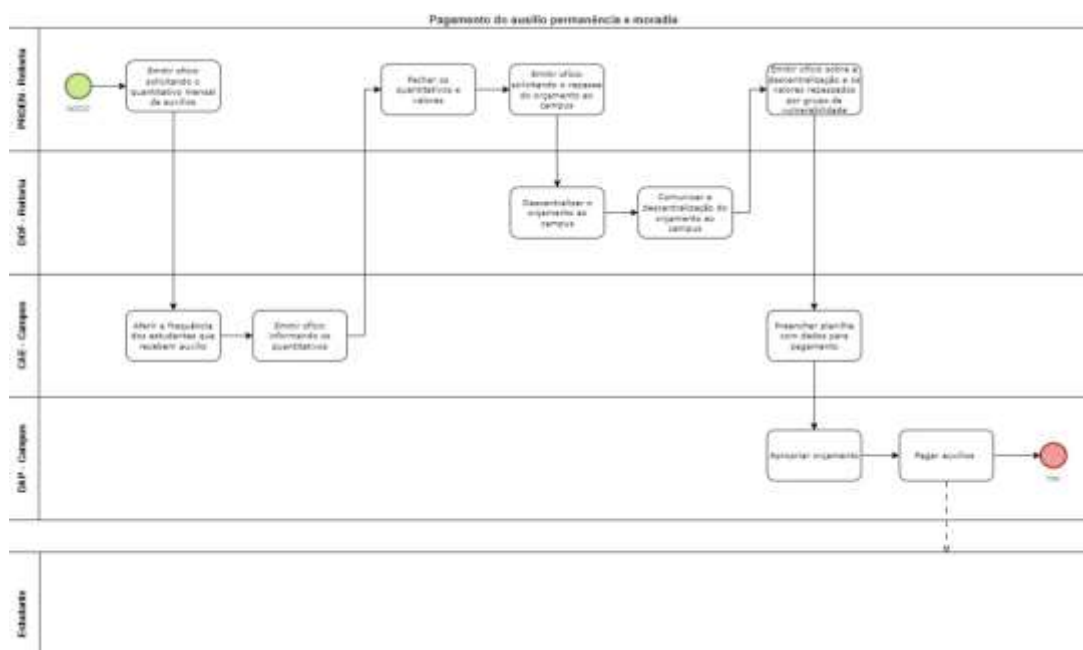
Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFRS (2024).

Figura 3: Definição dos valores dos auxílios permanência e moradia



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFRS (2024).

Figura 4: Pagamento do auxílio permanência e moradia



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFRS (2024).

A visualização anual corresponde ao atendimento de 25% dos estudantes, com pagamentos médios unitários de R\$4.000,00 executando um orçamento médio de

R\$12.0000.000,00, conforme levantamento dos dados dos últimos cinco anos, disponibilizado e apresentado pela Diretoria de Assuntos Estudantis nas reuniões anuais do Gtpae.

Com previsão orçamentária descentralizada diretamente pelo MEC (Ação 2994<sup>12</sup>), a AE representa uma das maiores execuções financeiras institucionais, que se baseiam nos princípios do Pnaes (Brasil, 2010). Avista-se a participação como um importante instrumento de gestão no IFRS, uma vez que o acompanhamento orçamentário e as principais decisões no que tange ao referido orçamento, estão a cargo de uma comissão mista, a Comissão Mista de Gestão Orçamentária de Assistência Estudantil (CMGOAE) que conta com membros diretores gerais, membros coordenadores de assistência estudantil, membro da Pró-reitoria de Administração e membro da Pró-reitoria de Ensino. Esta comissão é central e se reúne ao menos uma vez ao ano, para definir valores dos auxílios e formas de execução, conforme evoca Art. 12, da Instrução Normativa Proen nº 10 (IFRS, 2018b):

Art. 12 A Comissão Mista de Gestão do Orçamento da Assistência Estudantil (CMGOAE) será composta pelos membros indicados por seus pares dos seguintes coletivos: Colégio de Dirigentes (CD), Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil (GTPAE), Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Administração (IFRS, 2018b).

A estrutura da política prevê as Comissões de Assistência Estudantil que funcionam nos *campi*, de acordo com o regulamento da Política de Assistência Estudantil (IFRS, 2013), em consonância ao Art. 18. As mesmas são compostas por estudantes, servidores dos *campi* e servidores das equipes de Assistência Estudantil formando um espaço destinado a debate sobre a assistência estudantil. Segue trecho da Política que prevê esta forma participativa de construção e acompanhamento de gestão:

Art. 18 As Comissões de Assistência Estudantil são órgãos dos câmpus que possuem em seu âmbito a função de apoiar as Coordenações de Assistência Estudantil no planejamento, execução e acompanhamento da Política de Assistência Estudantil.

§ 1o As Comissões de Assistência Estudantil, regulamentadas por Regimento Interno Próprio, serão compostas pelo Coordenador da Assistência Estudantil, por 2 (dois) servidores docentes e 2 (dois) servidores Técnico-Administrativos em Educação, com mandato de 2 (dois) anos, e por 2 (dois) discentes, com mandato de 1 (um) ano.

---

<sup>12</sup> Refere-se à ação orçamentária para a RFEPCT. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/programas-e-acoas/acao/2994-assistencia-aos-estudantes-das-instituicoes-federais-de-educacao-profissional-e-tecnologica>.

§ 2o Os membros das Comissões de Assistência Estudantil serão eleitos entre seus pares (IFRS, 2013).

Para a gestão do Pnaes também conta-se com um sistema de inscrição e avaliação, em fase final de implementação, neste exato período, em cada unidade do IFRS. Segundo o Relatório de Gestão da Diretoria de Assuntos Estudantis (IFRS, 2021):

Em 2021, o IFRS iniciou a implantação do sistema de inscrição dos auxílios estudantis. Desde a implantação do Pnaes (Decreto 7234/2010), foram criadas modalidades de auxílios estudantis para o público do programa referido. A inscrição e processo comprobatório requisitado até então era entregue fisicamente através de questionário e documentos. A informatização do processo teve seu início em 2021, a partir do sistema de pré-matrícula elaborado com a primeira finalidade de atender aos ingressantes de forma remota devido ao contexto pandêmico de Covid (IFRS, 2010).

Possibilitando que o estudante preencha no sistema o cadastro socioeconômico e anexe os documentos comprobatórios exigidos no edital, o sistema também conta com interface para a análise socioeconômica, cuja atuação principal se realiza pelo assistente social. Em seu trabalho privativo, este profissional realiza a interpretação da composição familiar, o cálculo de renda, bem como o estudo das questões de vulnerabilidades também nas áreas de: trabalho, saúde, moradia, etnia e educação, território e mobilidade, violências e discriminações. É por meio desta análise que os estudantes são deferidos ou indeferidos nos editais de assistência estudantil. A análise igualmente possibilita a classificação em cada um dos quatro grupos de pagamento que prevê o auxílio permanência, cada qual correspondente a um grau de desigualdade social vivenciada, como expõe o Art. 8º da Instrução Normativa Proen nº 01 (IFRS, 2020b), que define diretrizes para as avaliações socioeconômicas no âmbito do IFRS.

Art. 8º A partir da realização da avaliação socioeconômica os/as estudantes serão classificados/as nos distintos grupos de pagamento, sendo que quanto maior o indicador, maiores são as expressões das desigualdades sociais as quais o estudante e seu grupo familiar são expostos.

A história de gestão da assistência estudantil nem sempre foi unificada. Às Instruções Normativas foram aprovadas, revisadas e atualizadas ano após ano, a partir de 2017. No período anterior, em cada uma das unidades do IFRS se compunha uma diretriz diferente de atuação frente ao recurso. Os valores dos auxílios tinham grandes variações de *campus* para *campus*, visto que a distribuição do orçamento tinha como base a matriz do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que já delimita o valor de cada local.

Os últimos oito anos marcaram reuniões primordiais, inclusive com diretores gerais, que tocaram a estrutura inteira do IFRS, pois se discutia a isonomia de atendimento estudantil e às possibilidades de conciliações intercampi para que isto ocorresse. O direcionamento e avanço deste programa insere o IFRS hoje como pioneiro e exemplo de gestão.

Os principais atores da execução da política no IFRS é o Gtpae, com atribuições devidamente regulamentadas pela política, se reúne ao menos duas vezes ao ano para debater e tratar das principais direções de trabalho das 17 equipes de assistência estudantil. Estas, representam o que há de mais substancial nas rotinas diárias de produzir assistência estudantil. Às equipes são multiprofissionais, com especialidades técnicas, segundo a política:

Art. 16 São membros das Coordenações da Assistência Estudantil nos câmpus: I. coordenador de Assistência Estudantil indicado pela direção do câmpus; II. equipe técnica mínima composta por: a. pedagogo; b. psicólogo; c. assistente social (IFRS, 2013).

Considera-se aqui a identidade da assistência estudantil como puramente equitativa e ligada à justiça social e a caracterização do trabalho profissional como de natureza socioeducativa, que compreende diversos processos. A natureza do trabalho socioeducativo, segundo Mito (2009), abrange as ações de orientação e acompanhamento e imbricam em três grandes processos de trabalho. Para a autora a natureza socioeducativa do trabalho visa

[...] contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social (Lima, 2006, p. 137).

Sobre a natureza do trabalho socioeducativo, Mito (2009) os cita três grandes processos:

- I. Processos de planejamento e gestão (correspondem ao conjunto de ações de planejamento, gestão e administração de políticas sociais, de instituições);

- II. Processos socioassistenciais (conjunto de ações profissionais desenvolvidas, a partir de demandas singulares, no âmbito da intervenção direta com os usuários em contextos institucionais);
- III. Processos político-organizativos, (mobilização e assessoria, que visam à participação política e à organização da sociedade civil para garantir e ampliar os Direitos na esfera pública e exercer o controle social).

Para a mesma autora, esses processos “[...] se articulam dialeticamente e estão fundados na dimensão investigativa da profissão, no planejamento e na documentação das ações profissionais” (Miotto, 2009, p. 4). Continua afirmando que “[...] as ações socioeducativas acontecem vinculadas aos três eixos propostos, tendo em vista as mesmas finalidades” (Miotto, 2009, p. 4).

O decreto pela Lei nº 14.914 (Brasil, 2024), que em seu § 2º Art. 5º inclui como novidade a necessidade de monitoramento e avaliação de suas ações, conforme discorrido a seguir.

§ 2º O PAE deverá garantir a participação dos estudantes, por meio de suas entidades representativas, na formulação, na execução, no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação de suas ações, inclusive na fase prévia de seleção dos contemplados, para garantir a expectativa do direito à obtenção dos benefícios do programa.

Por fim, analisa-se o Pnaes e as políticas de assuntos estudantis como políticas de ensino, são setores vinculados às diretorias de ensino e à pró-reitoria de ensino.

#### 4.2 DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE O AUXÍLIO ESTUDANTIL

Os IF acolhem estudantes nos cursos de educação básica Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Ensino Médio Subsequente à Educação Profissional; e em cursos da educação superior: graduação (bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Esses estudantes, em sua maioria, estão dentro da faixa dos 15 aos 29 anos, embora não sejam o público exclusivo – de qualquer forma, os profissionais da educação (professores e técnicos administrativos) necessitam estar preparados para trabalhar, acolher e compreender esses(as) jovens (Souza; Castaman; Vieira, 2024, p. 3-4).

Feito este preâmbulo, primeiro, descreve-se o perfil dos interlocutores da pesquisa. Dos 11 entrevistados com relação à sexo/identidade de gênero, verifica-se 9,1% mulher trans, 36,4% homem cis e 54,4% mulher cis. A maioria representada é de mulheres cis que também estão matriculadas nos cursos de ensino médio. Observa-se que 29,87% das matrículas na RFEPCT são de estudantes do sexo masculino, enquanto 34,12% são de estudantes do sexo feminino (Souza; Castaman;

Vieira, 2024). Esses números evidenciam a relevância desse diálogo para o universo da EPT e das juventudes (Souza; Castaman; Vieira, 2024).

Quadro 3: Interlocutores, Campus, Curso e Período de Ingresso no IFRS

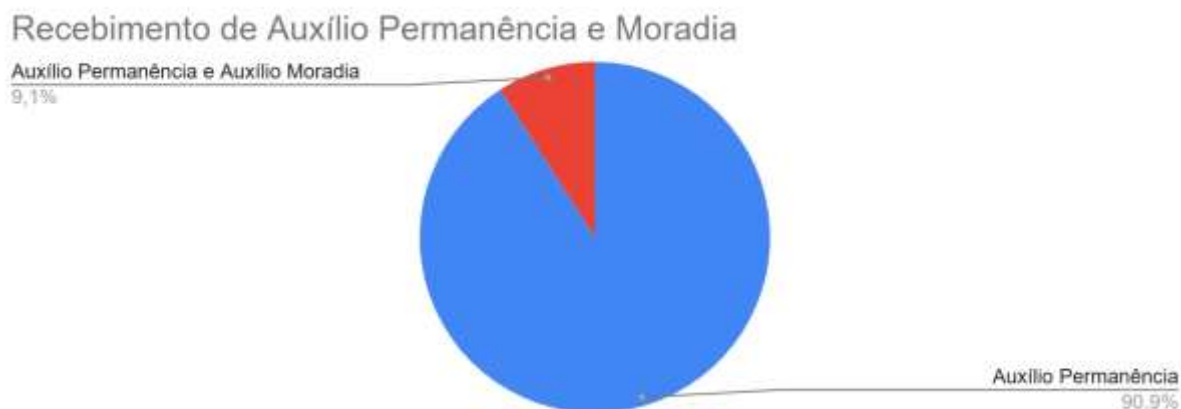
<b>Campus</b>	<b>Interlocutores</b>	<b>Curso</b>	<b>Período de Ingresso no IFRS</b>
Alvorada	C1E1	EMI Meio Ambiente	2023.01
	C1E2	EMI Áudio e Vídeo	2024.01
	C1E3	Pedagogia	2022.02
	C1E4	Libras Subsequente	2024.01
Caxias do Sul	C2E1	EMI Técnico em Plásticos	2024.01
	C2E2	EMI Técnico em Química	2022.01
	C2E3	Licenciatura em Matemática	2022.01
	C2E4	Licenciatura em Matemática	2024.02
Sertão	C3E1	EMI Informática	2023.01
	C3E2	Agronomia	2025.01
	C3E3	EMI Informática	2024.01

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os estudantes entrevistados são moradores das cidades dos *campi* e região. Quanto à raça/etnia, 18,2% negro-pardo, 9,1% negro, 9,1% indígena e 63,6% branco. Destes, cursam graduação em agronomia, graduação em pedagogia, Licenciatura em matemática, Ensino Médio Integrado em Meio Ambiente, Ensino Médio Integrado em Áudio e Vídeo, Ensino Médio Integrado Técnico em Plásticos, Ensino Médio Integrado Técnico em Química, Ensino Médio Integrado em Meio Ambiente, Ensino Médio Integrado em Tecnologia e Suporte em Informática, Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras, conforme quadro 3.

O gráfico 2 apresenta dados sobre o auxílio permanência e moradia. Evidencia-se que 9,1% recebe auxílio permanência e moradia e 90%, somente permanência.

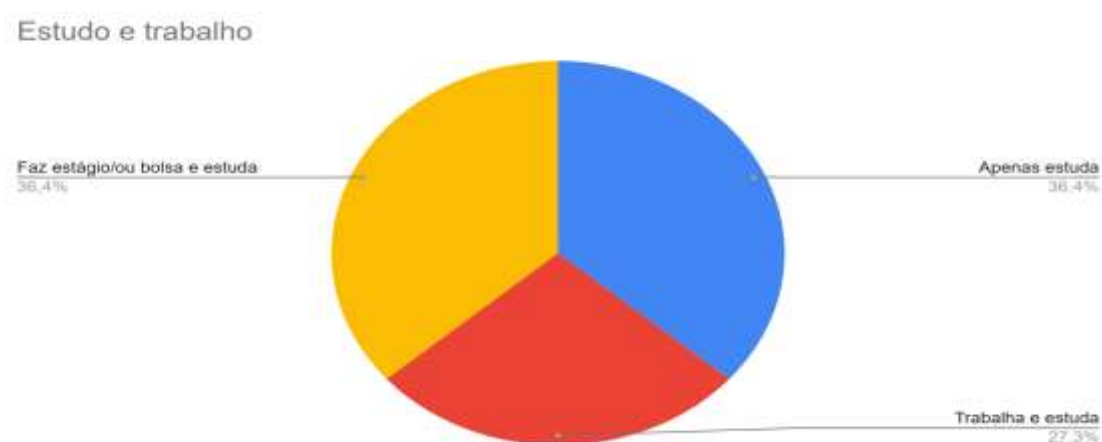
Gráfico 2: Recebimento de auxílio permanência e moradia



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados produzidos (2025).

O gráfico 3 produziu dados sobre os percentuais de estudantes que trabalham, estudam ou apenas estudam. Constatou-se que 36,4% realiza estágio e/ou participa de bolsa e estuda, 36,4% estuda e 27,3% trabalha e estuda.

Gráfico 3: Estudo e trabalho



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados produzidos (2025).

A análise da produção de dados oriundos da entrevista pautou-se em Bardin (2011), conforme indicado anteriormente. Para tanto, elenca-se às palavras-chaves destes enunciados estabelecendo o que se denomina “Códigos”. Evidenciou-se códigos, os quais estão ilustrados na figura 5:

Figura 5: Nuvem de palavras (categorias)



Fonte: Autora (2025).

A partir dos códigos constroem-se a categorização, às quais são de escolha do entrevistador, de acordo com a interpretação dos códigos, e, portanto, dos discursos, denominados “unidades de contexto”, consonante ao quadro 4.

Quadro 4: Análise da coleta de dados

Categoria	
Códigos	Unidades de contexto

Fonte: Autora (2025).

A cada categoria identificada, se designará códigos e unidades de contexto, conforme estrutura do Quadro 4, que será seguido da análise dos dados em forma descritiva e dialogando com autores específicos. A frequência de respostas, ou seja, o número de eventos por categoria e o número total de entrevistas serão descritos ao iniciar a análise dos dados, comentadas e dialogadas com a interlocução dos autores e documentos que se ocupam com a temática em cena.

Evidenciou-se nove categorias (transporte; bolsa ensino, pesquisa e extensão/estágio; alimentação; autonomia; complementação da renda familiar; cultura, esporte, material escolar, inclusão digital; saúde; inscrição (Divulgação); infraestrutura, aperfeiçoamento físico, organizacional e de pessoal), as quais serão analisadas nas subseções, a seguir:

## 4.2.1 Transporte

Quadro 5: Transporte

Demandas Estudantis previstas no Pnaes: Transporte	
Transporte Passagem 11 de 11	<p><b>“Vai tudo em passagem (valor do auxílio)” (C2E2).</b></p> <p><b>“O auxílio que eu ganho eu guardo para abastecer a moto</b> do meu esposo que me traz e me leva todos os dias [...] na verdade era para eu desistir faz tempo por causa do transporte, é muito longe. <b>É muito perigoso para eu voltar porque não é aqui que a gente pega ônibus é lá na frente, lá na faixa, é muito perigoso voltar para a casa. Teve um semestre que eu tranquei umas três cadeiras. Tem dias que eu não sabia como vir.</b> Eu tinha que justificar porque eu não tinha dinheiro para vir. O auxílio era muito pouco. Agora que eu recebo auxílio eu controlo e guardo para vir. <b>Se eu recebesse só o auxílio e não a bolsa (ou só a bolsa e não o auxílio) não ia conseguir vir.</b> Tipo agora que eu trabalho com hora extra, eu trabalho quando eles me chamam aí eu tenho que pegar minha filha no colégio <b>e não tenho tempo de vir de ônibus. Dá muito atraso, dá muita volta pra tu sair de lá pra tu chegar tu tem que sair muito cedo.</b> Então se eu tivesse só o auxílio estudantil do colégio eu tinha que trancar e tá fazendo só duas cadeiras. Esse semestre como eu tenho o bolsa permanência eu peguei todas às cadeiras. <b>Tinha vez que meu esposo me ajudava,</b> claro ele trabalha para manter nossa casa, manter nós, minha filha. <b>Mas tinha vez que não dava porque tinha que pagar conta.</b> Até no começo do semestre a gente tentou maioria dos alunos são de viamão, são de canoas, procurar uma van sabe para lotar e dividir pagar mensal, mas não tinha ninguém que fizesse isso, primeiro semestre...Poderiam fazer um rótula, fizeram <b>até lista das pessoas que moravam longe mas ninguém quis.</b> A maioria chama uber a maioria tem medo de andar de ônibus. Tem colega minha que gasta uber todo o dia. É tranquilo vir de tarde pro colégio, mas é perigoso ir de noite para casa. Tem ônibus para Porto Alegre, <b>a parada onde eu desço é muito longe para a minha casa tem que caminhar quase meia hora para chegar na parada lá em cima para pegar o próximo. O acesso a escola, só o transporte que é bem difícil para mim acessar o colégio, agora eu to bem acostumada com o meu curso tudo, eu gosto de vir para a aula, só o meio de transporte mesmo.</b> Às vezes o meu esposo tá cansado mesmo porque como ele trabalha de dia e de tarde tem que me trazer eu vejo que ele tá tão cansado <b>eu queria um transporte para mim acessar [...]</b> (C1E3).</p> <p><b>“Eu pego transporte no final de semana, vou na sexta feira e volto na segunda (casa da família em Vista Alegre do Prata). [...] Se eu não recebesse auxílio seria difícil por causa do transporte [...] O auxílio é uma forma de incentivar a continuar o estudo” (C3E3).</b></p> <p><b>“Gasto com o ônibus de Passo Fundo, que dá R\$ 108,00 por mês” (C3E1).</b></p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Evidencia-se no Quadro 5 que a categoria transporte teve mais comentários ou registros relacionados à permanência do que em outras categorias. As 11 citações dos 11 entrevistados avistam como principais desafios para ir à escola e dar continuidade nos auxílios, os altos valores das passagens, o tempo de deslocamento (entre casa e trabalho ao IF) e a regularidade dos horários de ônibus. Não por coincidência, o próprio processo de produção de dados teve dificuldades para ida e volta aos *campi*. Gentil (2016) realizou uma pesquisa nos *campi* Nova Cruz e São

Gonçalo do Amarante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), intitulada “Avaliação do Impacto do transporte escolar para alunos de uma instituição federal de ensino”. Por meio da aplicação de questionário com os estudantes, averiguou terem evadido “[...] por problemas de mobilidade 28% dos respondentes, sendo 18% por não terem acesso ao transporte escolar da prefeitura, e 10% por possuírem dificuldades de deslocamento” (Gentil, 2016, p. 212). Somada à conciliação trabalho e Educação e questões familiares, interpreta-se um percentual relevante para atenção aos quase 30% de motivos de evasão se fazendo necessária uma intervenção.

Na mesma direção, os interlocutores do IFRS remetem o acesso e a frequência à escola quase que, exclusivamente, a possibilidade de chegar até ela. Percebeu-se que a distância da residência (ou até mesmo do trabalho) até o educandário se torna um obstáculo, já que alguns deles moram na zona rural, outros em regiões periféricas e, outros ainda, nas cidades da redondeza.

É importante resgatar no bojo da discussão sobre localidade que, os IFs se implementam com o objetivo de interiorização, cidades pólo que atende a região, podendo estar onde a Educação ainda não havia chegado, representando, muitas vezes, um local remoto, longe de bairros residenciais e/ou sem estrutura de serviços. Magalhães e Castioni (2019, p. 740-741) salientam: “Acreditava-se, assim, que a oferta de EPT era importante para gerar novas oportunidades de trabalho em outras regiões do país, uma vez que a oferta de EPT estava muito concentrada na faixa litorânea e em poucas cidades grandes”.

Neste caso, o contexto político legal prevê o direito ao transporte escolar, não somente por meio do Pnaes, mas também contido no PNE e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujos programas abrangem o direito ao transporte. Porém, às prefeituras não possuem obrigatoriedade em oferecer este transporte ao estudante de política educacional federal.

Uma alternativa para averiguar o cenário de mobilidade do *campus* é, como realizado na pesquisa mencionada, aplicar questionário de mapeamento com os estudantes com o total das matrículas.

## 4.2.2 Bolsas ensino, pesquisa e extensão e estágios

Quadro 6: Bolsa ensino, pesquisa e extensão/estágio

Segunda fonte de recursos	
Bolsa ensino, pesquisa e extensão/estágio	<p><b>“Eu recebo bolsa, Graças a Deus”</b> (C1E1).</p> <p><b>“Eu tenho bolsa permanência e bolsa MEC e o auxílio eu recebi depois de dois meses que estava no colégio”</b> (C1E3).</p> <p><b>“Além do estágio eu sou bolsista de projeto, ou seja, eu to aqui o dia todo. Sabe aquelas bolsas de pesquisa de extensão? A minha agora é de pesquisa. Ano passado eu fiz uma de extensão porque, querendo ou não acaba a gente tendo uma bagagem, que é muito bom né. O meu PPC ele já não exige aquelas horas complementares tem aquela integralização dentro das disciplinas agora, não se ouviu falar, aí eu acabo fazendo uma por bagagem e por complemento de renda também, até porque é muito fácil porque no sentido de eu ficar aqui dentro sabe, é diferente do que eu faço alguma coisa aqui e fora também, acaba facilitando bastante né”</b> (C2E4).</p> <p><b>“Se eu não recebesse a bolsa e o auxílio não estaria aqui. Eu sou uma exceção, eu consegui essas alocações, sabe, mas eu sei que na minha realidade ela representa 5, 10% dos estudantes do IF porque a maioria trabalha o dia todo”</b> (C2E4).</p>
8 de 11	

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

A partir do Quadro 6, evidencia-se que as bolsas de ensino, pesquisa e extensão, foram citadas como fontes fundamentais de renda para os estudantes. A primeira identificação é que os estudantes se inscrevem no edital de bolsas de ensino, pesquisa e extensão como uma forma de produzir novos conhecimentos ao desenvolver os projetos. A compreensão do público estudantil acerca dos projetos remete a um valioso conhecimento que se agrega no próprio curso de formação. Logo, participar de projetos pode ser gerar a produção

[...] de conhecimentos que habilitem os estudantes a analisar, questionar e compreender o contexto em que estão inseridos. Além disso, é imperioso que estes desenvolvam capacidade investigativa diante da vida, de modo criativo e crítico; que identifiquem necessidades e oportunidades de melhorias para si, suas famílias e a sociedade na qual vivem e atuam como cidadãos (Inocente; Tommasini; Castaman, 2018, p. 5).

Constata-se que, apostam nos valores das bolsas como uma renda, tendo em vista às despesas estudantis como transporte e alimentação. Eles consideram que ter uma bolsa, pelo valor representativo, os faz substituir o trabalho formal. Conforme afirma Ramos (2024, p. 84), “[...] os estudantes percebem a bolsa e a participação nos projetos como um trabalho remunerado. É como se a bolsa representasse uma inserção inicial ao mundo do trabalho”.

Atualmente, os editais de bolsas de ensino, pesquisa e extensão<sup>13</sup> oferecem até R\$ 700,00 reais de pagamento ao bolsista, a depender da carga horária de dedicação. Atendendo um nudantes que recebem bolsa ensino, pesquisa e extensão, recebê-la passa a ser interpretada como um privilégio, um mérito. Barbosa (2010, p. 31) sinaliza que “[...] num universo social fundado na ideologia meritocrática, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são aquelas baseadas na seleção dos melhores. Prestígio, honra, *status* e bens materiais devem ser concedidos àqueles selecionados como melhores”.

Outro benefício mencionado pelos bolsistas foi o fato de as horas da bolsa serem realizadas na própria instituição. Para eles, isso facilita, pois o local de trabalho é o mesmo que o de estudo, o que evita, por exemplo, o deslocamento diário adicional. Distingue-se também a partir das falas a questão simbólica de sentimento de pertencimento<sup>14</sup> e de uma grande oportunidade em estar colaborando, de certo modo, em uma instituição de ensino na esfera federal. Repara-se que eles sentem segurança e confiança na instituição e, até, um sentimento de nobreza em respeito a ela. Ramos (2024, p. 97) enfatiza que “[...] os projetos de ensino, pesquisa e extensão são um exercício teórico/prático, consciente, dotado de intencionalidade de aprender a fazer pesquisa, da possibilidade do desenvolvimento do pensamento crítico, tendo o trabalho como articulador desse processo”.

Ressalta-se que, a grande maioria, recebe auxílio e também bolsa. Para tanto, consideram o valor total recebido como um mecanismo fundamental de permanência. Marcam que a ausência de qualquer valor recebido coloca em risco a permanência, o que sugere que há uma média de valor básica necessária para garantir a permanência, levando em conta as despesas reais.

---

<sup>13</sup> A exemplo, edital disponível em: <https://ifrs.edu.br/caxias/wp-content/uploads/sites/8/2025/02/EDITAL-no-08-Selecao-de-Bolsistas-de-Ensino-Pesquisa-e-Extensao-2025-2.pdf>.

<sup>14</sup> “[...] ‘pertencimento’ é ‘a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos que pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos [bandeiras, hinos, patrimônios históricos etc.] expressam valores, medos e aspirações” (Ribeiro-de-Sousa, 2021, p. 63-64).

### 4.2.3 Alimentação

Quadro 7: Demandas estudantis previstas no Pnaes: Alimentação

Demandas estudantis previstas no Pnaes: Alimentação	
Compra de lanche	<p><b>“Eu utilizo para alimentação, transporte, compra de materiais é mais difícil porque é no início do semestre que a gente acaba comprando [...] O número 1 é alimentação, a cantina aqui é cara. Essa coisa da cantina, passa por um edital. E parece que foi feito um acordo de cesta básica, água a um real, pão de queijo a um real, só que não é bem assim. Tu vai lá e não tem água, só tem água com gás. E agora pão de queijo era um real, mas agora não tem pão de queijo, tem pão de queijo recheado que é quatro reais. Eu acho que além de eles estarem agindo de má fé, eles estão fazendo errado. Só que tem uma pessoa destinada a fazer a fiscalização deste contrato e isso acaba impactando bastante. A gente sabe porque que às escolas estaduais servem realmente uma refeição, um almoço gratuito. Um dia eu fui lá e eu fiquei puto da cara que eles fizeram, eles imprimiram dizendo bem assim, antes de reclamar dos preços lembre-se que você não é obrigado a comprar aqui. Quando eu li aquilo eu pensei eu vou ter que fazer alguma coisa, e no mesmo dia fizeram retirar aquele cartaz. Esquecem que é um espaço público. Uma vez parece que eles serviam almoço, mas bem no início, mas logo já pararam, e era num preço adequado a refeição, sei lá, era 15 pila, sei lá. Mas a gente acaba que tem comprar um pastel, e a gente sabe que um pastel não te mantém durante o dia né. Agora nós vamos ter o refeitório, tá saindo do papel, tomara que realmente saia né, venha o recurso, eu estudei em escola estadual, e eu me recordo que para alguns colegas era a única refeição” (C2E4).</b></p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Os relatos em busca de alimentação classificam-se como segunda posição (sendo o transporte a primeira) nos mais comentados e remetidos a fatores de permanência estudantil. Sabidos da construção dos refeitórios, se mostram na expectativa que às obras sejam concluídas. Destaca-se que a expectativa sobre o refeitório foi encontrada nas entrevistas realizadas nos *campi* Alvorada e Caxias, visto que, Sertão já dispõe de refeitório há mais tempo. Muitas vezes, almoçam um sanduíche e todos os dias a rotina com horários obriga-os a se alimentarem fora de casa. Izel, Gaspar e Costa (2016) enfatizam que o brasileiro se alimenta fora de casa ao menos em uma das cinco refeições diárias e elencam como motivo o

[...] estilo de vida corrido das cidades grandes, ao processo de urbanização e aos aspectos socioeconômicos, pois o aumento do combustível, da tarifa dos transportes coletivos, o aumento da jornada de trabalho e do tempo de estudo, a distância entre a casa e o local de trabalho ou universidade e a diminuição do tempo das refeições contribui para que cada dia mais os trabalhadores e estudantes façam suas refeições fora de casa (Izel; Gaspar; Costa, 2016, p. 65).

Filosoficamente, é possível afirmar que alimento e Educação se entrelaçam, uma vez que o sujeito que come está exposto a uma “[...] variedade de condicionantes de caráter social, cultural e econômico” (Izel; Gaspar; Costa, 2016, p. 65). Cita-se uma

experiência exitosa na área da alimentação na EPT. Trata-se do *campus* Floriano, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), no qual seu restaurante:

[...] fornece boa parcela do aporte diário de energia e de nutrientes necessários para que esse público possa desenvolver suas atividades cotidianas e, indiretamente, contribuir com o acesso, a permanência e o êxito acadêmico desses discentes. Além de estimular a formação de bons hábitos alimentares que podem ser estendidos até a família, promovendo o bem-estar e a saúde dessa comunidade e prevenindo doenças, o que justifica a grande relevância de um Restaurante em uma instituição como o IFPI Campus Floriano (Lopes, Lima, 2019, p. 28).

A alimentação escolar possui um aparato legal específico, principalmente a partir da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa política regula a oferta e o funcionamento da alimentação na educação básica em instituições públicas, abrangendo as esferas municipal, estadual e federal. No âmbito federal, a RFEPCT dispõe do orçamento do PNAE para a oferta de lanches, os intervalos entre as aulas, destinados aos estudantes do ensino médio.

Alimentar-se é um ato que exige uma materialidade, e oferecer alimentação em espaço institucional não seria diferente, é o caso das universidades em que a LOA prevê o recurso na Ação Orçamentária Mec nº 2994. Já o orçamento para a manutenção e o funcionamento para a EPT segue indefinido e conta com notícias sobre um Fundo Social com origem no petróleo e gás.

#### 4.2.4 Autonomia

Quadro 8: Autonomia

Autonomia	
Independência 11 de 11	<p>“Um pouco de <b>independência</b>, pois eu tinha que sempre pedir para a minha mãe: Ah mãe, eu preciso ai <b>tu vai ter que me dar ou me emprestar</b>” (C1E1).</p> <p>“Eu compro comida, roupa, sapato, gilete, sabonete... passeio no centro histórico, pago dentista, pago minha faculdade. <b>O auxílio dá o suporte para não ficar dependendo</b> da minha mãe para comprar coisas de higiene, por exemplo” (C1E4).</p> <p>“O valor eu guardo, eu guardo dinheiro. Também compro lanche, pago o aluguel, o transporte para eu ir para Soledade no final de semana, que dá R\$ 360,00 [...] <b>É importante pra mim porque tenho uma renda</b>, tenho o meu dinheiro que eu guardo” (C3E2).</p> <p>“O meu tio e a minha tia eles tem um valor grande assim deles sabe, <b>mas eles não pagam nada para mim, então, eu não dependo da renda deles, claro, eu não preciso pagar luz, eu não preciso pagar água, mas às coisas minhas eu tenho que pagar</b>” (C2E2).</p> <p>“Saber que eu posso contar com esse valor no início de todo o mês. <b>Me deu fome</b>,</p>

<p><b>eu vou comprar alguma coisa para comer.</b> Eu sei que eu tenho aquele valor, eu já conto com aquele valor. Seria muito importante o auxílio ser pago durante às férias” (C2E4).</p>
--

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Reconhece-se nos excertos a relevância da autonomia financeira para os estudantes entrevistados. Compreende-se o fato de ter seu próprio recurso e gerenciá-lo a partir das próprias necessidades como um fenômeno da vida humana que inicia na adolescência.

Chama a atenção o fato de que, mesmo que o valor seja pré-destinado e, por vezes, não seja suficiente para atender às demandas, ainda assim, há uma valorização do fato de comandar esse dinheiro. O adolescente carrega consigo a expectativa da família e da sociedade em relação à sua inserção no mundo do trabalho. De certa forma, o recebimento do auxílio, muitas vezes, aliado a bolsas de ensino, pesquisa e extensão, acaba suprimindo, substituindo ou adiando esse vínculo com o trabalho.

Ao demonstrar às escolhas que realizam com o dinheiro remetem a uber, ônibus ou até a pé quando precisam escolher o transporte. Mencionam também o lanche ou a marmita, quando precisam escolher a alimentação. Às citações elencadas demonstram escolhas de compras em outras áreas como higiene (aparelho de barbear, absorvente, desodorante, maquiagem), eletrônicos, eventos culturais, etc.

Considera-se que, quando se trata de despesas coletivas que representam apenas um acréscimo para a família (como aluguel, energia elétrica, água, *Wi-Fi* e condomínio), elas não representam um compromisso tão grande. No entanto, despesas específicas, pelas quais a família que até então as supria não quer mais depender, costumam ser diferentes. Isso acontece, majoritariamente, por questões de preferência, privacidade ou intimidade.

A autonomia é considerada uma categoria que possibilita identificar a partir da fala do estudante sobre a importância que dão ao auxílio estudantil no sentido da pecúnia. Uma vez que o formato de recurso do Pnaes já está predestinado, como, por exemplo, oferecer unitariamente o auxílio-óculos com a exigência de comprovação de gasto, ou a possibilidade de um recurso específico para adquirir um livro, também com comprovação da finalidade de uso, esses dois casos expostos — que, na prática, não refletem a realidade da gestão dos auxílios estudantis — dispensam a ideia de autonomia que o auxílio estudantil oferece a esses estudantes.

Schmidt (1990), ao debruçar-se sobre estudos envolvendo jovens, família, dinheiro e autonomia, afirma que os jovens possuem uma dependência residencial em relação à família, cuja centralidade de função material se amplia e se prolonga, especialmente no que diz respeito às despesas de formação, dinheiro no bolso e gastos excepcionais. A autora enfatiza que “[...] todas essas prestações quase nunca têm um término definido por qualquer mudança de estatuto ou de situação do jovem” (Schmidt, 1990, p. 665).

A autora analisa o fenômeno do “[...] alongamento do período de aprendizagem escolar, a par do afastamento prolongado das estruturas de produção” (Schmidt, 1990, p. 646), o que confere uma especial dependência a estrutura familiar, visto que o acesso ao consumo próprio se dará somente quando vinculados ao mundo do trabalho.

#### 4.2.5 Complementação da renda familiar

Quadro 9: Complementação da renda familiar

Complementação de renda familiar	
Ajuda em casa	<p>“Ajuda em casa e uma coisa está relacionada com a outra [...] uma preocupação a menos [...]. <b>Ajudo na renda familiar</b> comprando comida e roupa” (C1E2).</p> <p>“Com o valor da assistência <b>eu ajudo a minha mãe</b> [...]” (C3E1).</p> <p>“Mas se eu tenho que ajudar daqui a pouco o meu pai e a minha mãe <b>eu também ajudo eles</b>, se eles precisarem, daqui a pouco eu compro alguma coisa (para a economia da casa)” (C2E1).</p> <p>“Às vezes, <b>enquanto eu consigo dar dinheiro para a minha avó comprar coisas</b> tipo, ah, besteirinhas para os meus irmãos” (C2E2).</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

As falas dos estudantes demonstram que existe um repasse de recurso a família com vistas a colaborar no custeio de despesas. É curioso perceber que os quatro excertos (C1E2, C3E1, C2E1, C2E2), tratam-se de estudantes do ensino médio, ou seja, a faixa etária deles é no máximo 16 anos.

Inclui-se que não há qualquer indicativo e/ou evidência que os estudantes demandem contribuir no orçamento familiar. Também não se constata que a família possua a intenção de suprir qualquer despesa além das necessidades básicas (moradia e alimentação) do estudante.

Considerando que o salário mínimo<sup>15</sup> é a atual base de cálculo de renda mensal de um trabalhador brasileiro, muitas vezes, o atendimento de inúmeras necessidades facilmente custam o total de sua renda. Tendo em vista este valor e o adolescente sentindo diariamente esta dificuldade pode vir a se sensibilizar e repassar o seu próprio auxílio, em benefício da família. É o caso do estudante (C1E2) que se preocupa com as despesas da família e com a necessidade de trabalhar para adquirir renda, o que reflete na possibilidade da evasão escolar. Ramos Neto (2019, p. 20) enfatiza que há “[...] um predomínio de noções do senso comum, tais como a explicação do abandono escolar por questões sociais; isto é, os alunos evadem porque pertencem às classes economicamente vulneráveis”. As autoras Abreu e Ximenes (2021) realizam um estudo sobre o viés psicossocial da pobreza e permanência de universitários afirmando que:

Entre as principais implicações psicossociais da pobreza para a dimensão material da permanência, destacam-se: falta de recursos para a subsistência, moradia distante da universidade ou deslocamento do local de origem, necessidade de conciliar trabalho e estudo, falta de acesso a livros e equipamentos didáticos de qualidade (Abreu; Ximenes, 2021, p. 9).

Giúdice, Loreto e Azevedo (2013), em um estudo sobre às repercussões nas condições de vida de beneficiários do programa de assistência estudantil, da Universidade Federal de Viçosa, reforçam a perspectiva de que o programa contribui com o orçamento:

Para 38%, o Programa significou uma grande ajuda no orçamento familiar, um alívio nas despesas e a possibilidade de investir em outras necessidades da família. Como exemplo, cita-se o depoimento: ‘representa uma considerável economia no orçamento familiar, visto que a renda familiar advém apenas de minha mãe que é viúva’ (Part. n. 06, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos)’ (Giúdice; Loreto; Azevedo, 2013, p. 22).

Outrossim, Ramos Neto (2019) alerta sobre a importância de refletir a temática da permanência a partir de propostas pedagógicas de intervenção que considerem o contexto social específico do público-alvo dos IFs. Nesses termos, compreende-se nos relatos produzidos nesta pesquisa uma ênfase no acerto das contas de moradia (aluguel e energia elétrica) e alimentação. Secundariamente, transporte, vestimenta, cultura e lazer. Portanto, arrisca-se afirmar a partir da realidade exposta que, se não

---

<sup>15</sup> Cujo valor compreende R\$ 1.518,00 desde 01 de julho de 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/artigo/salario-minimo-2025-veja-o-valor-atualizado-e-quanto-deve-subir-em-2026-2027-2028-e-2029.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2025.

há recurso para ir à aula (no sentido de meio de locomoção) não se vai a ela, ora não é subsistência.

A categoria de “complementação da renda” explora melhor o cenário socioeconômico familiar e desvela às demais categorias. Moraes (2023) argumenta ao analisar a permanência estudantil em IFs:

[...] a família funciona como unidade de produção de bens e serviços e organiza um esforço coletivo em prol da articulação de estratégias de sobrevivência ao decidir quem e quando seus integrantes participam do mercado de trabalho e, por extensão, da qualificação profissional (Moraes, 2023, p. 10).

O transporte escolar (e a falta dele) como modulador da dinâmica da vida; a desejada autonomia, lugar onde é possível comprar perfume, comer *fast food*, etc.; a cultura em que a estudante afirma: “Eu fui no circo e não tinha costume porque uma coisa eu tenho pavor de pedir dinheiro para minha mãe” (C1, E1), sendo que esse pavor mencionado não está ligado à relação de afinidade, mas sim ao fato de ela saber e evitar a renúncia financeira da casa que a mãe teria que fazer ao pagar o ingresso do circo para a estudante. Importante destacar que, se entrelaça a categoria autonomia e a cultura, esporte, material escolar e inclusão digital também.

#### 4.2.6 Cultura, esporte, material escolar, inclusão digital

Quadro 10: Cultura, Esporte, Material Escolar, Inclusão Digital

Demandas Estudantis previstas no Pnaes: Cultura, Esporte, Material Escolar, Inclusão Digital	
Cinema 11 de 11	<p>“<b>Eu fui no circo</b> e não tinha costume porque uma coisa eu tenho pavor é de pedir dinheiro para minha mãe. Não só no circo, <b>vou no Mac, vou sair com minhas amigas</b> também porque eu não queria pedir para a minha mãe” (C1E1).</p> <p>“Os auxílios pra mim é conseguir <b>comer coisa diferente, sair com o namorado, comprar livro, ir no cinema</b>” (C3E1).</p> <p>“<b>Eu compro livros</b>, mas eu leio uns livros assim, eu não gosto muito de romance, eu tenho fases tá, eu to lendo umas coisas bem loucas LGBTs assim. Eu gosto tipo, Djamila Ribeiro, manual anti racista, que foque em uma temática, racismo, gênero e sexualidade” (C2E3).</p> <p>“Eu comecei a usar o dinheiro do auxílio para...eu <b>treinava na Sogipa</b>, treinei um tempo na Sogipa que é um clube de Porto Alegre. É um clube que tem atletismo, vôlei e aí eu tinha parado de treinar lá por causa das condições daí o auxílio me ajudou a pagar às passagens também [...] Na outra escola eu era bolsista, eu estava no Dolf, professor Dolf, aí <b>a escola acabava bancando só que quando eu cheguei aqui eu não tinha quem bancasse então o auxílio me deu um help nisso</b>” (C1E1).</p> <p>“Eu <b>gastei com material escolar</b> também, caderno, lápis, borracha, caneta” (C1E1).</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Sinaliza-se que a única referência à prática de esporte foi da estudante C1E1. O uso do auxílio para compra de material escolar remete a itens como caderno, lápis, borracha, caneta, fotocópia. De acordo com o andamento da entrevista foi possível questionar também se possuem ou conseguem comprar *notebooks*, *tablets*, *kindles*, cujas respostas foram negativas (o auxílio não seria suficiente).

Às respostas de acesso à cultura foram apropriadas após afirmarem que utilizam em transporte e alimentação, sendo assim, os últimos itens de importância para eles. Alguns nunca foram ao cinema e/ou em show artístico, poucos compram livros e um número reduzido ainda possui acesso a *streamings*, plataformas digitais de música e filmes, como *Spotify* e *Netflix*. Oliveira, Silva e Rodrigues (2006) refletem sobre cultura e lazer e afirmam que

[...] as dificuldades vivenciadas pela juventude para aplicar seu tempo livre em atividades culturais e de lazer, já que os(as) jovens precisam conciliá-las com outras necessidades como o trabalho (não apenas para conquistar sua independência, mas para contribuir com o sustento da família), falta de recursos financeiros e, principalmente, a ausência de espaços abertos à juventude, com programações pertinentes e acessíveis (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2006, p. 65).

#### 4.2.7 Saúde

Quadro 11: Demandas previstas no Pnaes: Saúde

Demandas previstas no Pnaes: Saúde	
Demandas previstas no Pnaes: Saúde 2 de 11	<p><b>“Paguei dentista</b> (com o valor do auxílio estudantil) (C1E4)</p> <p>“Tipo ah eu fazer um óculos, ano passado eu <b>consegui fazer o óculos</b>, eu tava há dois anos enrolando pra fazer um óculos’(C2E2)</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Em algumas entrevistas surgiu a questão da saúde, como a bucal e oftalmologia. A primeira é ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de forma territorializada. A segunda também, com exceção da necessidade de adquirir um óculos, precisando se dirigir ao comércio o que gera o valor de, no mínimo, um auxílio mensal inteiro. Nesses termos, Bleicher e Oliveira (2016) ao analisar às políticas de assistência estudantil em saúde nos IFs e universidades federais declaram que,

[...] às instituições atuariam no sentido de criar ambientes saudáveis e prevenir doenças associadas especificamente à realidade do aluno do ensino federal; enquanto que a rede local de saúde seria acionada quando da necessidade de tratamento (Bleicher; Oliveira, 2016, p. 548).

Outrossim, destaca-se a relação autonomia e trabalho que os estudantes

possuem. No caso da estudante (C2E2), é uma adolescente do ensino médio e, ao que aponta, se responsabiliza sozinha pelas próprias questões como a saúde.

Este item de saúde, mencionado pelos estudantes através do acesso à saúde privada, é uma área contida no Pnaes, a qual se interpreta como sobreposição de políticas públicas, sendo EPT e saúde, ambas financiadas pelo governo federal.

#### 4.2.8 Divulgação do Edital: inscrição

Quadro 12: Divulgação do Edital: inscrição

Divulgação do Edital: Inscrição	
Inscrição. Edital  2 de 11	<p>“A gente chega aqui e <b>é muita informação para a nossa cabeça</b>, e o auxílio é uma delas [...] Talvez <b>às pessoas se esqueçam</b> que tem a oportunidade de pedir, solicitar, então a gente tem que ter até um pouco mais de reforço. Porque <b>tem pessoas que precisam mas não sabem</b>. E outras que não precisam tanto e ficam sabendo e recebem” (C1E1).</p> <p>“Já tinham me falado alguma coisa assim, ó o If paga né, paga para estudar lá, é o que eu ouvia antes de entrar muita gente fala isso aí, o que eles fazem se tu se cadastrar tipo <b>quando dá o tempo para se cadastrar e falar às condições, tem deslocamento e moradia eles dão um certo dinheiro para ajudar nisso</b>” (C2E1).</p> <p>“Ai eu entrei e fiz a matrícula, quando <b>eu comecei a receber os emails avisando os prazos</b> daí eu já me atentei e já fui olhar o edital, os formulários. Aqui no <i>campus</i> Caxias não sei como é nos outros, <b>é tudo online, a gente faz a solicitação, a gente manda a documentação para comprovar renda</b>. [...]. Eu percebo que <b>no IF o pessoal acaba perdendo muitas oportunidades, porque o pessoal não tem o hábito de ler e-mail</b> e onde a gente adquire esse hábito geralmente é na faculdade é na escola, não é a toa que quando tem umas coisas assim <b>eu fico comentando com o pessoal para eles participarem</b>” (C2E1).</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Durante as entrevistas, os interlocutores mencionaram que já sabiam sobre a possibilidade de um auxílio antes mesmo de entrarem na instituição, ou seja, a difusão do auxílio estudantil acontece empiricamente junto com a divulgação dos próprios cursos e vagas.

Outro ponto citado sobre essa categoria é a dificuldade sobre os prazos de solicitação dos auxílios, uma vez que, os meios de comunicação dentro da instituição (murais e e-mails) parecem não serem suficientes para que os estudantes saibam quando será a abertura e o fechamento do edital. Ao que relatam, muitos acabam perdendo o prazo.

Importante destacar que, as referências sobre as inscrições não seguiram acompanhadas da dificuldade com o questionário ou com a documentação a ser anexada, mas a própria comunicação que o auxílio está disponível para solicitá-lo. Marca-se a necessidade de acesso da assistência estudantil e de toda a comunidade

escolar ao dirigir-se ao estudante calouro que, muitas vezes, está saindo do ensino fundamental e precisa ser informado sobre a instituição de maneira personalizada. Se ele perder a primeira abertura de inscrição, só terá outra oportunidade no próximo semestre, o que ocasiona a ficar um semestre (seis meses) sem auxílio.

Questões organizacionais e operacionais andam em conjunto com questões políticas. Lima e Davel (2018) chamam a atenção ao estudar às estratégias organizacionais na implementação de políticas públicas de assistência estudantil. Os autores indicam a importância sobre a definição e a disseminação da proposta para que seja “[...] de maneira integrada, gerando valor público para os atores sociais envolvidos” (Lima; Davel, 2018, p. 56), a partir das estruturas e dos recursos disponíveis.

#### 4.2.9 Infraestrutura, aperfeiçoamento físico, organizacional e de pessoal

Quadro 13: Infraestrutura, aperfeiçoamento físico, organizacional e de pessoal

Infraestrutura, aperfeiçoamento físico, organizacional e de pessoal	
Infraestrutura	<p>“Eu acho que podia ter <b>atividades para descontrair um pouco também os estudantes</b>. Uma coisa que a gente achava que ia ser e não foi é <b>uma sala de jogos... sinuca, flaflu</b>” (C1E1).</p> <p>“Essas coisas tipo de <b>restaurante</b>, já não adianta falar porque vai ter então não é válido falar... <b>às obras como demoram às obras</b> Meu Deus. A <b>quadra</b> que não foi uma coisa assim Meu Deus de fazer comparado a um refeitório demorou assim ó eu quero ver quanto vai demorar a gente vai sair do If e não vai estar pronto” (C1E1).</p> <p>“<b>O horário da aula que não beneficia a ter um trabalho</b>. Conseguir uma bolsa” (C1E2).</p> <p>“<b>Meu sonho é me formar naquela estrutura que o IF dá, é chique</b>” (C2E2).</p> <p>“O que poderia ter no If para <b>contribuir na permanência é o refeitório, acesso a chuveiros, locomoção</b>” (C1E3).</p> <p>“Acho que aqui poderia ter mais <b>psicólogo</b>. Eu to sempre aqui na DAE, entre uma aula e outra, <b>às vezes eu fico nervosa porque tem prova</b>, eles me dão chá. <b>Eles sempre me atendem</b> e eu fico pensando como que eles atendem todo mundo” (C3E2).</p> <p>“<b>Eu acho que tinha que ter mais psicólogo, atendimento mais personalizado. Melhoria na residência. Servidores para a residência</b>” (C3E1).</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Esta categoria assinala os relatos em torno do que os estudantes esperam (expectativas) da instituição. Uma das questões levantadas diz respeito à infraestrutura, quando remete à refeitório, ao acesso a chuveiros, à sala de jogos e espaços de decompressão. Considerando a rotina estudantil, observa-se a

necessidade de atividades para descontrair e espaços específicos para tal. Desta forma, remete-se a importância do espaço físico enquanto espaço educativo quando ele “[...] possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir” (Faria, 2010, p. 25).

O estudante que comenta sobre a impossibilidade de conciliar com o trabalho, também está afirmando sobre o excesso de carga horária de aulas, já que arrisca sua estada na escola. Acerca desta problemática, Carvalho e Carvalho (2019) versam que conciliar estudo e trabalho compõe um dos fatores relacionados à evasão. Os autores enfatizam que, muitas vezes, os cursos e a instituição possuem uma “[...] estrutura curricular/turno, que é inflexível e não atende às demandas da sociedade, tornando-se um forte desestimulador do aluno, assim como o turno quando este incompatível com o horário disponível do discente” (Carvalho; Carvalho, 2019, p. 220).

A perspectiva estrutural da formatura citada se aproxima também com o aspecto do desejo. A formatura é um ritual obrigatório que marca a conclusão de um percurso formativo. Oferecida tradicionalmente para os seus formandos, ela é aguardada por estes e seus familiares. Com o intuito de atribuir os significados da formatura, Avelar (2007, p. 155) informa que “[...] participar dessa prática no fim do curso simboliza a conquista de uma vitória no campo cultural, momento pessoal de realização”, visto que se abre para o “[...] exercício de novas atividades profissionais e sociais” (Avelar, 2007, p. 155).

Outra solicitação remete ao atendimento personalizado ou acolhimento, uma vez que uma parcela procura o psicólogo e a equipe de assistência estudantil quando está ansioso por conta, especialmente, das avaliações. A adolescência apresenta algumas peculiaridades como o fato de não serem mais crianças e mesmo assim, precisarem apresentar algum grau de dependência da família e/ou de um acolhimento. Abramo e Branco (2005) apontam em seus estudos que a família ocupa lugar relevante na vida dos jovens. Ressalta-se que, neste período, eles estão no limbo entre a infância e a vida adulta (lugar que, *a priori*, já estão estabelecidas questões de trabalho, identidade e relacionamentos), ou seja, numa fase de aprendizagens e de buscas. Marca-se ainda que,

Diante de um ambiente educacional estão os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) – em que grande parte do público se encontra na faixa etária dos 15 aos 29 anos, exatamente o período datado à juventude no Estatuto das Juventudes (Brasil, 2013). Com relação ao público da EPT cita-se como exemplo o Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no qual se observa, segundo dados do Diagnóstico Discente do IFRS 2019, o número de 40% das matrículas de jovens entre 18 e 27 anos. Ao considerar os menores de 18 anos, esse percentual sobe para 78%, o que demonstra que as juventudes são, sim, o foco das ações educativas, formativas e afirmativas de instituições de ensino com essa característica (Souza; Castaman; Vieira, 2024, p. 3).

Quadro 14: Vocacional

<b>Vocacional</b>	
Vocacional	<p>“A minha dificuldade é que <b>eu sou uma pessoa de humanas fazendo exatas, sabe acho que a orientação seria eu estar trocando de curso</b>. Eu faço matemática mas eu não me considero de exatas. Eu gosto do curso mas eu acho um curso muito difícil aqui no IF, o curso de licenciatura em matemática. Porque aqui no IF ele é voltado para quem quer seguir na área da matemática, das exatas, ele é um curso que tem muita matemática pura. Por exemplo na nossa matriz curricular que tem análise real que é a considerada a disciplina mais difícil do curso, tu pega análise real I e II. Tem álgebra I e II que é considerada uma das disciplinas mais difíceis Tu vai pegar uma matriz curricular lá de Osório, não tem álgebra, se tiver, é introdução a álgebra. Eu acho que o curso de Matemática do IF é bem voltado para matemática pura, ou pra quem quer fazer mestrado, doutorado. <b>Eu por exemplo quero fazer mestrado na educação, na área da educação</b>. Daí pra mim se torna difícil essa parte. [...] Eu já tentei algumas coisas da minha vida, tá. Eu comecei bem lá em 2010, pedagogia, <b>meu sonho era ser professor de séries iniciais. Eu acho tão legal alfabetizar, letramento, sabe, aí fui fazer pedagogia. Fiz dois semestres, percebi muito preconceito a área da pedagogia. Tinha só eu de menino numa turma cheia de mulheres, mais velhas que trabalhavam em uma escolinha de educação infantil. Ai todo o mundo dizia ah o que tu tá fazendo na pedagogia, aonde tu vai trabalhar com pedagogia, e eu ficava, ah não sei. Aí eu fiz dois semestres de pedagogia e não rolou porque tinha muito preconceito</b>. Aí passaram-se alguns anos eu comecei a fazer educação física (EaD) e cancelaram porque não tinha suficiente de alunos. Ai uma amiga minha falou tu viu que tem vaga aberta no IF [...]” (C2E3).</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

O estudante indica a questão vocacional ao afirmar que “a orientação seria estar trocando de curso”. Questões vocacionais relacionadas à vida estudantil são trabalhadas nos IFs, geralmente com o público do ensino médio integrado, pois abrange um ciclo que, ao encerrar, fomenta a escolha profissional. Em se tratando de graduação, e, na sequência, ele se refere a um curso na área da educação, a resolutividade fica ainda menor, pois as unidades dos IFs não contam com um leque de cursos de licenciatura para escolha. Dessa forma, além de um elemento individual, o estudante aponta institucionalmente a real vaga buscada por quem está de fora. Não obstante, também manifesta sobre currículo ou avaliação do curso. Por fim, ressalta-se

[...] os IF, como espaços da EPT que dialogam com o mundo do trabalho, devem compreender as diversidades de modo a oferecer para as juventudes abertura para que possam expressar suas identidades, trabalhar suas

culturas e ter voz. Também há que se considerar que, para os(as) jovens terem acesso a todos os mecanismos para enfrentar a dualidade existente, é preciso que se ouçam suas vozes e que eles expressem suas identidades e até ressignifiquem os ambientes. É preciso que determinados grupos historicamente alijados do espaço escolar tenham seu direito de acesso garantido, bem como de permanência e êxito (Souza; Castaman; Vieira, 2024, p. 12).

Quadro 15: Concepção

<b>Concepção</b>	
Auxílio para estudar. Incentivo. Direito	<p>“Uma forma de <b>ajudar os estudantes a se manterem engajados na escola</b>” (C1E1).</p> <p>“<b>Algo que seja para estudar. Um benefício para estudar no instituto, para não largar os estudos</b>” (C1E2).</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2025, grifos nossos) com base nos dados produzidos.

Optou-se por selecionar estas falas, classificando-as na categoria de concepção, uma vez que, em todas às entrevistas, os interlocutores demonstraram o conhecimento do auxílio estudantil como um direito. A mesma compreensão possuem da instituição, como um serviço público. Corroborar-se com a ideia inicial enfatizada no referencial teórico em que se estabelece a importância em romper com a visão meritocrática e acessar os às políticas estudantis como direitos construídos para às melhorias das vidas estudantis.



## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

No ProfEPT, o produto educacional está vinculado à área de Ensino como “[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta” (Brasil, 2019, p. 16). Pasqualli, Vieira e Castaman (2018, p. 111) argumentam sobre o objetivo do produto educacional no ProfEPT:

Tem como objetivo capacitar profissionais graduados para a prática profissional inovadora por meio de metodologia científica rigorosa e reconhecida. Posto isto, na sequência, apresenta-se a proposta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) que, com ênfase na prática cotidiana, busca atender um público preferencialmente externo à academia e destina-se a gestão, produção e aplicação do conhecimento orientado para a pesquisa aplicada, a solução de problemas, a inovação e aperfeiçoamento tecnológico.

Assim, para concluir o ProfEPT, os mestrandos necessitam elaborar, além da dissertação, um produto educacional “[...] por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 113). Logo, com base na pesquisa realizada acerca da percepção dos estudantes de alguns *campi* do IFRS em relação ao auxílio estudantil, identificou-se a necessidade de desenvolver um produto educacional que leve em conta os desafios institucionais no combate à evasão, bem como as diversas estratégias adotadas para enfrentar essa questão, também previstas no Pnaes. Outrossim, considerou-se os conhecimentos produzidos pela mestranda no seu espaço de trabalho, o que auxiliou para traçar estratégias institucionais de superação da evasão. Frisa-se que a pesquisa mencionada foi “focada nas situações reais”, como afirma os autores Pasqualli, Vieira e Castaman (2018, p. 113) que permeiam o cotidiano institucional no âmbito da vida estudantil.

Portanto, foi elaborado um manual/protocolo (Brasil, 2025a), a partir de um guia que orienta a proposição de um evento. O Evento é um momento temporal resguardado para algum acontecimento. Segundo Giacaglia (2003, p. 11), o evento “[...] tem como característica principal propiciar uma ocasião extraordinária ao encontro de pessoas, com finalidade específica, a qual constitui o ‘tema’ principal [...] e justifica sua realização”. Desta forma, é possível perceber a importância do planejamento para que o evento possa ser executado da melhor forma. Logo, o produto ora elaborado, trata-se de um guia com o conteúdo de um projeto de ensino que propõe um Evento de acolhimento e ambientação aos estudantes ingressantes e

que cada *campus* poderá fazer as adaptações que considerar adequadas a sua realidade e ao público que se destina, o qual será apresentado a seguir.

### 5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O guia para elaboração de evento “Acolhimento e ambientação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: dialogando com estudantes ingressantes” (Apêndice B) se trata de um manual/protocolo elaborado em *Portable Document Format* (PDF), com 12 páginas, que poderão ser impressas em uma folha de papel A5. O projeto gráfico foi pensado a partir da diversificação de formas e cores, preservando a figura de seres humanos interagindo em ambiente escolar.

Assim, a capa em amarelo e vermelho contém o título do evento seguido de imagens de jovens. Em seguida, a ficha técnica em vermelho. A terceira página apresenta o que irá ter no Produto Educacional: Programação do Evento e Modelo de Projeto de Ensino. As próximas páginas descrevem a Programação seguida do projeto de ensino, ambos utilizando figuras de jovens estudantes e com base nas cores amarelo, vermelho e verde.

Figura 6: Capa do Produto Educacional



Fonte: Autora (2025).

Previamente o material explicita a sua organização e estrutura: a programação do evento, a caracterização do mesmo, e também um modelo de evento a partir do *template* de Projeto de Ensino do IFRS indicado no Edital Proen nº 25 (IFRS, 2024b). A ficha técnica contextualiza a escolha pelo evento, decorrente da dissertação de mestrado ora apresentada. Também localiza a pesquisa em relação a sua linha, sob a perspectiva da educação omnilateral, integrada, composta por saberes do mundo do trabalho, acrescentados dos saberes da vida social e política.

A programação do evento, âmago do produto educacional, prevê atividades extraclasse com estudantes ingressantes de todos os níveis e modalidades, em um total de 8 horas (podendo ser certificado), compreendendo os turnos manhã e tarde, sendo possível adequar ao noturno.

A partir da ideia em oferecer um espaço acolhedor programou-se às boas vindas da direção, seguido da apresentação das equipes de ensino, pesquisa e extensão. O dia de acolhimento e ambientação também possui um momento

reservado para a apresentação das políticas e dos programas estudantis do IFRS, como às bolsas ensino, pesquisa e extensão, e os editais de auxílios estudantis. Posteriormente, a programação prevê o esclarecimento de informações sobre direitos estudantis nacionais, como a carteira de estudante. Também indica um momento de bate-papo sobre questões de juventude (vocacionais, relacionais, etc). E, por fim, um passeio guiado às instalações do *campus*, biblioteca, salas de aula, espaços de convivência, entre outros. Percebe-se uma programação construída para receber o ingressante e acolhê-lo considerando a instituição como estranha ao estudante.

Figura 7: Programação



Fonte: Autora (2025).

Na sequência da programação, o produto revela às atividades necessárias para que o evento possa ser submetido como um projeto de ensino, assinalando a importância de construir uma prática que contribua para a formação cidadã-acadêmico-profissional. Embasado pelo Edital Proen nº 25 (IFRS, 2024b) descreve a estrutura do projeto a partir de resumo, justificativa, objetivos, resultados e avaliação. Imediatamente apresenta a composição completa do projeto cujo objetivo central

compreende: “Promover o acolhimento e ambientação estudantil aos ingressantes do IFRS, de forma a oportunizar a produção do conhecimento sobre às políticas e às ações oferecidas pela instituição e os direitos estudantis necessários para a sua vida escolar na perspectiva da formação humana integral e, conseqüentemente, permanência”.

A justificativa do evento está intimamente relacionada com a análise da produção de dados realizada na dissertação, a qual por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes percebeu a relevância das bolsas ensino, pesquisa e extensão, bem como da divulgação dos editais de auxílios. Enquanto, a fundamentação teórica pautou-se no decreto do Pnaes e na Política de Assistência Estudantil do IFRS. Esta última, mostra-se premente a qualquer discussão de permanência do estudante que possa ser realizada. Seus princípios estão calcados na equidade de condições de acesso, permanência, diplomação e enfrentamento às desigualdades sociais para a ampliação e democratização da educação. Uma vez galgadas pelos eixos do Pnaes, às demandas estudantis elencadas na dissertação, versam sobre os direitos de transporte, alimentação, inclusão digital, cultura, entre outros. Enfatiza-se a permanência por meio de ações de assistência estudantil quando os estudantes também citam infraestrutura na forma de espaços para descontração e convivência.

A avaliação do projeto de ensino fica à critério de cada *campus*, a depender da leitura sobre seus ingressantes e como eles estão se relacionando com a instituição. Caso eles apresentem maior instrumentalidade pode ser elaborado um questionário online. Há também a alternativa de avaliar junto deles, ao final do dia do próprio evento, caso eles se mostrem participativos.

Figura 8: Parte do projeto

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFRS, Resolução nº 066 (IFRS, 2013), foi pioneira em todo o Brasil, cuja redação embasou as demais políticas de assistência estudantil dos IFS. O IFRS também trabalha com a Instrução Normativa nº04 (Brasil, 2023), a qual dispõe sobre as formas de apoio estudantil, em Auxílio Permanência e Auxílio Moradia. A viabilização de qualificações estudantis se tornam imprescindíveis, pois oferecem suporte financeiro-material aos estudantes, principalmente, no pagamento das passagens de ônibus e no compra do lanche. A pecúnia repassada mensalmente também é responsável pela autonomia gerada nos estudantes e, por vezes, ocupa o lugar de complemento de renda da família. A instituição, assim, precisa fazer estratégias a partir pelo momento inicial da formação e torná-la uma prática incorporada nos atores institucionais, para que acompanhem essa adaptação, compreendam e atendam ao estudante nas suas rotinas, pois, muitas vezes, eles passam por grandes desafios.

## OBJETIVOS

### Geral

Promover o acolhimento e a ambientação estudantil aos ingressantes do IFRS, de forma a oportunizar produção do conhecimento sobre as políticas e ações oferecidas pela instituição e os direitos estudantis necessários para sua vida escolar na perspectiva da formação humana integral e, consequente, permanência.

### Específicos

Acolher o estudante ingressante por recepção on-line e informá-lo sobre os valores e o funcionamento da instituição, bem como políticas, serviços e ações que estão disponíveis para facilitar sua vida estudantil e promover a permanência. Ambientar o estudante ingressante considerando sua vivência de vida e as rotinas institucionais que afetam aprendizadas, apoio financeiro e escola para facilitar sua vida estudantil e promover a permanência. Instruir os estudantes quanto aos seus direitos estudantis para facilitar sua vida estudantil e promover a permanência.



Fonte: Autora (2025).

Por fim, espera-se deste evento possa ser replicado em todos os *campi* visto a importância dele em possibilitar uma boa vida escolar aos estudantes, ao acessarem com facilidade os programas, projetos e ações que estão a seu alcance.

## 5.2 AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A avaliação do produto educacional foi realizada por servidores das equipes de assistência estudantil dos *campi* Alvorada, Caxias, Sertão do IFRS, os quais foram estratégicos para a realização das entrevistas semiestruturadas, mobilizando e organizando os interlocutores desta pesquisa. Assim, foi enviado aos mesmos, via e-mail institucional, o produto educacional e o instrumento eletrônico produzido no *google forms* (Apêndice C). O questionário continha 22 perguntas, sendo três abertas e 19 fechadas, pautado nos critérios atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação, conforme Leite (2018).

Após o prazo de quatro dias úteis para preenchimento houve o retorno de oito servidores. Segue no quadro 17, os percentuais de concordância sobre cada questionamento realizado, com exceção das primeiras perguntas identificatórias.

Quadro 16: Avaliação do Produto Educacional

<b>Atração</b>					
8- Você considera que o material chama a atenção sendo atrativo?	9- Você considera que o material desperta a curiosidade?	10- Acredito que os elementos visuais, os formatos, as cores e as imagens utilizadas tornam a leitura agradável:	11- Acredito que os elementos visuais, os formatos, as cores e as imagens utilizadas facilitam a apreensão do conteúdo:	12- Há algo na apresentação do produto que você percebe ter dificultado a sua atenção e/ou o seu interesse?	13- Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão anterior, o que você mudaria para facilitar a atenção e/ou o seu interesse?
87,5% de concordância	100% de concordância	87,5% de concordância	87,5% de concordância	25% de concordância	Redução de texto
<b>Compreensão</b>					
14- Considero que a linguagem utilizada é de fácil entendimento:	15- Há conceitos e informações utilizados no material que me são familiares, ou necessito de conhecimento prévio para a compreensão?	16- Considera que quanto a quantidade de informações disposta no material para facilitar a compreensão elas são:	17- Acredito que o conteúdo desenvolvido é adequado para a sua finalidade:	18- Enquanto profissional da educação na EPT, sinto-me motivado a implementar o material e/ou incentivar a sua implementação no meu ambiente de trabalho:	
100% de concordância	37,5% de concordância	50% de concordância	75% de concordância	87,5% de concordância	
<b>Envolvimento</b>					
19- Enquanto profissional da educação na EPT, reconheço-me como destinatário do material desenvolvido:					
100% de concordância					
<b>Aceitação</b>					
20- Quanto ao enfoque, conteúdo e linguagem do material, considera que há algo irritante ou ofensivo? Há pessoas estereotipadas? Considera que em algum momento o material apresenta linguagem discriminatória?					
87% de discordância					
<b>Mudança de Ação</b>					
21- Acredita que o material promove a reflexão e análise crítica sobre os temas abordados incentivando uma mudança de olhar e atitude?					
87,5% de concordância					

Fonte: Autora (2025).

Salienta-se que cada resposta da categoria atração foi somada às respostas concordantes, estabelecendo-se um percentual em relação ao número total de

respostas. Dessa forma, em sua maioria, a categoria atração no produto educacional está bem avaliada.

A categoria compreensão contou com cinco questionamentos; foi realizado um cálculo entre os concordantes e o total de respondentes, o que resultou em percentuais suficientes para considerar o produto educacional compreensível. Quanto à questão do envolvimento, aplicou-se o mesmo cálculo percentual entre as respostas: todas as respostas marcaram concordância de que se reconhecia como destinatário do material desenvolvido.

A aceitação apresentou 87% dos respondentes afirmando que não há estereótipos nem linguagem discriminatória. Acerca da categoria mudança de ação, o percentual de respondentes representa 87,5% de concordância, classificando uma boa média para esta categoria no produto educacional.

Constata-se o sucesso de 77,84% de respostas positivas com o produto educacional, cujo cálculo foi a soma das categorias dividida pelo número delas, originando a referida média. Ainda houve sugestão de revisão ortográfica e gramatical, a qual foi realizada posteriormente; a declaração de realização encontra-se incorporada no Anexo C.

### 5.3 REGISTRO E REPOSITÓRIO EDUCACIONAL

O registro do produto educacional será via *International Standard Book Number* (ISBN), o qual tornará possível sua identificação e catalogação junto a outras obras. A validação do produto educacional será realizada pela banca de defesa da dissertação. De acordo com Rizzatti *et al.* (2020, p. 7):

A segunda instância de validação é obrigatória para todos e será feita pela banca de defesa de dissertação ou tese, com base no instrumento de validação proposto ao longo desse ensaio, tendo sido desenvolvido a partir de propostas que já estão em uso por alguns PPGs e tendo sido aprovado na plenária de coordenadores do Seminário de Área de 2019 (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 7).

Após a realização destas etapas, o produto educacional será encaminhado para o acervo da eduCAPES. Esta plataforma se trata de um repositório educacional com produções acadêmicas para consulta de toda a comunidade.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve por objetivo analisar as implicações e contribuições do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes que recebem auxílio estudantil e sua relação com a configuração da gestão do Programa. Para tanto, a partir da pesquisa bibliográfica, análise documental e de campo, constatou-se que a configuração e o histórico do PNAES no IFRS foram consolidados por meio da Política de Assistência Estudantil e das normativas subsequentes, como os critérios para avaliações socioeconômicas, a distribuição orçamentária, o pagamento equitativo e as diretrizes básicas para os editais de auxílios. O papel do programa foi sendo delineado a partir da fala dos estudantes, especialmente durante as entrevistas, quando relataram como utilizam o valor em pecúnia recebido.

A forma como cada estudante faz uso do auxílio estudantil serviu como parâmetro para identificar os aspectos que mais impactam sua vida acadêmica. O alto custo das passagens de ônibus, tanto urbanas quanto interurbanas, representa um obstáculo significativo ao acesso à instituição. Nesse sentido, o recebimento do benefício contribui diretamente para viabilizar esse deslocamento, promovendo a frequência às aulas.

Aponta-se, como segunda utilização mais recorrente, o uso do auxílio para a aquisição de alimentos, refeições e lanches, tendo em vista que muitos estudantes permanecem grande parte do dia na escola ou em trânsito. Além dessas finalidades, o apoio financeiro também supre demandas que não estão formalmente previstas no escopo do PNAES, mas que se relacionam com necessidades humanas fundamentais, como a autonomia. Embora essa relação com a permanência estudantil possa ser considerada secundária, ela não deixa de ser relevante. A importância dessa dimensão se revela ao se considerar o universo estudantil, marcado por questões do desenvolvimento pessoal. As novas formas de relacionamento, sexualidade e lazer exigem, por parte dos jovens, maior independência em relação à família.

Outro aspecto observado é a complementação da renda familiar, que também não está prevista no programa, mas que contribui significativamente para a permanência escolar, ao aliviar a preocupação dos estudantes com a manutenção do lar. Em alguns casos, o auxílio chega a substituir a necessidade de inserção imediata no mercado de trabalho, permitindo maior vínculo com a escola.

A ampliação do debate sobre permanência possibilitou reconhecer o fundamento de outras políticas estudantis, como os editais e, conseqüentemente, as bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Esses incentivos, somados ao auxílio estudantil, fornecem uma base financeira mais sólida para a continuidade dos estudos. As bolsas, por sua vez, fortalecem o vínculo com a instituição, promovendo o sentimento de pertencimento ao espaço acadêmico.

Assim, considerando a Política de Assistência Estudantil como principal instrumento de apoio à permanência e ao êxito acadêmico, bem como a importância das bolsas, foi elaborado um produto educacional e que pode ser institucional, voltado à gestão do PNAES. Trata-se de um evento que visa à divulgação e à ampliação do acesso às políticas estudantis e poderá ser replicado em todos os *campi* do IFRS.

Inicialmente, acreditava-se que o programa poderia apenas apontar caminhos para a permanência dos estudantes. No entanto, os detalhes do uso do recurso e os desafios enfrentados por eles só foram plenamente compreendidos ao final desta pesquisa. A partir das análises empreendidas, ressalta-se a necessidade de novas investigações sobre a permanência dos estudantes que recebem auxílio, abrangendo outros *campi* e interseccionando com outros IFs, bem como sugere-se grupo focal com os servidores que trabalham com o auxílio estudantil e a coleta de dados de um índice de conclusão desses estudantes para análise, tanto para ações acadêmicas quanto para rotinas profissionais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Apresentação. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 9-22.

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, v. 32, e200067, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 jul. 2025.

AVELAR, Ediana Abreu. A prática da formatura na educação superior: apontamentos para uma reflexão. **Dialogia**, São Paulo, v. 6, p. 149 -156, 2007. Disponível em: <https://uninove.emnuvens.com.br/dialogia/article/view/1119/850>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexandra Matos; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, v. 9, n. 19, p. 70-94, 2011. DOI: 10.31496/rpd.v9i19.229. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social no contexto da crise capitalista**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. [s.d.] Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/3.6-Pol%C3%ADtica-social-no-contexto-da-crise-capitalista-%E2%80%93-Elaine-Rossetti-Behring.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicol. Esc. Educ.**, v. 20, n. 3, set./dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. [1988]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, n. 109, p. 3, 10 jun. 2014a.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014.** 2014. Brasília: Ministério da Educação, 2014b. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192). Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área - Ensino.** Brasília. [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 14.914, de 03 de julho de 2024.** Institui a Política de Assistência Estudantil. Brasília, 2024.

BRASIL. **Documento de Área - Ensino.** Área 46. Brasília, 2025. [2025a]. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/ENSINO\\_DOCAREA\\_2025\\_2028.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/ENSINO_DOCAREA_2025_2028.pdf). Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025.** Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. [2025b]. Disponível em: [L15142](#). Acesso em: 01 out. 2025.

CARVALHO, Roberto Francisco de; CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de. Organização e gestão de cursos de licenciaturas em ciclos: implicações para a permanência estudantil. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 18, 2019. Disponível em: [2178-Texto do artigo-7132-1-10-20191220.pdf](#). Acesso em: 14 ago. 2025.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 6, n. 17, p. 301-314, 2020. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2291/2099>. Acesso em: 25 set. 2022.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **Os planos estratégicos de Permanência e Êxito dos institutos federais gaúchos**: um estudo sob a ótica da comunidade acadêmica. 2020. 200f. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos), Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2021/06/Josiela-Silveira-Cavalheiro.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 273/1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências. [1993]. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 10 jul. 2025.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-ASEDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-ASEDUCACAO.pdf). Acesso em: 10 jul. 2025.

CURI, Luciano Marcos; GOMES, Renata Costa; BORGES, Ana Lúcia Araújo. Verticalização na educação: o que é, como surgiu, para que serve?. *In*: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação**: contextos e vivências. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 98-115. v. 2.

DAROS, Michelli Aparecida. **#falaestudante!**: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes. 2019. 402 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223- 1245, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHCtq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FARIA, Ana Bia Goulart de. **Cadernos Pedagógicos**: territórios educativos para a educação integral. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

FERRARO, Alceu Ravanello. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 273-289, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tg4j5WkmPT5Ffp4TXk3j79d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 jul. 2025.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro;

SCHROER, Rodrigo Ernesto. Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS: história, concepção e proposições. In: LORENZET, Deloíze. *et al.* (org.).

**Permanência e Êxito no IFRS: reflexões e práticas.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 25-46. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/handle/123456789/465>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília. Permanência e Êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FRANCO, Kaio José Silva Maluf; CARMO, Aline Cristine Ferreira Braga do; MEDEIROS, Josiane Lopes. Pesquisa qualitativa em educação: breves considerações acerca da metodologia materializamos histórico e dialético. **Revista Sapiência – sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 2, n. 2, p. 91-103, 2013. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/2714>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FRANDOLOZO, Silvia Lethicia. **Os desafios da assistência estudantil na educação profissional e tecnológica: problematizando a meritocracia e às estratégias de permanência estudantil no contexto de desigualdades sociais sob uma perspectiva interdisciplinar.** 2023. 211f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7007>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 69-90.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista.** São Paulo: Cortez, 2010b.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GASPARIN, João Luiz; BARROS, Marta Silene Ferreira. **O método dialético na pesquisa científica em Educação,** 2009. Disponível em: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/docs/2012102101723.doc>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GENTIL, Rafaelli Freire Costa. **Avaliação do impacto do transporte escolar para alunos de uma instituição federal de ensino.** 2016. 283f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/5325758d-b8aa-41c1-b762-f02139b8ce75/content>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos: teoria e prática**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIÚDICE, Junia Zacour Azevedo Del; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; AZEVEDO, Denilson Santos de. O Programa de Assistência Estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 38-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3672/1946>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos: 1910-1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Homens ou Máquinas**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2007.

GOMES, Valdemarin Coelho; ARAÚJO, Camila Cruz; MORAIS, Raquel Pereira de. Profissionalização do ensino médio no Brasil: a educação dirigida à classe trabalhadora. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 39, n. 73, jan./jun. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28223/1/2017\\_art\\_vcgomesccaraujo.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28223/1/2017_art_vcgomesccaraujo.pdf). Acesso em: 12 abr. 2025.

HADDAD, Sérgio. **O direito à educação no Brasil**. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação Projeto Relatores Nacionais em DhESC Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais DhESC Brasil, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/06/sergiohaddad.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup Nº 086/2013**. Aprova a Política de Assistência Estudantil. [2013]. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/documentos/resolucoes-consup/#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consup%20086%2F2013%20%E2%80%93%20Aprova,de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20do%20IFRS>. Acesso em: 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 022/2014**. Aprova a Política de Ações Afirmativas

do IFRS. [2014]. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 064/2018**. Aprova o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. [2018a]. Disponível em [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Resolucao\\_064\\_18\\_Aprovar\\_Plano\\_Estrategico\\_Completo.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Resolucao_064_18_Aprovar_Plano_Estrategico_Completo.pdf). Acesso em: 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa Proen nº 10/2018**. [2018b]. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/IN-10-2018-Divis%C3%A3o-equitativa-dos-recursos-or%C3%A7ament%C3%A1rios-da-Assist%C3%Aancia-Estudantil.pdf>. Acesso em 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup Nº 023/2019**. Aprova a Política de Ingresso Especial e Permanência do Estudante Indígena do IFRS. [2019]. Disponível em: [Resolucao\\_023\\_19\\_Aprova\\_Politica\\_Ingresso\\_Indigena\\_IFRS\\_completa.pdf](Resolucao_023_19_Aprova_Politica_Ingresso_Indigena_IFRS_completa.pdf) Acesso em: 01 out. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup Nº 042/2020**. Aprova a Política de Combate ao Assédio e Discriminação. [2020a]. Disponível em: [Resolucao\\_042\\_2020\\_Aprova\\_Politica-Institucional-Combate-ao-Assedio-e-a-Violencia\\_IFRS.pdf](Resolucao_042_2020_Aprova_Politica-Institucional-Combate-ao-Assedio-e-a-Violencia_IFRS.pdf). Acesso em: 01 out. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa Proen nº 01/2020**. [2020b]. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/02/IN-Proen-01.2020-1-1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2021**. Diretoria de Assuntos Estudantis, 2021. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/RELATORIO-DE-GESTAO-DAE-2021.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 042, de 28 de junho de 2022**. Aprova a Política de Ingresso Discente do IFRS. [2022]. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/07/RESOLUCAO\\_CONSUP\\_42\\_2022\\_ANEXO.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/07/RESOLUCAO_CONSUP_42_2022_ANEXO.pdf). Acesso em: 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 054, de 14 de dezembro de 2023**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS 2024-2028. [2023a]. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-estrategico/https-ifrs-edu-br-wp-content-uploads-2020-07-pdi-2014\\_2018-pdf/](https://ifrs.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-estrategico/https-ifrs-edu-br-wp-content-uploads-2020-07-pdi-2014_2018-pdf/). Acesso em: 10 jul. 2025.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa Proen N° 04/2023**. Normatiza as Diretrizes de Apoio à/ao Estudante da Assistência Estudantil na modalidade presencial no âmbito financeiro em conformidade com a Política de Assistência Estudantil do IFRS. [2023b]. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/documentos/instrucao-normativa-proen-no-03-2023-normatiza-as-diretrizes-de-apoio-a-ao-estudante-da-assistencia-estudantil-na-modalidade-presencial-no-ambito-financeiro-em-conformidade-com-a-politica-de/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028**. [2024a]. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/12/RESOLUCAO\\_71-2024\\_ANEXO\\_Aprova-a-revisao-do-PPI-do-IFRS.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/12/RESOLUCAO_71-2024_ANEXO_Aprova-a-revisao-do-PPI-do-IFRS.pdf). Acesso em: 22 jul. 2025.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Edital PROEN nº 25/2024 de Fomento a Projetos de Ensino**. Visa fomentar programas e projetos de ensino por meio da concessão de cotas de bolsas para estudantes e auxílio financeiro institucional. [2024b]. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/editais/edital-proen-no-25-2024-fomento-a-projetos-de-ensino-2025/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução 071/2024**. Aprova o Projeto Político Pedagógico Institucional do IFRS. [2024c]. Disponível em: [RESOLUCAO\\_71-2024\\_ANEXO\\_Aprova-a-revisao-do-PPI-do-IFRS.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/12/RESOLUCAO_71-2024_ANEXO_Aprova-a-revisao-do-PPI-do-IFRS.pdf). Acesso em: 01 out. 2025.

INOCENTE, Luciane; TOMMASINI, Angélica; CASTAMAN, Ana Sara. Metodologias Ativas na Educação Profissional e Tecnológica. **Redin - Revista Educacional Interdisciplinar**, Taquara, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2018.

IZEL, Patrícia. Azevedo; GASPAR, Livia Pinha; COSTA, Geraldo Vieira. Percepção dos usuários sobre a prestação de serviços de um Restaurante Universitário de uma universidade pública da Região Norte do Brasil. **Revista Científica Interdisciplinar**, v. 3, p. 63-78, 2016.

KOWALSKI, Aline Vieiro. **(Des) caminhos da Política de Assistência Estudantil e os desafios na garantia de direitos**. 2012. 180f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em 18 ago. 2024.

KUENZER, Acácia. Pedagogia do trabalho na acumulação flexível: os processos de “exclusão includente” e “inclusão excludente” como uma nova forma de dualidade estrutural. **Boletim Senac**, 2016. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/viewFile/345/329>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LEITE, Janete Luzia. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13024/11379](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13024/11379). Acesso em: 28 fev. 2025.

LEITE, Priscila de S. C. P. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Revista Atas – Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, 2018, p. 330-339.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Investigação Qualitativa em Educação. **Atas do 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1946>. Acesso em: 8 nov. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético político do Serviço Social**: tendências da produção bibliográfica. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89041>. Acesso em: 11 jul. 2025.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, p. 37- 45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; DAVEL, Eduardo. Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Revista Organizações em Contexto (ROC)**, v. 14, n. 27, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25476/1/Implementação%20de%20Políticas%20Públicas%20de%20Assistência%20Estudantil%20Estratégias%20Organizacionais%20na%20Perspectiva%20da%20Efetividade.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

LOPES, Odímógenes; LIMA, Marina. O sistema de acesso ao restaurante institucional do IFPI campus Floriano. In: XAVIER, Denise Rosa; ANDRADE, Inez Barcellos de; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos de. **Experiências exitosas da Reditec 2018**: trabalhos premiados. Campos do Goytacazes, RS: Bilingue, 2019. p. 18-39. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9ivKEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA18&dq=restaurantes+nos+institutos+federais&ots=7u\\_6xcP31F&sig=vmo84ASuYK3HJk0Ztp4t5nwEpG4&redir\\_esc=y#v=onepage&q=restaurantes%20nos%20institutos%20federais&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9ivKEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA18&dq=restaurantes+nos+institutos+federais&ots=7u_6xcP31F&sig=vmo84ASuYK3HJk0Ztp4t5nwEpG4&redir_esc=y#v=onepage&q=restaurantes%20nos%20institutos%20federais&f=false). Acesso em: 20 jul. 2025.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 8, n. 1, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2011.v8.244. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/244>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LÜDKE, Marli; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 1, p. 1-26, 2020. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. Educação profissional no Brasil – expansão para quem? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 105, p. 732-754, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v27n105/1809-4465-ensaio-27-105-0732.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtVxYtCQHCJFyhsJ/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MANZINI, Eduardo José. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. *In*: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles. (org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 281-289.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital V**. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEC. Plataforma Nilo Peçanha. Brasília, DF: Setec/MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MENDES, Maíra Tavares. Políticas de reconhecimento e redistribuição na permanência estudantil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-17, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v45n4/2175-6236-edreal-45-04-e96281.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MIRANDA, Emanuella. **A política de cotas no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do sudeste de Minas Gerais**: análise do acesso e da permanência. 2017. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/8f0d27e0-6d44-434d-a479-f0c493e401f4/content>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias**. Cadernos Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências Profissionais, Brasília, módulo 5, p. 1-16, 2009.

MOLL, Jaqueline. PROEJA e democratização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 131-138.

MORAES, Layla Oliveira de. Direito a Educação: às cotas para ingresso no ensino médio técnico dos institutos federais de educação e o acesso a educação. **Anais eletrônicos da III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem/ III Encontro dos Programas de Mestrado Profissionais em Educação e Letras e XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul**. 2018. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/jornadaeducacao/article/view/4910/4936>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MORAES, Patrícia Maccarini. **A permanência dos estudantes nos Institutos Federais de Educação**: um estudo sobre as condições de vida e as condições institucionais. 2021. 325f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226812>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MORAES, Patrícia Maccarini. Análises sobre a Permanência Estudantil nos Institutos Federais de Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e123541, 2023. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-31432023000100211&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432023000100211&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2025.

NÚCLEO DE MEMÓRIA DO IFRS. **O IFRS**. [2023]. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/o-ifrs/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

OLIVEIRA, Daniele Kelly Lima de; MAIA FILHO, Osterne Nonato Maia; JIMENEZ, Susana. Gramsci e a educação emancipadora: apontamentos à luz da ontologia marxiana. In: GOMES, Valdemarin Coelho; SOUSA, Joeline Rodrigues de; RABELO, Josefa Jackline. **Gramsci, educação e luta de classes**: pressupostos para a formação humana. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. p. 77-104. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16930/1/2015\\_liv\\_vcgomes.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16930/1/2015_liv_vcgomes.pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Júlia Ribeiro de; SILVA, Lúcia Isabel C.; RODRIGUES, Solange S. Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura. **Democracia Viva**, n. 30, jan./mar. 2006. Disponível em: [ibase\\_dv30\\_lay09](ibase_dv30_lay09). Acesso em: 27 jul. 2025.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral da ONU, 1948.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. [2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PASQUALLI, Roberta; VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Educitec**, Manaus, v. 04, n. 07, p. 106-120, jun. 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/302>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

RAMOS, Janaína Barbosa. **Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas contribuições para a permanência e o êxito escolar dos discentes bolsistas do ensino médio integrado (EMI)**. 2024. 205f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/1324>. Acesso em: 22 jul. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação da classe trabalhadora e o Pne. **Holos**, a. 32, v. 6, p. 1-19, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4982/1565>. Acesso: 10 jul. 2025.

RAMOS NETO, João Oliveira. A evasão escolar nos Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, n. 2, p. 7-24, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999>. Acesso em: 24 jan. 2025.

RIBEIRO-DE-SOUSA, Celeste. "Pertencimento/não pertencimento" Franz Kafka: um exemplo a ser lembrado. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 103, p. 63-80, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/grCFcy854YdKpL4PsXGmRzB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2025.

RIFFEL, Sônia Marnol; MALACARNE, Vilmar. **Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR**. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

RIZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S, OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Revista ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SACCARO, Alice Saccaro, FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; JACINTO, Paulo Andrade. Retenção e Evasão no Ensino Superior Brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do Pnaes. **ANPEC**, 2016. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files\\_I/i12-707be73e05304f27eb9f18ae5d235c9d.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i12-707be73e05304f27eb9f18ae5d235c9d.pdf). Acesso em: 18 ago. 2024.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>.

Acesso em: 25 abr. 2024.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.

**Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 jul. 2025.

SAVIANI, Demerval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015.

Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575/9519>. Acesso

em: 18 ago. 2024.

SCHMIDT, Luisa. Jovens: família, dinheiro, autonomia. **Análise Social**, v. XXV, n. 108-109, p. 645-673, 1990. Disponível em:

[https://www.jstor.org/stable/pdf/41010835.pdf?refreqid=fastly-default%3A5d297233b1c2ad057217f6e4e7479d81&ab\\_segments=&initiator=&acceptTC=1](https://www.jstor.org/stable/pdf/41010835.pdf?refreqid=fastly-default%3A5d297233b1c2ad057217f6e4e7479d81&ab_segments=&initiator=&acceptTC=1). Acesso em: 27 jul. 2025.

SILVA, Claudia Maria Bezerra da. **Formação Humana Integral no Ensino Médio Integrado: Reflexão a partir de Marx, Engels e Gramsci**, 2020. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100640>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SOUZA, Fernanda Santana de. **Os desafios para a implantação e implementação da política de assistência estudantil no IFMT**, 2011. Disponível em:

[http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2\\_011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DE\\_EDUCACAO/OS\\_DESAFIOS\\_PARA\\_A\\_IMPLANTACAO\\_E\\_IMPLEMENTACAO\\_DA\\_POLITICA\\_DE\\_ASSISTENCIA\\_ESTUDANTIL\\_NO\\_IFMT.pdf](http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2_011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/OS_DESAFIOS_PARA_A_IMPLANTACAO_E_IMPLEMENTACAO_DA_POLITICA_DE_ASSISTENCIA_ESTUDANTIL_NO_IFMT.pdf). Acesso em: 11 jul. 2025.

SOUZA, Jorge Luiz dos Santos de; CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Juventudes, diversidade e educação profissional e tecnológica: categorias que se aproximam? **Horizontes**, v. 42, n. 1, e023100, 2024.

<https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1666>.

SOUZA, Salomão; ARTUSO, Alyson Ramos. Abandono, evasão, permanência e êxito na educação profissional e tecnológica: considerações sobre o estado da arte de 2015 a 2019. **EPT em Revista**, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/950/916>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SPOSATI, Aldaiza. Equidade. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais para o Proeja**. 2013. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1982.

ZANIN, Alexsandra Joelma dal Pizzol Coelho. **Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica: olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina**. 2019. 279 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4665>. Acesso em: 8 ago. 2024.



## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PÚBLICO ESTUDANTIL

1. Nome do Estudante
2. Qual o seu curso?
3. Em que ano você ingressou no IFRS?
4. Como você se identifica em relação à raça/etnia?
  - ( ) Amarelo/a
  - ( ) Branco/a
  - ( ) Negro/a - preto/a
  - ( ) Negro/a - pardo/a
  - ( ) Indígena
5. Em qual situação você se encaixa?
  - ( ) Trabalho e estudo
  - ( ) Faço estágio e estudo
  - ( ) Apenas estudo
  - ( ) Outro. Qual?
6. Quais auxílios você recebeu em 2024?
  - ( ) Auxílio Permanência
  - ( ) Auxílio Permanência e Auxílio Moradia
7. Qual valor, aproximado, você recebe mensalmente de Auxílios Estudantis?
  - ( ) Aproximadamente R\$ 320,00
  - ( ) Aproximadamente R\$ 229,00
  - ( ) Aproximadamente R\$ 137,00
  - ( ) Aproximadamente R\$ 46,00
  - ( ) Mais de R\$ 600,00
8. Comente sobre como você utiliza o valor recebido via Auxílio Estudantil.
9. Qual a sua percepção em relação a melhorias na sua condição de estudante após o recebimento do Auxílio Estudantil? Caso não observe nenhuma melhoria, relate os motivos.
10. Qual seria a sua situação em relação à sua permanência no curso caso não tivesse recebido o Auxílio Estudantil? Qual a contribuição do Auxílio Estudantil para a sua sua permanência no curso? Por que? Comente.
11. Para você, o que são os Auxílios Estudantis?

12. Relate os profissionais da Coordenadoria de Assistência Estudantil com quem você já teve contato.

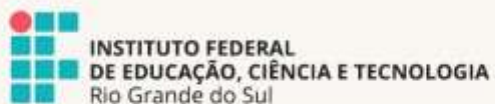
13. Há algum outro tipo de ação que poderia contribuir para a sua permanência e sucesso na escola, considerando as dificuldades que você enfrenta ou pode enfrentar para frequentar as aulas, estudar ou permanecer no curso?

---

[CM1]Confirmar.

[CM2]Primeira pergunta

## APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL



Documento Orientador

### **ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL:**

dialogando com estudantes ingressantes



Documento Orientador: **ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**: dialogando com estudantes ingressantes

## FICHA TÉCNICA

Este material é um produto educacional desenvolvido a partir da dissertação intitulada "Gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul a partir da voz do estudante". A análise de coleta de dados elaborada neste trabalho explorou teoricamente as categorias filtradas a partir de entrevistas semiestruturadas com estudantes. Tais dados produzidos na pesquisa embasaram o produto educacional, o qual busca atender às principais demandas elencadas pelos interlocutores.

Tal dissertação encontra-se vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), cuja linha de pesquisa intitula-se: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos

em Educação Profissional e Tecnológica (OMEPEPT), pertencente ao Macroprojeto 6, sendo ele referente à Organização de espaços pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul oferece educação profissional e tecnológica sobre a perspectiva omnilateral, a qual se aproxima do mundo do trabalho, unindo a educação científica e propedêutica na formação do trabalhador, com vistas a formar cidadãos conscientes social e politicamente. Dessa forma, possui o compromisso em formar pessoas cidadãs e críticas, instrumentalizadas para a leitura e a intervenção na realidade com vistas às mudanças sociais necessárias.

Autora

**Nayara Pansera Balbinot**

Coautoras

**Ana Sara Castaman**

**Clarice Monteiro Escott**

Projeto Gráfico e Diagramação

**Maria Fernanda C. Salaberry**

Projeto ilustrado através do software Adobe Illustrator e diagramado utilizando Adobe In Design.



**PROFEPT**

Documento Orientador:  
**ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL:**  
dialogando com estudantes ingressantes

Este material é composto por uma proposta de Documento Orientador de Acolhimento e Ambientação Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) com a possibilidade de tornar-se um Projeto de Ensino. Sendo assim, o material contém:

- ➔ Programação do Documento Orientador com roteiro detalhado;
- ➔ Caracterização do Documento Orientador;
- ➔ Modelo de Documento Orientador a partir de Projeto de Ensino.



Como metodologia sugere-se este Cronograma que pode ser adaptado conforme o curso, os horários de ofertas.



## CRONOGRAMA

Carga Horária: 8h

8h: Credenciamento.

8h15min: Abertura.

8h45min: Boas-vindas da Direção.

9h45min: Intervalo.

10h: Apresentação do IFRS como instituição de educação profissional e tecnológica, das equipes, dos setores, da organização e do funcionamento institucional.

Roteiro: Formação profissional e tecnológica, empréstimos, tipos de livros, acesso a ambiente virtual de aprendizagem, arte, esporte, etc.

Atores envolvidos: coordenadores de curso, um responsável de cada setor: biblioteca, núcleos, laboratórios, ensino, pesquisa e extensão.

12h: Intervalo de Almoço.

13h: Apresentação do Guia do Estudante.

14h: Mesa-redonda "Apresentação das políticas e programas estudantis do IFRS" composta por:

Roteiro: explanação sobre as políticas, os programas, a inscrição, os prazos, os documentos, os responsáveis. Apresentar as como equipes de acolhimento, para quaisquer questões;

Atores envolvidos: responsável(is) pelos projetos de ensino, pesquisa e extensão; responsável(os) pelos editais de auxílios estudantis;

16h: Palestra Direitos Estudantis nacionais - O Pnaes.

Roteiro: lei que regulamenta a meia entrada, como fazer a carteira estudantil, locais em que a carteira está válida, Estatuto da Juventude.

17h: Bate-papo sobre questões de juventude com psicóloga e assistente social. Momento de fala de algum veterano/ organização estudantil.

Roteiro: escutá-los. Abordar questões que eles trazem enquanto adolescentes e jovens, momento acolhedor.

18h: *Tour pelo campus.*

Roteiro: passelo guiado para conhecer às instalações, restaurante (quando houver), biblioteca, laboratórios, salas de aula, espaços de convivência.

# METODOLOGIA



Desenvolvimento do projeto de ensino:

## ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL:

dialogando com estudantes ingressantes

### Caracterização do Documento Orientador:

O acolhimento e a ambientação a estudantes do IFRS pode ser realizado a partir de um Documento Orientador, pois implica na descrição e explicação de informações a um público específico.

Consideram-se elementos básicos para que uma ação seja considerada de ensino, de acordo com o Edital IFRS nº 25 (IFRS, 2024):

a) Atividades de ordem teórica e/ou prática que contribuam para a formação cidadã-acadêmico-profissional no desenvolvimento de abordagens didático-pedagógicas

inovadoras e criativas, capazes de impactar positivamente no vínculo, pertencimento e desempenho acadêmico dos estudantes;

b) Atividades que se relacionem à possibilidade de contribuir para o aprimoramento e qualificação do processo de ensino e de aprendizagem no contexto dos projetos pedagógicos dos cursos;

c) Atividades que promovam o aprimoramento e a qualificação do processo de ensino e de aprendizagem, por intermédio de atividades de caráter temporário e não regulares da matriz curricular;

d) Atividades que promovam a permanência e o êxito dos estudantes voltadas para a manutenção e integralização dos estudos.

Será oferecida certificação de 8h aos participantes que realizarem o credenciamento e tiverem presença em, ao menos, quatro atividades. A equipe executora receberá certificação, com carga horária compatível com o tempo de planejamento e execução do Documento Orientador.



Documento Orientador: **ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**: dialogando com estudantes ingressantes



## Quais os elementos dos projetos de ensino do IFRS?

Ao escrever o projeto deve-se observar a construção de:

### 1. Resumo:

contemplar de forma sucinta os objetivos, metodologia e resultados esperados, os quais serão detalhados na sequência.

### 3. Objetivos:

enunciar o objetivo geral e objetivos específicos do projeto de ensino.

### 5. Avaliação:

descrever os instrumentos e os métodos que serão utilizados para avaliar o alcance dos objetivos do projeto de ensino, bem como detalhar o público-alvo a ser atendido pela ação.

### 2. Justificativa:

exposição das razões diretas ou indiretas de ordem teórica ou prática que tornam o projeto importante. Deve-se ainda apresentar a descrição das pessoas que serão envolvidas e se beneficiarão com o projeto.


### 4. Resultados:

apresentar os resultados e benefícios esperados com o desenvolvimento do programa ou projeto, destacando a contribuição para o avanço dos processos de ensino na(s) área(s) vinculadas à proposta, bem como a contribuição do projeto para a permanência e êxito estudantil.



Documento Orientador: **ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**; dialogando com estudantes ingressantes

# RESUMO



A proposta de realização do Documento Orientador objetiva promover o acolhimento e a ambientação estudantil aos ingressantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), de forma a oportunizar produção do conhecimento sobre as políticas e ações oferecidas pela instituição e os direitos estudantis necessários para sua vida escolar na perspectiva da formação humana integral e, conseqüente, permanência. A proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) não é de redução da formação para o mundo do trabalho, mas de atenção constante sobre o trabalho como aspecto formador e constituinte do ser humano (perspectiva ontológica do trabalho). Não somente de forma técnica, mas de forma científica e crítica, garantindo uma formação completa e humanizada. Assim, o ponto de partida da elaboração do Documento Orientador foi a análise de dados produzidos junto à amostra de estudantes que recebem auxílio estudantil no IFRS. Os interlocutores, em entrevista semiestruturada, relataram as principais demandas por recurso para se manterem permanentes, bem como o que ainda não conseguem acessar, muitas vezes, por desconhecimento. Dessa forma, espera-se que um Documento Orientador direcionado ao estudante ingressante, para que ele se ambiente, conheça sobre seus direitos estudantis e toda a organização institucional, o funcionamento e as políticas que estão a seu dispor, facilitará a sua vida estudantil e gerará permanência. Para tal, embasa-se este Documento Orientador a partir do contexto dos IFs e da Política de Assistência Estudantil (Resolução 086/2023) como uma das principais políticas de permanência na escola. Por fim, almeja-se que este Documento Orientador possa ser replicado nos campi, bem como em outros IFs e sugere-se que possa ser cadastrado como projeto de ensino e, por isso, as equipes de ensino também se tornam público-alvo.



Documento Orientador: **ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**: dialogando com estudantes ingressantes

# JUSTIFICATIVA

O Documento Orientador Acolhimento e Ambientação Estudantil é um produto educacional fruto da pesquisa "Gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul a partir da voz do estudante" atrelado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Porto Alegre.

Importante contextualizar que essa proposta remonta a função social dos IFs na formação cidadã, a qual além de oferecer ensino técnico, oferece ensino propedêutico, aliando teoria e prática. Para além de formar para o mundo do trabalho, o estudante também forma para ler a realidade e transformá-la socialmente.

Os dados da pesquisa realizada via entrevista semiestruturada junto aos estudantes apontaram sobre a utilização do recurso dos auxílios, em sua maioria, para transporte e alimentação. Ao mesmo passo, considera-se, também, a insuficiência deste para suprir em totalidade as demandas estudantis básicas. Acerca dos editais de auxílios, os interlocutores entrevistados na pesquisa apontaram acesso imediato ao ingresso. No que se refere às bolsas de ensino, pesquisa e extensão, os dados indicam que grande parte da amostra recebe, estando vinculados aos projetos. Porém, os mesmos sugerem a ampliação e

efetivação na divulgação para que mais estudantes possam acessá-los. Constatam-se expectativas quanto à estrutura, a partir da necessidade de espaços de convivência, lazer e descontração. Frisam também a importância e efetividade da função do atendimento personalizado, realizado, muitas vezes, por meio das equipes de assistência estudantil, traduzindo que a escuta é uma ferramenta a ser ampliada. Entre as informações que chamaram a atenção na pesquisa, também se refere ao não acesso à inclusão digital e à cultura, elementos que convergem diretamente com a educação, sendo necessário assim, informar, incentivar e possibilitar a viabilidade aos direitos estudantis de pagamento parcial.

Outras questões também tiveram destaque nas manifestações dos estudantes entrevistados:

A inclusão digital (acesso a notebooks, tablets, kindles) e cultura como ir ao cinema, teatro, shows, e assinaturas digitais em streaming como spotify e netflix, ainda são eixos da política que o valor do auxílio não alcança, impossibilitando o acesso estudantil.

Em relação acerca de acesso às demais políticas, os estudantes apontam a importância de estarem recebendo bolsa de ensino, pesquisa, ou extensão, a qual colabora com seu pertencimento, e também suplementa financeiramente suas despesas estudantis, tornando os dois recebimentos um valor suficiente que evita um vínculo trabalhista externo.

Enquanto estrutura, a pesquisa aponta a necessidade de espaços de descompressão e de convivência e a importância sobre a ampliação do atendimento psicológico sob justificativa de ser importante em períodos avaliativos.

As categorias elencadas acima foram conduzidas pelos estudantes e devidamente interpretados teoricamente através de pesquisa. Ou seja, para além dos auxílios estudantis, a relação do estudante com a escola também demonstra necessidades de atenção para a sua permanência, motivo pelo qual elegeram-se o acolhimento e a ambientação como fio condutor e aglutinador das principais demandas. Dessa forma, inicia-se apresentando os conceitos de acolhimento e de ambientação, enquanto ações contínuas, por meio de Documento Orientador semestral para ingressantes. O termo acolhimento é sinônimo de receptividade, consideração e atenção, segundo o dicionário. Ele é utilizado tanto quanto um modo de se comportar, uma postura, e também pode se referir a uma técnica de trabalho destinada a um fim. Ou seja, necessariamente se trata de um local humanizado. Ambientar, segundo o dicionário, refere-se à "criação de uma atmosfera específica" e à "adaptação a um ambiente físico, social ou narrativo".

Considerando que o foco é o estudante calouro, ou ingressante, a atenção destinada a ele, irá ser fundamental para que ele permaneça vinculado à

instituição e desenvolva seus estudos, pois, muitas vezes, a desistência do curso ocorre nos primeiros meses.

Importa acolher e ambientar quando se tem consciência da complexidade envolvida com os dois lados da relação que se apresentam no momento do acolhimento. O lado da relação da instituição, a qual expressa variados processos burocráticos, rotinas, siglas e regras; e a complexidade trazida pelo sujeito que vem da sua comunidade, que possui uma linguagem própria, história, valores, e, ao serem do ensino médio integrado, estão na fase da adolescência, na qual enfrentam novos desafios sociais, corporais e relacionais. Soma-se a complexidade dele, o fato de encontrarem um espaço estranho, que apresenta um novo universo.

Em vista disso, a proposta tem como público-alvo tanto os servidores ligados ao ensino, que irão apropriar-se e desenvolver um modelo de acolhimento e ambientação, como os estudantes ingressantes, que, em sua chegada, serão acolhidos e ambientados para facilitar sua vida estudantil e promover sua permanência.

O Documento Orientador acontecerá semestralmente, nas dependências dos campi do IFRS, no período inicial dos calendários acadêmicos. As equipes envolvidas com o Documento Orientador reservarão com antecedência o espaço e divulgarão o Documento Orientador entre os demais colegas e todos os estudantes.

Outrossim, o produto educacional foi pensado de forma que as equipes possam utilizar o projeto para cadastro no sistema acadêmico do IFRS como projeto de ensino.



# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação profissional e tecnológica teve sua oferta marcada pela lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), ofertando vagas de forma capilarizada, avançando como política pública, em todo o território nacional (Brasil, 2008). Assim ofertando ensino, pesquisa e extensão também "(...) integram ciência, tecnologia e cultura de forma indissociável em conjunto com a investigação científica" (Pacheco, 2015, p. 24).

O contexto exposto versa sobre uma unidade desta rede, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), uma instituição que oferta educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades de forma pública e gratuita. Disposta em 17 campi, abrangendo diversas regiões do estado, somando 23.855 estudantes matriculados, conforme figura 1.



Nesses termos, a assistência estudantil constitui-se como uma importante ação da política de Educação Profissional e Tecnológica. A mesma lança mão de eixos de atendimento, dentre os principais: transporte, alimentação, moradia, inclusão digital, cultura, esporte, entre outros por meio do Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010). Como afirma Cavalheiro (2020, p. 40),



Evidenciando áreas a serem atendidas e o público, focalizado aos estudantes de baixa renda, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) demonstra em seus objetivos um compromisso com a permanência e o êxito estudantil avançando também sobre a necessidade de "(...) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais" (Brasil, 2010, Art 2º). Percebe-se, portanto, tratar-se de um programa equitativo, sem qualquer dúvida.

A Assistência Estudantil transita em todas as áreas dos direitos humanos, compondo as ações de permanência dos IFs. Auxilia estas instituições em seus objetivos de formar cidadãos que pensem e ajam "(...) em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível" (Pacheco, 2015, p. 24).

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFRS, Resolução nº 086 (IFRS, 2013), foi pioneira em todo o Brasil, cuja redação embasou as demais políticas de assistência estudantil dos IFs. O IFRS também trabalha com a Instrução Normativa nº04 (Brasil, 2023), a qual dispõe sobre as formas de apoio estudantil, em Auxílio Permanência e Auxílio Moradia. A viabilização de auxílios estudantis se tornam imprescindíveis, pois oferecem suporte financeiro-material aos estudantes, principalmente, no pagamento

das passagens de ônibus e na compra do lanche. A pecúnia repassada mensalmente também é responsável pela autonomia gerada nos estudantes e, por vezes, ocupa o lugar de complemento de renda da família. A instituição, assim, precisa traçar estratégias a iniciar pelo momento inicial da formação e tornar-se uma prática incorporada nos atores institucionais, para que acompanhem essa adaptação, compreendam e atendam ao estudante nas suas rotinas, pois, muitas vezes, eles passam por grandes desafios.

# OBJETIVOS



## Geral

Promover o acolhimento e a ambientação estudantil aos ingressantes do IFRS, de forma a oportunizar produção do conhecimento sobre as políticas e ações oferecidas pela instituição e os direitos estudantis necessários para sua vida escolar na perspectiva da formação humana integral e, conseqüente, permanência.

## Específicos

Acolher o estudante ingressante para recepcioná-lo e informá-lo sobre os valores e o funcionamento da instituição, bem como as políticas, os serviços e as ações que estão disponíveis para facilitar sua vida estudantil e promover a permanência.

Ambientar o estudante ingressante considerando sua nova fase da vida e as rotinas institucionais que ofertam aprendizados, apoio financeiro e escuta para facilitar sua vida estudantil e promover a permanência.

Instruir os estudantes quanto aos seus direitos estudantis para facilitar sua vida estudantil e promover a permanência.





## RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que, após a realização do Documento Orientador, os estudantes ingressantes sintam-se acolhidos, ambientados e referenciados no que tange a sua nova vida escolar em uma instituição de educação profissional tecnológica, possibilitando acessar com facilidade os programas, projetos e ações que estão a seu alcance. Além disso, é almejado que eles possam ser devidamente conduzidos a gozar de seus direitos estudantis, como o acesso à Política de Assistência Estudantil do IFRS, também em ambientes e serviços fora da instituição. Por fim, espera-se que este projeto seja replicado em todos os campi do IFRS e outros IFs interessados.

## APÓS A APROVAÇÃO DO PROJETO

Após a aprovação do projeto, é necessário reunir as equipes envolvidas na execução para a organização das tarefas, considerando que se trata de um Documento Orientador semestral.

## LEMBRE-SE

Agende as datas com bastante antecedência, se for possível, planeje-as juntamente ao calendário acadêmico do campus. Enfatiza-se que o cronograma do Documento Orientador é uma sugestão, podendo ser adaptado, conforme o turno de cada curso.

Reserve um espaço adequado à quantidade de pessoas envolvidas. Identifique a necessidade de intérprete de libras.

Atente-se sobre o entendimento das informações por parte dos estudantes e coloque o setor à disposição para esclarecimentos.

## AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto se dará a partir de processo metodológico a ser combinado com a equipe executora, com vistas a qualificá-lo.

# AVALIE O DOCUMENTO ORIENTADOR

**1.** Senti-me motivado a realizar as ações propostas pelo Documento Orientador:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente

**3.** Penso que o conteúdo desenvolvido é adequado para a sua finalidade:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente

**5.** Recomendaria o curso a outros colegas:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente

**2.** Considero que a linguagem utilizada foi de fácil entendimento:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente

**4.** Senti-me satisfeito após a leitura do Documento Orientador:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente

**6.** Sinta-se à vontade para fazer críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do Documento Orientador.



## REFERÊNCIAS

Dicionário DICIO. Acolhimento. Disponível em: [dicio.br](http://dicio.br) Acesso em: 06 Ago. 2025.

Dicionário DICIO. Ambientação. Disponível em: [dicio.br](http://dicio.br) Acesso em: 06 Ago. 2025.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 10 jul. 2025.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. Os planos estratégicos de Permanência e Êxito dos institutos federais gaúchos: um estudo sob a ótica da comunidade acadêmica. 2020. 200f. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2021/06/Josiela-Silveira-Cavalheiro.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

NÚCLEO DE MEMÓRIA DO IFRS. O IFRS. (2023). Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/o-ifrs/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Resolução Consup Nº 086/2013. Aprova a Política de Assistência Estudantil. (2013). Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/documentos/resolucoes-consup/#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consup%20086%2F2013%20E2%80%93%20Aprova,de%20Assist%C3%AAncia%20Estudantil%20do%20IFRS>. Acesso em: 18 ago. 2024.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Instrução Normativa Proen Nº 04/2023. Normaliza as Diretrizes de Apoio à/ao Estudante da Assistência Estudantil na modalidade presencial no âmbito financeiro em conformidade com a Política de Assistência Estudantil do IFRS. (2023). Disponível em: <https://ifrs.edu.br/documentos/instrucao-normativa-proen-no-03-2023-normaliza-as-diretrizes-de-apoio-a-ao-estudante-da-assistencia-estudantil-na-modalidade-presencial-no-ambito-financeiro-em-conformidade-com-a-politica-de/> Acesso em: 11 jul. 2025.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Edital PROEN nº 25/2024 de Fomento a Projetos de Ensino. Visa fomentar programas e projetos de ensino por meio da concessão de cotas de bolsas para estudantes e auxílio financeiro institucional. (2024). Disponível em: <https://ifrs.edu.br/editais/edital-proen-no-25-2024-fomento-a-projetos-de-ensino-2025/> Acesso em 06 Ago 2025

PACHECO, Elezer. Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

## APÊNDICE C - AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

# Avaliação do Produto Educacional

Prezado(a), você está sendo respeitosamente convidado a participar da avaliação do produto educacional intitulado: "Acolhimento e ambientação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: dialogando com os estudantes ingressantes". Este produto educacional é resultado da Dissertação "A gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil no IFRS a partir das vozes dos estudantes", vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A sua participação na pesquisa pode ter alguns riscos, como possibilidade de constrangimento, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço, quebra de anonimato. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado(a) para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) mais próxima a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato imediato com a pesquisadora responsável pelo estudo. Neste questionário avaliativo, pretende-se aferir acerca do produto mencionado quanto a sua compreensão, atratividade, aceitação e aplicabilidade no campus para os profissionais da educação. Da mesma forma, a sua participação poderá ter benefícios diretos, com novas configurações da gestão do Pnaes no IFRS e com o trabalho desenvolvido pelas equipes de assistência estudantil do IFRS com vistas à permanência e ao êxito dos estudantes beneficiados, por isso a importância da sua participação.

\* Indica uma pergunta obrigatória

A partir do exposto, aceito participar da avaliação do produto educacional \*

"Acolhimento e ambientação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: dialogando com os estudantes ingressantes". Fui informado(a), de maneira clara e detalhada, dos objetivos do presente estudo, da metodologia que será adotada, dos riscos e benefícios envolvidos, bem como dos direitos que me são assegurados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Por fim, autorizo o uso dos dados fornecidos por meio dos questionários, de forma anônima, para fins de pesquisa e divulgação do estudo

*Marque todas que se aplicam.*

Aceito

Não aceito

## Perfil dos Respondentes

### 1- Gênero \*

*Marque todas que se aplicam.*

Feminino

Masculino

### 2- Idade \*

*Marque todas que se aplicam.*

18 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 40 anos

41 a 50 anos

51 a 60 anos

### 3- Tempo de serviço no IFRS \*

*Marque todas que se aplicam.*

1 a 4 anos

5 a 9 anos

Acima de 9 anos

### 4- Campus em que atua: \*

*Marque todas que se aplicam.*

Campus Alvorada

Campus Caxias do Sul

Campus Sertão

## 5- Cargo: \*

*Marque todas que se aplicam.*

Professor de Ensino, Técnico e Tecnológico Técnico-Administrativo em Educação

## 6- Formação: \*

*Marque todas que se aplicam.*

Fundamental

Médio

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

7- Ainda sobre a sua formação, por favor, descreva-a de acordo com este exemplo: Graduação em Serviço Social, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (em andamento)

Quanto a **atração**, responda:

8- Você considera que o material chama a atenção sendo atrativo?

*\*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente  
Não concordo, nem discordo  
Discordo parcialmente  
Discordo totalmente

9- Você considera que o material desperta a curiosidade? \*

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente  
Concordo parcialmente  
Não concordo, nem discordo  
Discordo parcialmente  
Discordo totalmente

10- Acredito que os elementos visuais, os formatos, as cores e as imagens

\*

utilizadas tornam a leitura agradável:

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente  
Concordo parcialmente  
Não concordo, nem discordo  
Discordo parcialmente  
Discordo totalmente

11- Acredito que os elementos visuais, os formatos, as cores e as imagens

\*

utilizadas facilitam a apreensão do conteúdo:

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente  
Concordo parcialmente  
Não concordo, nem discordo  
Discordo parcialmente  
Discordo totalmente

12- Há algo na apresentação do produto que você percebe ter dificultado a sua atenção e/ou o seu interesse?

\*

*Marque todas que se aplicam.*

Sim

Não

Não sei responder

13- Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão anterior, o que você mudaria para facilitar a atenção e/ou o seu interesse?

\*

Quanto a **compreensão** do material, responda:

14- Considero que a linguagem utilizada é de fácil entendimento: \*

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

15- Há conceitos e informações utilizados no material que me são familiares,

\*

ou necessito de conhecimento prévio para a compreensão?

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

16- Considera que quanto a quantidade de informações disposta no material

\*

para facilitar a compreensão elas são:

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

17- Acredito que o conteúdo desenvolvido é adequado para a sua finalidade: \*

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

18- Enquanto profissional da educação na EPT, sinto-me motivado a

\*

implementar o material e/ou incentivar a sua implementação no meu ambiente de trabalho:

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

Quanto ao **envolvimento**, responda:

19- Enquanto profissional da educação na EPT, reconheço-me como  
\*destinatário do material desenvolvido:

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

Quanto a **aceitação**, responda:

20- Quanto ao enfoque, conteúdo e linguagem do material, considera que há algo irritante ou ofensivo? Há pessoas estereotipadas? Considera que em algum momento o material apresenta linguagem discriminatória?

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

Acerca da **mudança de ação**, responda:

21- Acredita que o material promove a reflexão e análise crítica sobre os  
\*temas abordados incentivando uma mudança de olhar e atitude?

*Marque todas que se aplicam.*

Concordo Totalmente

Concordo Parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo Parcialmente

Discordo Totalmente

22- Sinta-se à vontade para fazer críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do produto educacional:



## **ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL – IFRS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPPI  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Prezado (a) Senhor (a):**

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: “Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS): o olhar do discente e das equipes de trabalho”. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT da instituição Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Nessa pesquisa pretendemos “analisar as implicações e contribuições do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes beneficiados e sua relação com a configuração da gestão do Programa e com trabalho desenvolvido pelas equipes de assistência estudantil do IFRS.” A pesquisa será feita no/a campus Alvorada, Caxias do Sul e Sertão e deverá durar em torno de 1h por meio de entrevista semiestruturada. Para a coleta de dados será utilizado/a gravação das entrevistas. A sua participação será gravada apenas para o uso na pesquisa podendo haver divulgação da mesma.

A sua participação na pesquisa pode ter alguns riscos, como possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado(a) para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA mais próxima a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato imediato com o pesquisador responsável pelo estudo.

A sua participação na pesquisa poderá ter benefício direto, como contribuir institucionalmente com novas configurações da gestão do Pnaes no IFRS e com o trabalho desenvolvido pelas equipes de assistência estudantil do IFRS com vistas à permanência e êxito dos estudantes beneficiados, por isso a importância da sua

participação.

Ao participar desta pesquisa, saiba que você tem direito:

- de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo a você;
- a não ser identificado e que as informações relacionadas à sua privacidade são confidenciais;
- de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar seu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de não ter despesas ou ônus financeiro relacionado à sua participação nesse estudo;
- de que, caso tenha despesas (e de seu acompanhante, se aplicável) relacionadas à participação na pesquisa, terá direito a compensação material das mesmas;
- de se recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012, 510/2016 e outras do Conselho Nacional de Saúde relacionadas à ética em pesquisa.

=====  
 Concordo em participar da pesquisa intitulada: “Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS): o olhar do discente e das equipes de trabalho”.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> Nome Assinatura do(a) participante	<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> Nome Assinatura do(a) pesquisador(a)
---	---

Contato do pesquisador:

**Nome:** Nayara Pansera Balbinot

**Instituição:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS

**Telefone:** 54 98404-7713

**e-mail:** [nayara.balbinot@ifrs.edu.br](mailto:nayara.balbinot@ifrs.edu.br)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, por favor consulte o **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)** responsável pela avaliação. Um CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

**CEP/IFRS**

**E-mail:** [cepesquisa@ifrs.edu.br](mailto:cepesquisa@ifrs.edu.br)

**Endereço:** Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

**Telefone:** (54) 3449-3340



## **ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

### **DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS): O OLHAR DO DISCENTE E DAS EQUIPES DE TRABALHO

**Pesquisador:** NAYARA PANSERA BALBINOT

### **ÁREA TEMÁTICA:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 83542724.5.0000.8024

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### **DADOS DO PARECER**

**NÚMERO DO PARECER:** 7.190.972

### **APRESENTAÇÃO DO PROJETO:**

Trata-se do projeto de pesquisa intitulado AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS): O OLHAR DO DISCENTE E DAS EQUIPES DE TRABALHO. está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT), Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em EPT, Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos da EPT. A pesquisa trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) que é desenvolvido na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, desde sua aprovação em 2010. A investigação tem como objetivo analisar as implicações e contribuições do Pnaes para a permanência e êxito dos beneficiados e sua relação com a configuração da gestão do Programa e com trabalho desenvolvido pelas equipes de assistência estudantil do IFRS. Os meandros desta gestão em torno da Permanência e Êxito serão objeto de análise da pesquisa. Para coleta de dados, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes beneficiados pelo Pnaes e a técnica de Grupo Focal com as equipes de 3 campi do IFRS, respeitada a representação das fases de implantação do IFRS. Os resultados contribuirão para o desenvolvimento de um produto educacional encarte para avaliação e podcast.

### **OBJETIVO DA PESQUISA:**

Objetivo Primário:

Analisar as implicações e contribuições do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes

beneficiados e sua relação com a configuração da gestão do Programa e com trabalho desenvolvido pelas equipes de assistência estudantil do IFRS.

Objetivo Secundário:

1. Resgatar o histórico e a configuração, bem como o papel do Pnaes no IFRS a partir da vivência na gestão institucional do Programa; 2. Avaliar a real contribuição do Pnaes para a permanência e êxito escolar/acadêmico a partir do olhar do estudante beneficiado; 3. Identificar a configuração da gestão do Pnaes e do trabalho desenvolvido pelas equipes e sua contribuição para a permanência e êxito dos estudantes beneficiados; 4. Descrever as possibilidades de avaliação e monitoramento da real contribuição do Pnaes para a permanência e o êxito dos estudantes beneficiados. 5. Desenvolver um produto educacional que contribua institucionalmente para a gestão do Pnaes.

### **AVALIAÇÃO DOS RISCOS E BENEFÍCIOS:**

Riscos:

Considerando a possibilidade de consentimento, avalia-se a quase nulidade de riscos. O participante possui a opção de suspender a pesquisa, e em apresentando qualquer demonstração de interferência em sua saúde, serão adotadas as medidas cabíveis, podendo ser utilizado o sistema de saúde público.

Benefícios:

O principal benefício da pesquisa será a elaboração de um encarte direcionado para trabalhadores da assistência estudantil, o que contribuirá para a qualificação do trabalho desses servidores e, conseqüentemente, para a permanência e o êxito dos estudantes beneficiados pelo Pnaes. E o segundo, um podcast voltado ao estudante, também buscará contribuir para a permanência e o êxitos dos estudantes beneficiados pelo Pnaes no IFRS.

### **COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

- 1) O estudo é nacional;
- 2) A pesquisa é parte do Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT);
- 3) Tipo de fomento próprio;
- 4) Tamanho da amostra: 31 participantes (maiores e menores de 18 anos);
- 5) Previsão de início e término da coleta de dados: 01/10/2024 a 01/12/2024.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERMOS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:**

Vide campo "Conclusão ou pendências e lista de inadequações".

### **RECOMENDAÇÕES:**

É obrigatória a redação de uma Carta Resposta contemplando cada uma das alterações/sugestões apontadas no item Pendências e Lista de Inadequações, bem como o destaque das alterações realizadas nos documentos para melhor permitir o acompanhamento das pendências elencadas.

### **CONCLUSÕES OU PENDÊNCIAS E LISTA DE INADEQUAÇÕES:**

Solicitamos providências quanto às seguintes pendências:

- 1) O texto de riscos e benefícios do TCLE e TALE devem ser o mesmo do PB;
- 2) A data de início da pesquisa deve ser posterior ao parecer do cep;
- 3) Há uma desconfiguração no texto do PB, com pontos de interrogação fora de contexto.

Solicitamos uma carta de resposta às pendências elencadas neste parecer, juntamente às alterações em destaque nos documentos, no prazo de 30 dias.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS A CRITÉRIO DO CEP:**

Observar a redação de uma Carta Resposta contemplando cada uma das alterações/sugestões apontadas no item Pendências e Lista de Inadequações, bem como o destaque das alterações realizadas nos documentos para melhor permitir o acompanhamento das pendências elencadas.

#### **ESTE PARECER FOI ELABORADO BASEADO NOS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_2410336.pdf	24/09/2024 17:43:43		Aceito
Folha de Rosto	2509folhaderostoassinado.pdf	24/09/2024 17:42:48	NAYARA PANSERA BALBINOT	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocep.docx	28/08/2024 17:07:45	NAYARA PANSERA BALBINOT	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPAISERESPONSAVEIS.docx	28/08/2024 16:58:14	NAYARA PANSERA BALBINOT	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEADULTOS.docx	28/08/2024 16:57:38	NAYARA PANSERA BALBINOT	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	28/08/2024 16:56:13	NAYARA PANSERA BALBINOT	Aceito
Declaração de concordância	declaracaoconcordancia.pdf	28/08/2024 16:55:10	NAYARA PANSERA BALBINOT	Aceito

#### **Situação do Parecer:**

Pendente

#### **NECESSITA APRECIÇÃO DA CONEP:**

Não

BENTO GONCALVES, 29 de outubro de 2024

Assinado por:

**Maria Augusta Martiarena de Oliveira (Coordenador(a))**



## **ANEXO C - DECLARAÇÃO REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL DO PRODUTO EDUCACIONAL**

Declaro para os devidos fins que eu, **Lisiane Delai**, CPF: **984.843.700-20**, licenciada em Letras, pela Universidade de Caxias do Sul, realizei a revisão ortográfica e gramatical do produto educacional “**A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DAS VOZES DOS ESTUDANTES**”, produzido pela mestrandia **Nayara Pansera Balbinot**, sob orientação das professoras Ana Sara Castaman e Clarice Monteiro Escott.

Bento Gonçalves, 29 de agosto de 2025.



**Lisiane Delai**